

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

SANDRA ANDREA ENGELMANN

**A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO A PARTIR DO PARADIGMA DA  
AGROECOLOGIA NA COMUNIDADE EMILIANO ZAPATA – PONTA  
GROSSA – PR.**

PONTA GROSSA

2011

SANDRA ANDREA ENGELMANN

**A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO A PARTIR DO PARADIGMA DA  
AGROECOLOGIA NO ACAMPAMENTO EMILIANO ZAPATA – PONTA  
GROSSA – PR.**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós – Graduação em Geografia, Mestrado em Gestão do Território.

Orientador: Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

PONTA GROSSA

2011

## Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor Tratamento da Informação BICEN/UEPG

E57o                      Engelmann, Sandra Andrea  
                              A organização do território a partir do paradigma da agroecologia  
                              no acampamento Emiliano Zapata – Ponta Grossa – PR / Sandra  
                              Andrea Engelmann. Ponta Grossa, 2011.  
                              121f.

                              Dissertação ( Mestrado em Geografia - Gestão do Território ),  
                              Universidade Estadual de Ponta Grossa.

                              Orientador: Prof.. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

                              1. Agroecologia. 2. Camponeses. 3. MST. 4. Pré-Assentamento  
                              Emiliano Zapata. I. Cunha, Luiz Alexandre Gonçalves. II. T.

CDD: 630.274.5

## TERMO DE APROVAÇÃO

**SANDRA ANDRÉA ENGELMANN**

### **A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO A PARTIR DO PARADIGMA DA AGROECOLOGIA NA COMUNIDADE EMILIANO ZAPATA - PONTA GROSSA- PR**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

  
Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha  
UEPG

  
Prof. Dr. Nicolas Floriani  
UEPG

  
Profa. Dra. Danuta Estrufika Cantóia Luiz  
UEPG

Ponta Grossa, 01 de março de 2011.

*Decido este trabalho a minha família*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, pelas orientações, como pelas palavras de incentivo de um grande mestre e de um grande amigo, professor obrigada por me ensinar o que é ser livre.

Aos professores Nicolas Floriani e Danuta Strufika Cantóia Luiz, pelas importantes contribuições proferidas durante a qualificação como também na defesa final da dissertação.

Aos meus pais, exemplos de camponeses lutadores, meus eternos amores. Obrigada por me deixarem voar.

Aos meus irmãos, com vocês muito aprendi, que sempre permaneça mesmo distantes, esse carinho, que cresceu conosco desde a infância, obrigado por sempre me incentivarem a estudar e seguir meus sonhos.

A Capes por ter me proporcionado recursos financeiros durante todo o período do mestrado.

A todos os camponeses e lideranças do MST do Acampamento Emiliano Zapata e do Estado do Paraná.

As amigas, Maria Inês, Mercedes, Dinameres, Tamires, por sempre poder contar com vocês.

Ao amigo e Professor Dr. Sergio Gonçalves por sempre me incentivar na vida acadêmica.

Ao casal de Amigos Carla Corrêa Prieto e Tiago Augusto Barbosa, pela acolhida em Ponta Grossa, pelo incentivo nos momentos difíceis, pelos risos nas horas de alegrias, pelos passeios super legais pelos campos Gerais, enfim pela amizade.

Ao programa de pós-graduação em Gestão do Território, aos professores que ofertaram suas disciplinas que contribuíram para o desenvolvimento do projeto como também a possibilidade de ampliação do conhecimento e aprofundamento na ciência geográfica.

Para todas as pessoas que direta e indiretamente contribuíram para a concretização deste trabalho.

## EPIGRAFE

*Encontrou-se, em boa política, o segredo de fazer morrer de fome aqueles que,  
cultivando a terra, fazem viver os outros.*

*(Voltaire)*

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a Agroecologia como uma possível opção de organização nos territórios conquistados (acampamentos e assentamentos) pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST no Estado do Paraná. Constituiu-se como campo de análise o Pré-Assentamento Emiliano Zapata, localizado no município de Ponta Grossa. O enfoque foi compreender como estão sendo discutidos e implantados os pressupostos da Agroecologia no mundo camponês. Os camponeses foram entendidos como sujeitos políticos que tem lógicas de resistência e reprodução, numa relação dialética entre as trocas mercantis e as práticas de reciprocidade, como características principais. A Agroecologia traz em sua compreensão, tanto noções amplas, como também noções mais restritas. As discussões adentram pelo cientificismo, alguns estudiosos a consideram uma ciência, outros como um enfoque, como também a quem a defina uma ferramenta metodológica ou ainda como um modelo de produção agrícola. Essa multiplicidade de compreensões não devem ser compreendidos isoladamente, mas sim de forma interligada, a partir de uma abordagem holística e um enfoque sistêmico. A concepção da Agroecologia propõe uma ruptura com o modelo de desenvolvimento rural, baseado no latifúndio, na monocultura, no agronegócio, que se tornou hegemônico no controle do poder no campo brasileiro. Desse modo, a forma de concebê-la sugere a compreensão direta nos processos de mudança de postura de pensamento que se contrapõe pela sua essência ao modelo capitalista de desenvolvimento vigente atualmente.

**Palavras-chave:** Agroecologia, Camponeses, MST, Pré-Assentamento Emiliano Zapata.

## **ABSTRACT**

This study aimed to analyze the Agroecology as a possible choice of organization in the conquered territories (camps and settlements) by the Movement of Landless Rural Workers - MST in the State of Paraná. Was established as a field review the Pre-Settlement Emiliano Zapata, in the city of Ponta Grossa. What I focus was to understand how they are being discussed and implemented the assumptions of Agroecology in the peasant world. The peasants were seen as political subjects that have logical resistance and reproduction, in a dialectical relationship between commodity exchange and practice of reciprocity, as main features. Agroecology brings his understanding of both broad concepts, but also more restrictive notions. Discussions by step into scientism, some scholars consider it a science, others as a focus, but also to those who set a methodological tool or as a model of agricultural production. This multiplicity of understandings should not be understood in isolation, but so interconnected, from a holistic approach and a systemic approach. The design of Agroecology proposes a break with the rural development model based on the latifundia, monoculture, in agribusiness, which has become the hegemonic control of power in the Brazilian countryside. Thus, conceive it suggests a direct understanding the processes of change in posture of thought that goes against the essence of the capitalist development model currently in force.

**Keyword:** Agroecology, peasants, MST, Pre-Settlement Emiliano Zapata.

## **Listas de Mapas**

|                                                                         |    |
|-------------------------------------------------------------------------|----|
| Mapa 1: Territórios agroecológicos da reforma agrária no Paraná .....   | 78 |
| Mapa 2: Mapa 2: Extensão da área do Pré-Assentamento Emiliano Zapata .. | 86 |
| Mapa 3: Localização do pré-assentamento Emiliano Zapata .....           | 89 |

## Lista de figuras

|                                                                                                                                                                                                          |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1: Multidimensões da sustentabilidade agroecológica .....                                                                                                                                         | 28  |
| Figura 2 : Casa de madeira e lona de pré-assentado .....                                                                                                                                                 | 92  |
| Figura 3 : Casas de madeira de pré-assentado .....                                                                                                                                                       | 92  |
| Figura 4: Poço artesiano construído por pré-assentado .....                                                                                                                                              | 93  |
| Figura 5: Placa: centro Chico Mendes de Agroecologia .....                                                                                                                                               | 103 |
| Figura 6: Alguns aspectos da Horta Comunitária, sistema de mandala (a esquerda superior), canteiros com verduras (a direita, superior e inferior) e, camponesa preparando mudas (esquerda infeior) ..... | 108 |
| Figura 7: Feira de Alimentos Orgânicos no campus da UEPG .....                                                                                                                                           | 109 |
| Figura 8: Esquema das principais pratica e manejos dos agrossistemas nas unidades de produção dos pré-assentados do Emiliano Zapata .....                                                                | 110 |

## **Lista de gráficos**

|                                                                         |     |
|-------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 1: Origem dos pré-assentados .....                              | 94  |
| Gráfico 2: Escolaridade dos pré-assentados .....                        | 95  |
| Gráfico 3: Tipo de mão-de-obra utilizado nas unidades de produção ..... | 95  |
| Gráfico 4: Renda familiar .....                                         | 98  |
| Gráfico 5: Proveniência da renda na unidade família .....               | 99  |
| Gráfico 6: Pessoas que recebem aposentarias ou pensões .....            | 99  |
| Gráfico 7: Famílias que recebem o Bolsa Família .....                   | 100 |
| Gráfico 8: Formação em Agroecologia .....                               | 104 |
| Gráfico 9: Controle biológico realizado pelos pré-assentados .....      | 106 |
| Gráfico 10: Manejo ecológico feitos pelos pré-assentado .....           | 106 |
| Gráfico 11: Destino do lixo produzido pelos pré-assentados .....        | 107 |

## SUMARIO

|                                                                                                          |               |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                  | <b>14</b>     |
| <b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>                                                                 | <b>18</b>     |
| <b>CAPITULO I: AGROECOLOGIA: DO DEBATE ACADÊMICO A SUA<br/>INSERÇÃO NO MUNDO CAMPONES .....</b>          | <b>21</b>     |
| 1.1- BREVE HISTÓRICO DA AGRICULTURA ALTERNATIVA .....                                                    | 21            |
| 1. 2 - DEFINIÇÃO E ORIGENS DA AGROECOLOGIA .....                                                         | 22            |
| 1.3 - A AGROECOLOGIA ENQUANTO PARADIGMA .....                                                            | 30            |
| 1.4 -AGROECOLOGIA: DAS CRISES AS NOVAS FORMAS DE<br>INTERPRETAÇÃO CIENTIFICA .....                       | 36            |
| 1.5- CAMPONESES E A AGROECOLOGIA .....                                                                   | 40            |
| 1.6 - CONEXÕES ENTRE CAMPESINATO E AGROECOLOGIA .....                                                    | 45            |
| <br><b>CAPITULO 2: MOVIMENTOS SOCIAIS: A IMPLANTAÇÃO NOS<br/>TERRITÓRIO DO MST DA AGROECOLOGIA .....</b> | <br><b>51</b> |
| 2.1 - O QUE SÃO MOVIMENTOS SOCIAIS? .....                                                                | 51            |
| 2.2 - REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS .....                                                                  | 54            |
| 2.3 - CONCEITO DE TERRITÓRIO .....                                                                       | 59            |
| 2.4 - MST E O TERRITÓRIO .....                                                                           | 62            |
| 2.5 - CONTEXTO HISTÓRICO – GEOGRÁFICO DA FORMAÇÃO DO MST NO<br>BRASIL .....                              | 66            |
| 2.5.1 - Principais Características do MST .....                                                          | 69            |
| 2.5.2 - Princípios Organizativos .....                                                                   | 70            |
| 2.6 - PRODUÇÃO NO MST – MATRIZ ENERGÉTICA E IDEOLÓGICA DA<br>AGROECOLOGIA .....                          | 71            |
| 2. 7 – ESTRUTURAS RELACIONADAS A AGROECOLOGIA CONSTRUÍDAS<br>PELO MST NO PARANÁ .....                    | 77            |
| 2.7.1- Escolas de nível técnico e superior .....                                                         | 79            |
| 2.7.2 - Jornadas de Agroecologia .....                                                                   | 81            |
| 2.8 - PRINCIPAIS DESAFIOS ENCONTRADOS PELO MST PARA O<br>DESENVOLVIMENTO DA AGROECOLOGIA .....           | 82            |

|                                                                                                          |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>CAPITULO 3: EMILIANO ZAPATA TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA A PARTIR DO PARADIGMA DA AGROECOLOGIA .....</b> | <b>84</b>  |
| 3.1 - ACAMPAMENTO: ESPAÇO DE RESISTÊNCIA .....                                                           | 84         |
| 3.2 - EMILIANO ZAPATA UM ESPAÇO DE LUTA E RESISTÊNCIA:<br>ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS .....        | 85         |
| 3.4 - CARACTERÍSTICAS DE INFRAESTRUTURA DOS PRÉ-ASSENTADOS<br>.....                                      | 92         |
| 3.5 - INSERÇÃO PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS DESENVOLVIDAS NAS<br>UNIDADES DE PRODUÇÃO .....                   | 101        |
| <br><b>4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                | <b>111</b> |
| <b>5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>                                                              | <b>114</b> |
| <b>6 - ANEXOS .....</b>                                                                                  | <b>121</b> |

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de mestrado é uma proposta de contribuição à Geografia no que se refere à discussão da organização da Agroecologia nos territórios dos assentamentos rurais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, localizados no Estado do Paraná, tomou-se como campo de análise o pré-assentamento Emiliano Zapata, localizado no município de Ponta Grossa – Paraná.

O interesse em estudar o local esta relacionada ao fato da área ter discussões sobre a implantação pelos integrantes do MST, de um centro de formação e de produção agrícola, voltados aos princípios da Agroecologia.

Considera-se que os acampamentos rurais são o resultado de uma complexa ação territorial que envolve diversos atores sociais em disputa pela terra, no qual essa luta acaba por determinar a organização do espaço e a conquista do território mediante a desapropriação das fazendas e constituição dos assentamentos rurais. Desse modo, compreender a lógica socioespacial inerente a organização da Agroecologia no pré-assentamento Emiliano Zapata, constituiu o objeto de pesquisa.

Os camponeses ligados ao MST vêm incorporando na organização dos territórios conquistados teorias e práticas intrínsecas ao paradigma da Agroecologia. Na medida em que esses vivenciaram e perceberam que a “moderna agricultura” trouxe diversos problemas para seus locais de vida, como também para a natureza.

A Agroecologia é entendida como um paradigma portador de enfoque metodológico próprio, contemplando uma visão complexa, é um campo científico multidisciplinar que congrega estudos e conhecimentos tanto das variáveis produtivas, quanto variáveis econômicas, sociais, ambientais, culturais políticas e éticas da sustentabilidade.

A Agroecologia tem como característica o enfoque transdisciplinar. Vinculando o conhecimento tradicional ao conjunto de diferentes práticas sustentáveis de agricultura (orgânica, biodinâmica, natural, permacultura e biológica) ao conhecimento técnico e científico, com o objetivo de construir estratégias de desenvolvimento rural principalmente para comunidades de camponeses empobrecidas e estagnadas economicamente.

Para o MST a Agroecologia foi assumida como um conhecimento em diálogo com o saber fazer cotidiano territorializado. É vista assim, como uma estratégia socioespacial no desenvolvimento da (re) produção social dos camponeses nos assentamentos rurais. Essa estratégia produtiva poderia potencializar maior dinâmica integradora dos objetivos produtivos, organizativos e sociais defendidos pelo MST.

Gusmán e Mielgo (2005) entendem que o debate entorno da superação das formas de resistência aos imperativos econômicos e sociais promovidos pelo liberalismo e globalização econômica permitiu, a união de diferentes grupos sociais em uma rede de difusão da Agroecologia em nível mundial, como é o caso da Via Campesina, centrada em diferentes tomadas de consciência agroecológica, da consciência econômica à ambiental, passando pela consciência de classe e visando reordenar o modelo de desenvolvimento do campo.

Tal reordenamento, na verdade, está na superação do atual modelo agrícola e alimentar “agricultura imperialista” e a construção de uma nova agricultura como também uma nova racionalidade sócio-ambiental (novas relações envolvendo produtores, consumidores, preservação ambiental, soberania alimentar, reforma agrária e autonomia na agricultura camponesa).

Desde sua formação, o MST assumiu o desafio de tornar conscientes os camponeses sobre os problemas agrários, debatendo sobre quais são os elementos políticos e econômicos que forjam a exclusão e a exploração das riquezas produzidas pelos camponeses, e quais as alternativas possíveis de serem construídas para desterritorializar o capital agro comercial e reverter o processo de drenagem da riqueza (sujeição da renda da terra pelo capital).

Uma das grandes questões para MST em seus territórios sempre foi à forma como os seus integrantes vão desenvolver a produção agrícola. Inicialmente seguiu-se o modelo da modernização da agricultura propagado no Brasil a partir da década de 1970, que sem dúvida provocou grandes avanços na agricultura, que significaram mudanças positivas importantes, como também consequências negativas, afetando econômica, social e politicamente os camponeses brasileiros em diversas escalas, principalmente em seus locais de vida.

A proposta inicial do MST em seus territórios conquistado foi a implantação do modelo de coletivização. Entretanto, a grande maioria dos assentados priorizou viver como produtores rurais familiares e individuais, portanto, sem elaborar mecanismos de associação com outras famílias assentadas.

A partir de pesquisas foram constatadas que, mesmo em municípios e regiões onde a dinâmica produtiva tornou-se ativa com o desenvolvimento da produção nos assentamentos, há interpretações presentes nos trabalhos de Graziano Neto (1991, 1996) que revelam, que uma parcela considerável das famílias assentadas possui renda insuficiente e confirmam também a existência de famílias no limiar e abaixo da linha da pobreza.

Esta situação de pobreza em áreas de assentamentos rurais tem forçado famílias muitas vezes a abandonarem ou a venderem os seus lotes. E ainda a dificuldade de gerar renda para garantir a reprodução social forçou que muitas famílias acabassem se envolvendo em trabalhos acessórios na condição de bóias-frias, mensalistas, diaristas e em alguns casos arrendando suas terras, já que não tem condição de investir em lavouras e na criação de gado, entre outros.

Uma interpretação recorrente é que em muitos lugares do país faltam ou são ineficientes as políticas públicas de apoio e estruturação dos assentamentos rurais, entre as quais financiamento, assistência técnica, formação e infraestruturas, ou até mesmo, tais políticas foram implementadas mas de maneira pouco efetiva, contribuindo para o agravamento do quadro social, pois impedem o pleno desenvolvimento das famílias assentadas.

Outros fatores que podem ser evidenciados são a falta de infraestruturas básicas (energia elétrica, água, estradas, escolas, posto de saúde), como também a falta de incentivos por parte do Estado (crédito, assistência técnica e fomento) relegando as famílias assentadas à condição de crise geral vivenciada por toda agricultura de pequeno porte no país, já que as principais políticas públicas valorizam as grandes propriedades e o agronegócio.

Este descompasso entre distribuição da terra agrícola e desenvolvimento econômico e social em áreas de assentamentos rurais depende em grande parte de políticas públicas para ser superado. Isto é

inegável, porém, tem raízes ainda mais profundas. Desse modo, a proposta que esta sendo defendida pelo MST é a capacidade de organização da produção pelos produtores rurais, que vem tentando construir em seus espaços de luta e resistência, diferentes modos de produção que vão de encontro com o paradigma da Agroecologia.

Assim, entende-se que para possibilitar um processo que gere mais autonomia nos territórios conquistados, mas aí se instala um problema, como alcançar maior autonomia ou menos dependência nos territórios conquistados pelo MST frente aos imperativos do agronegócio globalizado.

Nesse sentido, faz-se necessário a construção de mecanismos múltiplos efetivos do controle do capital em todos os seguimentos existentes desde o produtor rural e o consumidor final da produção agrícola. Mas também, para além do capital na construção de uma nova visão de mundo, que nega a ideologia hegemônica do capital (agroindustrial) nas relações de produção, a partir da construção e reafirmação de elementos simbólicos que valorizem o trabalho familiar e (re) valorize as relações homem-natureza, como as lógicas camponesas de resistência e reprodução, a partir da compreensão do sistema sociocultural.

Assim, o trabalho foi organizado com a seguinte disposição. No primeiro capítulo procurou-se compreender o que é Agroecologia, qual sua origem, e que princípios que a configuram como um novo paradigma. E como essa é incorporada dentro da lógica produtiva do campesinato.

No segundo capítulo fez-se uma discussão sobre os movimentos sociais na América Latina a partir do entendimento de que esses na atualidade se encontram organizados em redes, com diversos níveis de conexão (articulação) evidenciou-se o caso da Via Campesina. Também, discutiu-se o conceito de território a partir da compreensão que esse se ressignificou a partir da articulação com as redes. E ainda, procurou-se contextualizar o processo de difusão da Agroecologia nos assentamentos rurais do MST, no Estado do Paraná. Desse modo, foi identificado o processo histórico – geográfico de como e onde esse surgiu. Como também se evidenciou qual é a matriz ideológica em que o MST vem se desenvolvendo como movimento social, que se re-territorializa nos espaços onde anteriormente dominava a classe latifundiária.

O terceiro capítulo foi construído no intuito de demonstrar que os acampamentos, especificamente o pré-assentamento Emiliano Zapata, representa um espaço de luta e resistência. Assim, foram apresentados os aspectos histórico-geográficos e as principais características socioeconômicas do pré-assentamento. Como também, evidenciou-se as práticas que estão sendo desenvolvidas no local inerentes a Agroecologia.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Procurou-se desenvolver este trabalho, a partir da realidade dos camponeses que vivem na comunidade do pré-assentamento Emiliano Zapata, por meio de reflexões teóricas e empíricas que envolvem essa complexa realidade territorial. Esse foi construído a partir de leituras, observações *in situ*, coleta de dados qualitativos e quantitativos<sup>1</sup>.

Inicialmente dedicou-se à imprescindível pesquisa bibliográfica para o desenvolvimento da temática da pesquisa, a fim de elaborar a fundamentação teórica, na perspectiva de compreender as características e definições sobre agricultura e produção ecológica especificamente a Agroecologia. Para este fim nos apoiamos nos seguintes referências: Altieri (2002), Associação Brasileira de Agroecologia (2004), Branderburg (2002), Caporal e Costabeber (2000, 2002), Gliessman (2003, 2005), Machado (2009), Norgaard (1989), Navarro, Leff (2006), Gomes (2005), entre outros.

Neste sentido, procuramos deixar claros os fundamentos e conceitos que definem a Agroecologia não como uma forma de agricultura, mas como um paradigma que tem uma dimensão integradora, e não convencional. Percebeu-se assim que Agroecologia tem seus fundamentos nos conhecimentos e saberes dos agricultores tradicionais e nos conhecimentos acadêmicos, filosóficos e epistemológicos. Na elaboração deste trabalho o tema de pesquisa é permeado por conceitos da Ecologia e a Agronomia. No entanto, o objeto é analisado a partir do instrumental teórico da ciência geográfica, trabalhando principalmente com os conceitos de território, redes, movimentos sociais, e produção camponesa.

---

<sup>1</sup> Através de atividades em campo, como a aplicação de questionários e entrevistas.

Foi elaborado um questionário com questões abertas e fechadas (questionário semiaberto)<sup>2</sup> que foram aplicados na comunidade do pré-assentamento Emiliano Zapata<sup>3</sup>. Além dos questionários foram elaborados questões que serviram como roteiros em entrevistas semiestruturadas<sup>4</sup> junto a lideranças locais do MST, como também para serem aplicadas aos integrantes de projetos de extensão universitária que desenvolvem projetos no local. Os questionários e as entrevistas foram aplicados e realizados entre o segundo semestre de 2009 e o primeiro semestre de 2010.

As questões fechadas foram elaboradas na perspectiva de quantificar e delinear alguns dados como: nível de educação, tamanho da área do lote, integrantes da família, condições de infraestrutura, tipo de mão-de-obra, proveniência da renda mensal, acesso a políticas públicas entre outros.

As questões abertas, por outro lado, procuram captar as opiniões dos atores envolvidos, que segundo Richardson (1999, p. 208), visam “obter do entrevistado o que ele considera os aspectos mais relevantes de determinado problema”, através de uma “conversação guiada”. Assim, o pesquisador não estaria “interessado em antecipar as respostas, desejando desse modo uma maior elaboração das opiniões do entrevistado”. Neste caso o pesquisador, que sabe de antemão quais aspectos precisam ser enfocados, apresenta aos pesquisados determinados tópicos que remetem aos aspectos necessários.

De tal modo, Richardson (1999, p. 210), considera que “a formulação das perguntas é um aspecto crucial da entrevista. Deve-se evitar fazer perguntas que dirijam a resposta do entrevistado ao que o entrevistador considera desejável”. Embora este tipo de pesquisa outorgue um grau elevado de liberdade de expressão ao entrevistado, o pesquisador conseguirá orientar, até certo ponto, a entrevista.

Dessa maneira, procurou-se, ouvir os camponeses, as lideranças locais do MST, professores universitários e técnicos, sobre varias dimensões, que envolveram a problemática da pesquisa, como: a trajetória de luta que os sem

---

<sup>2</sup> O questionário semiaberto constitui-se tanto de questões fechadas como de questões abertas.

<sup>3</sup> Os modelos dos questionários e das entrevistas podem se encontrados nos anexos.

<sup>4</sup> A entrevista semiestruturada foi considerada adequada aos propósitos do estudo, por não direcionar o raciocínio dos entrevistados para os temas específicos que se desejava que fossem analisados. (Richardson, 1999)

terras vivenciaram até chegarem na comunidade, as formas de organização coletiva desenvolvidas no local, como se deu a aceitação e/ou implantação na comunidade, da nova estratégia produtiva, que é a Agroecologia, que vem sendo pensada e arquitetada nos acampamentos e assentamentos pelo MST, a orientação das práticas produtivas que os camponeses desenvolvem relacionadas a agricultura ecológica. Destarte, procurou-se recompor e compreender a lógica sócioespacial ligada a organização da produção da Agroecologia no pré-assentamento Emiliano Zapata.

Assim, o questionário que foi elaborado e aplicado na comunidade do pré-assentamento Emiliano Zapata contou com os seguintes quesitos: A – Identificação dos Pré-assentados (questões fechadas); B – Retrato das trajetórias de lutas dos camponeses (questões abertas e fechadas); C – Condições de infraestrutura e de produção (questões abertas e fechadas); D – procurou-se a partir das falas dos pré-assentados identificar o significado para esses do que é a Agroecologia (perguntas abertas); E – nesse quesito foram identificados as formas de uso de tecnologias da agricultura ecológica, no caso a produção agroecológica (questões fechadas); no F – procurou-se perceber suas interações e percepções sobre os projetos desenvolvidos no local (questões abertas e fechadas).

A pesquisa de campo que foi realizada junto aos camponeses da comunidade do pré-assentamento Emiliano Zapata, correspondeu ao universo de aproximadamente 30% das famílias (considerando que residem no local 50 famílias). O universo da pesquisa abrangeu um total de aproximadamente 20 pessoas.

Assim, é importante ressaltar que nesta pesquisa não existiu uma preocupação extenuante com a determinação precisa do tamanho da população investigada ou com a amostra retirada desta. A preocupação maior foi com a representatividade da amostra e não com a quantificação da mesma.

## **CAPITULO I: AGROECOLOGIA: DO DEBATE ACADÊMICO A SUA INSERÇÃO NO MUNDO CAMPONES**

### **1.1 - BREVE HISTÓRICO DA AGRICULTURA ALTERNATIVA**

O surgimento da agricultura alternativa ou também conhecida como agricultura ecológica, tem como cenário a Europa no início do século XX, especificamente na Alemanha com a agricultura biodinâmica e natural em 1924, com a orgânica na Inglaterra em 1946, e com a agricultura biodinâmica na França em 1940.

A origem da agricultura alternativa esta associada ao pensamento filosófico e antropológico que foi orientado por Rudolf Steiner na Alemanha, como também de contestação política na Inglaterra, e ainda de reações a padrões industriais de produção e consumo de alimentos na França. (BRANDENBURG, 2002)

Moreira (2003) enfatiza que nos últimos trinta anos, duas correntes mais expressivas vem se dedicando ao desenvolvimento da agricultura alternativa. Uma norte-americana, e outra européia, essas correntes teriam como origem o desenvolvimento de estudos na América Central, especificamente em comunidades do México, onde teóricos como Angel Palerm e Efrain Hernandez Xolocotzi, desenvolveram vários estudos com comunidades tradicionais que posteriormente foram “refinados” por Victor Manuel e Stephem Gliessmann. (MOREIRA, 2003, p.7-8)

No Brasil, a década de 1970, marca o início da agricultura alternativa como um movimento socialmente organizado. Seu surgimento pode ser entendido, como um contra movimento e uma alternativa a política de modernização agrícola que estava sendo implantada nesse período em alguns lugares do país. Os atores sociais envolvidos serão agricultores familiares em via de exclusão ou excluídos da política agrícola (sem assistência técnica, sem créditos agrícolas, entre outros). Sem a devida assistência dos órgãos públicos estes agricultores resgataram e/ou mantiveram práticas tradicionais já conhecidas por eles, visando compor um conjunto de estratégias que permitissem a reprodução social, a sobrevivência familiar e ainda a valorização de uma relação socioambiental. (BRANDERBURG, 2002).

## 1.2 – DEFINIÇÃO E ORIGENS DA AGROECOLOGIA

Dentre as varias acepções que procuram definir o que é a Agroecologia, algumas passam por uma noção ampla, e outras por compreensões mais restritas. As discussões adentram pelo cientificismo, ou seja, alguns estudiosos a consideram uma ciência, outros como um enfoque, como também a quem a defina uma ferramenta metodológica ou ainda como um modelo de produção agrícola. Essa multiplicidade de compreensões é composta de importantes elementos. Entretanto, esses não devem ser compreendidos isoladamente, mas sim de forma interligada, a partir de uma abordagem holística e um enfoque sistêmico.

A origem da Agroecologia estará inserida na perspectiva de mudanças na forma de pensar e conduzir a ciência. Assim, pode ser entendida como paradigma científico, responsável por agrupar varias áreas do conhecimento com a finalidade de entender, estudar e interferir (na perspectiva de colaborar) nos processos sociais, políticos, organizativos, culturais e ecológicos.

A concepção da Agroecologia perpassa ainda questões macro, pois propõe uma ruptura com o modelo de desenvolvimento rural, baseado no latifúndio, na monocultura, no agronegócio, que se tornou hegemônico no controle do poder no campo brasileiro. Desse modo, a forma de concebê-la sugere a compreensão direta nos processos de mudança de postura de pensamento que se contrapõe pela sua essência ao modelo capitalista de desenvolvimento vigente atualmente. Mas antes de entender o modo de estruturação filosófico que abarca esse paradigma, é necessário primeiramente entender o que é a Agroecologia.

A Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), fundada em 2006 durante o II Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), é uma das principais articuladoras nacionais da Agroecologia tanto no âmbito acadêmico como na sociedade como um todo. Esta por sua vez define em seu estatuto, o que é a Agroecologia.

(...) Agroecologia é entendida como enfoque científico, teórico, prático e metodológico, com base em diversas áreas do conhecimento, que se propõe a estudar processos de desenvolvimento sob uma perspectiva ecológica e sociocultural e, a partir de um enfoque sistêmico, adotando o agroecossistema como unidade de análise (...).

(ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA,  
Art.3º)

Segundo Gliessman (2001), o marco de formação da Agroecologia ocorreu no final da década de 1920, quando cientistas e ativistas ecológicos, baseados no conceito de agroecossistema como elemento teórico e conceitual, para se pensar a sustentabilidade da agricultura, passaram a vincular a aplicação dos estudos da Ecologia à Agronomia visando superar a agricultura industrializada da “Revolução Verde”.

Nesse sentido, a origem da Agroecologia encontra-se na conexão de duas ciências a Agronomia e a Ecologia. Para Machado (2009, p. 16) ao “Agro acrescentou-se a Ecologia”, em decorrência da real necessidade de proteção ambiental, num momento em que os recursos naturais estão sendo destruídos pelo avanço constante das produções sem considerar as limitações naturais.

Esse entendimento vem do pensamento no qual devem ser consideradas as relações da natureza como dialéticas, na qual as partes estão e são relacionadas umas com as outras. Esse é o fundamento do pensamento holístico, a partir do entendimento que não existe causas sem efeitos nem efeitos sem causas. Assim, para Machado (2009, p. 16) na Agroecologia se (re) valoriza “os tempo da natureza”. Nesse sentido:

Não há milagres na agroecologia; há processos naturais que trazem grandes benefícios também econômicos para os produtores, mas há que respeitar os tempos. É preciso compreender que nos procedimentos do agronegócio quase sempre são imediatas, mas as seqüelas ambientais, sociais e produtivas nos tempos subseqüentes se revelam negativos. Já os tempos da agroecologia são naturais e as produções são crescentes. (MACHADO, 2009, p. 17)

Assim, para Hecht (1989, 28) a Agroecologia seria a incorporação de idéias “mais ambientais e de sentido social acerca da agricultura”, mas indo um pouco mais adiante, na medida em que o termo Agroecologia implica “um numero de fatores sobre sociedade e produção que estão além dos limites do campo da agricultura”. No qual, a produção em si não é o eixo norteador e sim a “sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção”.

De acordo com Hecht (1989, p. 25) “o uso contemporâneo do termo Agroecologia data dos anos 70, mas a ciência e a prática da Agroecologia tem

a idade da própria agricultura”. O alicerce desses sistemas de produção será o equilíbrio dos “riscos ambientais e os econômicos”, sem destituir a “base produtiva da agricultura através dos tempos”.

A base para a construção do pensamento agroecológico estará nas investigações feitas por pesquisadores, que se interessaram pelas heranças das culturas indígenas e camponesas. Deste modo, Alimonda (2004, p. 31) toma como referencia a historia latinoamericana para fundamentar a agroecologia, a partir do “caráter híbrido de nossas culturas”. E será a partir das dimensões de macrohistoria e microhistória, que “una historia ecológica o agroambiental em perspectiva latinoamericana puede encontrarse con la agroecología y reproducirse recíprocamente”.

Nesse sentido, Alimonda (2004, p. 32) trabalha na perspectiva da Agroecologia como uma herança repassada de geração em geração pelos membros de comunidades rurais do continente latinoamericano. Essa herança terá tanto componentes, materiais como imateriais.

Os componentes materiais estariam relacionados aos conhecimentos adquiridos a partir do entorno físico-natural, “a partir de una dinámica de destrucción y reconstrucción, y por el conjunto de elementos e instalaciones edificados por los humanos para satisfacer sus diversas necesidades”. Os componentes imateriais dizem respeito “las dimensiones culturales, simbólicas y de valores”, portanto, cada comunidade será responsável por se organizar e se reproduzir, “compuesta por tradiciones y conocimientos tecnológicos, por formas de organizar el conocimiento de la naturaleza y de operar su aprovechamiento para la reproducción humana”.

A partir das tradições dessas populações, que foram ao longo do tempo incorporando em suas rotinas, técnicas, que mantiveram as terras cultivando sem conflito com os ambientes. Entretanto, os conhecimentos tradicionais esbarram ainda no preconceito dentro das ciências agronômicas. Pois, segundo Hecht, (1989, p. 26) estão alicerçados em três processos históricos que contribuíram para manter esse preconceito. O primeiro foi, “a destruição dos meios populares de codificação, desregulando a transformação das práticas agrícolas”; o segundo, tem a ver com “as transformações dramáticas de muitas sociedades nativas não-ocidentais e dos sistemas de produção nos quais eram baseados, como um resultado de um colapso demográfico,

escravidão e processos coloniais e de mercado”; e terceiro, pela ascensão da ciência positiva”.

Nesse sentido, o que houve foi a substituição de uma visão orgânica e viva da natureza que estava mais ligada a superstição, em prol de uma visão mecânica e, assim, os sistemas produtivos naturais, foram alterados drasticamente.

Os cientistas da agricultura convencional tem se preocupado, principalmente, com as praticas de manejo do solo, dos animais e das plantas na produtividade de uma dada cultura, usando a perspectiva de enfatizar um problema específico como os nutrientes do solo ou a epidemia de pestes. Este encaminhamento de sistemas agrícolas tem sido determinado, em parte, pelo dialogo limitado entre as linhas disciplinares, pela estrutura de investigação científica que tende a atomizar as questões de pesquisa e pela comodidade do enfoque agrícola. (HECHT, 1989, p. 30)

A Agroecologia ressurgiu e foi encampada por vários atores sociais, em parte, em oposição ao impactos gerados pelas tecnologias que a ciência moderna desenvolveu, e que não deram conta de resolver os problemas da maioria dos agricultores, principalmente aqueles que vivem em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

O tema central da Agroecologia está situado dentro do campo agrônômico, porém não se limita a esse, congregando variáveis ecológicas e sociais, pois, seus métodos advêm de vários sub-campos, não concretizando uma disciplina específica. Nesses termos para Hecht (1989, p. 31) “a Agroecologia pode ser um desafio normativo aos termos relacionados à agricultura que existem nas diversas disciplinas”. Não ficando assim, restrito seu conhecimento em nenhuma área específica. Suas raízes estarão nas ciências agrícolas, nos movimentos ambientalistas, na ecologia, nas análises dos estudos indígenas e em estudos de desenvolvimento rural.

Assim, a Agroecologia pode ser compreendida como parte de um novo pressuposto epistemológico, que tende a ruptura com “os paradigmas convencionais da ciência oficial”, que tem em seus pressupostos científicos “o isolamento dos demais fatores circundantes”. Na Agroecologia reivindica-se a “necessária unidade das diferentes ciências naturais e destas com as ciências sociais”, no intuito de se compreender as interconexões dos processos “ecológicos, econômicos e sociais”. (NAVARRO, 1994, P. 7)

Segundo Moreira (2003), o pensamento agroecológico recebeu influências de diferentes abordagens metodológicas, como das ciências agrícolas, das ciências agrárias, do ambientalismo, da ecologia, dos sistemas indígenas e camponeses de produção, proporcionados principalmente por meio de trabalhos antropológicos, geográficos e de estudos de desenvolvimento rural, realizados através das análises dos impactos sociais da tecnologia, dos efeitos danosos da expansão do mercado de commodities, das implicações nas mudanças das relações sociais, das transformações nas estruturas de posse da terra e das crescentes dificuldades de acesso a recursos pelas populações locais.

Para Caporal e Costabeber (2000, p. 10) é dos estudos camponeses e da recuperação do “populismo agrário russo” a corrente mais atual e alternativa ao pensamento ecotecnocrático da sustentabilidade, que pressupõe o seguimento do mesmo padrão tecnológico dominante, mas que incorpora “uma nova geração de tecnologias, teoricamente menos danosas ao meio ambiente”.

Esses estudos, foram recuperados, partindo de análises científicas, no qual “as necessidades de conservação da biodiversidade ecológica e cultural, assim como o enfoque sistêmico para a abordagem dos aspectos relativos ao fluxo de energia e de materiais dos sistemas econômicos”.

Desse modo o que é defendido pelos autores é uma “modernidade alternativa”, no qual, passou a ser contestada a ideia de progresso a qualquer custo, que não leva em consideração as questões ambientais (degradação ambiental, poluições entre outros.), e as questões sociais (problema da fome, desigualdade social, desemprego etc.).

Um dos estudiosos dessa corrente foi Alexander V. Chayanov, que traz para o desenvolvimento do conceito de Agroecologia importantes contribuições, como a “consideração das especificidades culturais” a “noção de economia moral camponesa” (pela racionalidade econômica dos camponeses), e ainda a “ideia de desenvolvimento desde baixo”. (CHAYANOV, 1974, Apud, CAPORAL e COSTABEBER, 2000, p.11)

Para Guzmán (1998, p. 27), foi Miguel Altieri, um dos primeiros sistematizadores das referências teóricas sobre a Agroecologia, apresentando através de pesquisas um enfoque “alternativo ao anteriormente definido no

discurso oficial” na medida que subjugou, “um desenvolvimento rural sustentável para os pobres”.

Dessa maneira Guzmán (1998, p. 29) define a estratégia agroecológica como o “manejo ecológico dos recursos naturais que, incorporando uma ação social coletiva de caráter participativo, permita projetar métodos de desenvolvimento sustentável”.

Pode-se também afirmar que a Agroecologia se aproxima ao estudo da agricultura numa perspectiva ecológica, na medida em que sua preocupação fundamental esta orientada a compreender os processos produtivos de maneira mais ampla. Assim, entende-se que aos princípios que norteiam a Agroecologia, devem levar em consideração, nos estudos sobre agricultura ecológica, a perspectiva “holística e sistêmica”. (CAPAROL e COSTABEBER, 2000, p. 12).

Desse modo, para Caporal e Costabeber (2002, p. 28) é essencial na aplicação dos princípios da Agroecologia “multidimensões” no intuito de contextualizar a sustentabilidade, na medida em que a sustentabilidade é definida pelos autores como “a capacidade de um agrossistema manter-se socioambientalmente produtivo ao longo do tempo”.

Como pode ser percebido o desenvolvimento da Agroecologia depende, do entendimento e funcionamento dos Agroecossistemas. Estes são os ecossistemas agrícolas que incluem tanto o meio natural como o meio artificializado. Segundo Norgaard (1989, p. 49) os Agroecossistemas seriam “sistemas agrícolas dentro de pequenas áreas geográficas” no qual “cada região tem um grupo único de agroecossistemas que resultam de variações locais no clima, solo, relações econômicas, estrutura social e histórica”.

Para Gliessman (2003, p. 110) o conceito de agroecossistema emerge no momento em que “estendemos o conceito de ecossistema na agricultura, e consideramos os sistemas agrícolas como agrossistemas”. Assim, fica evidente que são as inter-relações existentes nos sistemas agrícolas que nos permitem designar sob o nome de agroecossistemas as relações que resultam da intervenção das agriculturas humanas sobre o ambiente.

Como exemplo pode-se imaginar o momento em que um agricultor procura trabalhar seu agroecossistema, segundo os modelos dos ecossistemas naturais, ele está adequando-se com as condições ambientais locais. Assim,

ao procurar obter seus resultados de colheitas através da imitação dos ecossistemas locais, e também procurando não desrespeitar as condicionantes impostas pelos fatores (umidade do solo, temperatura e horas de insolação). Isso pode significar uma maior vantagem socioambiental e o maior equilíbrio na atividade agrícola.

Nesse sentido defende-se que estratégias para a produção dos agroecossistemas devem levar em consideração seis dimensões (conforme figura 1) que devem estar intrinsecamente relacionadas, quais são: “ecológica, econômica, social (primeiro nível), cultura, política (segundo nível) e ética (terceiro nível).

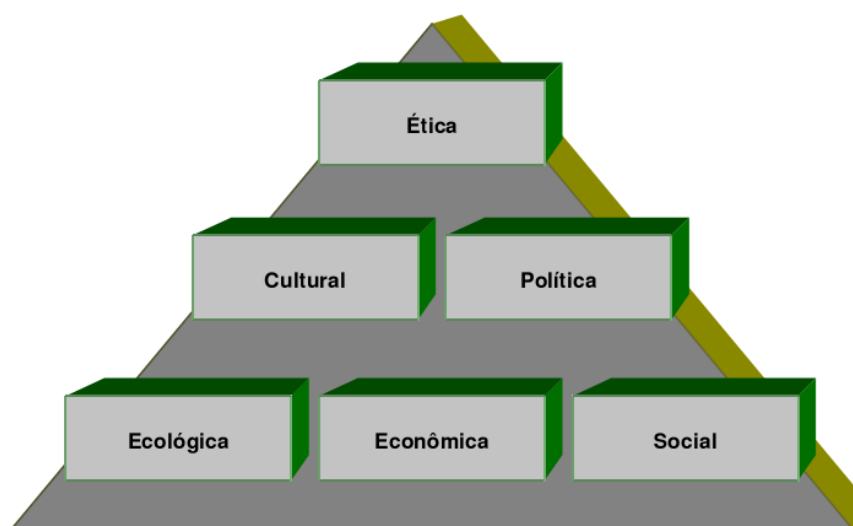


Figura 1: multidimensões da sustentabilidade agroecológica  
Fonte: Caporal e Costabeber, 2002, p. 29.

Essas dimensões para Caporal e Costabeber (2002, p. 28) poderão ser úteis, por exemplo, “na definição de indicadores para posterior acompanhamento e monitoramento dos contextos de sustentabilidade alcançados num dado momento histórico”.

Na dimensão ecológica é essencial a manutenção da base dos recursos naturais, imprescindíveis para a sustentação, estruturação e da reprodução da vida (animal, vegetal). Nesse contexto o todo ou o sistema completo é importante, o “cuidar da casa” exige a preservação e/ou melhoria das condições químicas, físicas e biológicas do solo, a manutenção da biodiversidade, das reversas e mananciais, ou seja, os recursos naturais como um todo. (Caporal e Costabeber, 2002).

A dimensão social representa um dos pilares básicos junto à dimensão ecológica da sustentabilidade. Na medida em que os produtos gerados de forma renovável, possam ser usufruídos pelos diversos segmentos da sociedade, sem privilégios a uns e em detrimento de outros. Essa dimensão pode ser caracterizada em duas perspectivas temporais, uma pela intrageracional, ou seja, pela disponibilidade de sustento mais seguro para a presente geração; e outras pela perspectiva intergeracional, na qual não se pode comprometer hoje o sustento seguro das gerações futuras. De modo sucinto, pode-se incluir também na dimensão social a melhoria dos níveis de qualidade de vida a partir de uma produção agrícola sem o uso de agrotóxicos e com uma qualidade superior às características biológicas dos ambientes. (Caporal e Costabeber, 2002).

A dimensão econômica tem sido considerada elemento principal, em diversos estudos da produção agroecológica, na medida em que são significativos os resultados econômicos obtidos pelos agricultores, com isso tem sido fortalecidas diversas estratégias de desenvolvimento rural sustentáveis. Entretanto, a dimensão econômica não deve ser desligada da dimensão social, pois os resultados de produção e produtividade de cultivos e criação agroecológicas, não podem ser buscados a qualquer custo, na medida que, a médio e longo prazo podem comprometer a renda e ocasionarem também danos ambientais. (Caporal e Costabeber, 2002).

Na dimensão cultural a agricultura agroecológica, deve ser entendida como uma atividade econômica e sociocultural, realizada por sujeitos que tem modos particulares de se relacionarem com o meio ambiente. Nesse sentido os saberes, os conhecimentos e valores locais precisam ser analisados, compreendidos e utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento. Nesse contexto as intervenções que poderão ser realizadas devem respeitar a cultura local. Entretanto, também faz-se necessária uma problematização, ou seja, a que se ter em mente que algumas práticas podem ser agressivas ao meio ambiente, e que podem causar prejuízos nas relações sociais. (Caporal e Costabeber, 2002).

A dimensão política da sustentabilidade está relacionada dentro da produção agrícola e do desenvolvimento rural com os processos participativos e democráticos, envolvendo diversos grupos sociais a partir de concepções

culturais e de políticas próprias. Nessa dimensão as concepções culturais/locais entram em diálogo com a sociedade como um todo, através da representação em espaços comunitários ou em conselhos políticos e profissionais. (Caporal e Costabeber, 2002).

A dimensão ética é inerente a solidariedade intra e intergeracional, na qual os indivíduos possuem novas responsabilidades na manutenção e preservação do meio ambiente. Nesse sentido a dimensão ética é um dos princípios fundamentais da Agroecologia, que pode apresentar uma elevada hierarquia, na medida em que se, e quando considerada pode afetar nos objetivos e resultados esperados nas dimensões do primeiro e do segundo nível. Portanto, nessa dimensão exige-se pensar e viabilizar novos valores, pois, estamos imersos numa crise socioambiental, que esta intrinsecamente ligada à sociedade do consumo. (Caporal e Costabeber, 2002).

Desse modo, o conhecimento entendido e acumulado, por meio de suas múltiplas dimensões, se expressa como conhecimento agroecológico, permitindo assim, pensar na construção de um novo paradigma, capaz de gerar um modo de produção fundado no potencial ecológico e tecnológico, sendo seu arcabouço de sustentação a natureza e a cultura.

### 1.3 - A AGROECOLOGIA ENQUANTO PARADIGMA

O entendimento da Agroecologia, esta posta como um novo paradigma produtivo, que parte da construção de uma nova racionalidade ambiental, no qual a natureza constitui uma estrutura universalizante/totalizante e os conhecimentos estão baseados no ser, ou seja, na construção de um saber ambiental que tem como objetivo maior a manutenção da sociedade, ou seja, da humanidade. (LEFF, 2006)

Esse novo paradigma busca organizar seu conhecimento na complexidade da realidade socioespacial, e foi definido a partir de uma constelação de ciências, técnicas e práticas que possibilitem uma produção ecologicamente sustentável da agricultura.

A Agroecologia considerada um paradigma encontra-se em estágio de construção, que se contrapõe a atual crise do modelo tecnológico de organização e da produção dominante na agricultura, de acordo com Porto

Gonçalves (2004), o paradigma da chamada agricultura capitalista moderna, baseada nas grandes monoculturas destinadas às exportações, (principalmente nos países periféricos), sendo o suporte técnico atrelado a ao pacote oriundo da chamada “Revolução Verde”, se encontra dominado por empresas multinacionais e transnacionais. Essas acabam controlando todo o processo de produção agrícola desde a produção das sementes até a comercialização.

Segundo Caporal e Costabeber (2000 p. 10), esta crise se manifesta sob uma multiplicidade de dimensões na atividade humana e, portanto, sua superação, depende da produção de novos conhecimentos e do processo científico e tecnológico adaptado as circunstâncias socioeconômicas e culturais/locais das populações rurais.

Dentro desse contexto, estudiosos como Leff (2006) defendem que é urgente e necessário um novo paradigma produtivo, que pode estar tanto fundamentado, em uma nova racionalidade ambiental que estabeleça estratégias teóricas, investigações científicas, como também ações práticas para que as qualidades da natureza sejam convertidas em fontes reais de riqueza.

Kuhn (1992) trouxe uma importante contribuição para a discussão da necessidade de rupturas dos dogmas até então inquestionáveis dentro das ciências, seu pensamento esta vinculado a nova filosofia da ciência.

Desse modo, o autor entende que o progresso da Ciência não deve ser só marcado pelos processos gradativos de avanço no conhecimento, mas também que esse avanço advêm de processos contraditórios denominados por ele de “revoluções do pensamento científico”, no qual, essas se dariam quando percebe-se a necessidade de reformular o conceito como também toda a pratica nele envolvida. Assim, as erupções das crises serviram para o questionamento e a transformação de todo um modo de pensar e de fazer ciência.

Será a partir do entendimento de que, e para quem a ciência deve ter êxito, são necessários três tipos de elementos: o primeiro consiste no problema a ser resolvido, o segundo, o tipo de resposta valida, e por ultimo, o método admitido como efetivo. Será da existência desses elementos juntamente com a pratica e o pensamento que se entende a ideia de paradigma, para Kuhn (2011, p. 13)

“paradigmas são as realizações científicas universalmente conhecidas, que durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade praticante de uma ciência”.

Quando as pesquisas se baseiam em firmes convicções a partir de fundamentos que foram incorporados de um determinado paradigma, elas estão incluídas no que se denomina “ciência normal”. A “ciência normal” significa a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas”. (Kuhn, 2011, p. 29)

É nessa forma de pensar que a maioria das ciências que se encontram ligadas. Elas são compostas de regras, que são conhecidas por toda a comunidade científica. Essas pesquisas geram conhecimentos, contudo nem sempre trazem inovações ou descobrem novos fenômenos científicos.

Quando as leis que regiam um paradigma são, questionadas ou quando não satisfazem um quadro teórico elaborado, acontece um quadro de “anomalia”. As anomalias irão subverter a tradição pré-existente dos paradigmas, o que ocorre posteriormente a esse processo são as chamadas investigações extraordinárias, que conduziram “a uma nova base para a prática científica”. (Kuhn, 2011, p. 29)

Uma nova base científica dependerá da ruptura epistemológica, do paradigma dominante. Nesse sentido, Bachelard (1996), procura demonstrar o destino do pensamento científico abstrato, o autor procura provar que esse pensamento não seria sinônimo de “má consciência científica”. Para ele a abstração seria responsável por desobstruir o espírito, em um processo não uniforme.

Nesse sentido o autor defende que o espírito científico deve ir além do conhecimento adquirido e tido como absoluto, pois, seria característica que impediria o desenvolvimento do pensar. Assim, há que ser entendido, que o saber científico esta sempre em constante renovação.

Sousa Santos (2004, p. 8), questiona a teoria representacional da verdade, ressaltando que o “conhecimento científico é socialmente construído”. E assim, propõe uma dupla ruptura epistemológica, criticando a separação entre sujeito epistêmico e sujeito empírico. Nesse sentido, o autor destaca que o atual paradigma dominante esta em crise, e em contraponto evidencia que esta ruptura proporcionara a emergência de um novo paradigma.

A ciência moderna, que se tornou o modelo de racionalidade, tem início do século XVI, e seu domínio estará restrito ao domínio das ciências naturais, será apenas no século XIX, que esse modelo se estende às ciências sociais. Este modelo de racionalidade terá um caráter global sendo um modelo totalitário. Desse modo, a “ciência moderna desconfia sistematicamente das evidências da nossa experiência imediata. Tais evidências, que estão na base do conhecimento vulgar, são ilusórias”. (Souza Santos, 2004, p. 24)

A ciência moderna ou normal, também será responsável por separar a natureza e o ser humano. A natureza será desvendada, ou seja, o conhecimento terá como propósito seu domínio e controle. As observações e as experimentações feitas sobre os fenômenos da natureza terão como base as idéias advindas da matemática, com o objetivo de se construir um conhecimento mais aprofundado e rigoroso destes fenômenos.

(...) o rigor científico afere-se pelo rigor das mediações. As qualidades intrínsecas do objecto são, por assim dizer, desqualificadas e sem seu lugar passam a imperar as quantidades em que eventualmente se podem traduzir. O que não é quantificável é cientificamente irrelevante. (SOUZA SANTOS, 2004, p. 27)

O conhecimento na ciência moderna estará estruturado no método parcelário, ou seja, na “redução da complexidade. O conhecimento é dividido e classificado, com o objetivo de posteriormente relacionar, sistematizar e finalmente formular leis. A criação de leis estará pautada na possibilidade de se observar a regularidade, e prever a conduta futura dos fenômenos estudados.

As leis na ciência moderna estavam estruturadas, segundo Sousa Santos (2004, p. 29-30), num “tipo de causa formal”, que levou mais em conta “o como funciona as coisas em detrimento de qual o agente ou qual o fim das coisas”. Desse modo, “o conhecimento científico rompe com o conhecimento do senso comum”. As lógicas centrais estavam “na ordem e na estabilidade do mundo”, na “ideia de que o passado se repete no futuro”.

É desse modo de pensar que se constrói a mecânica newtoniana, as leis da física e da matemática determinaram que “o mundo da matéria é uma máquina cujas ações se podem determinar”, essa será a “grande hipótese universal da época moderna, o mecanicismo”. (Sousa Santos, 2004, p. 31)

Desse modo, o que vai prevalecer é o determinismo mecanicista, que teve grande capacidade de transformar e dominar, que passando ao plano social, estava baseado para Sousa Santos (2004, p. 31) nos “interesses da burguesia ascendente que via na sociedade em que começava a dominar o estágio final da evolução da humanidade”. Foi desse modo, que o “prestígio de Newton e das leis simples, que reduzia toda a complexidade da ordem cósmica tenham convertido a ciência moderna no modelo de racionalidade hegemônica”. Assim, as leis que eram aplicadas na natureza começam a ser aplicadas na sociedade.

Esse modelo mecanicista foi, assumido de dois modos diferentes, e por vertentes opostas. A primeira teve como objetivo, aplicar os princípios epistemológicos, derivados dos estudos da natureza, para os estudos das sociedades. A segunda tem como objetivo “reivindicar para as ciências sociais um estatuto epistemológico e metodológico próprio com base na especificidade do ser humano e sua distinção polar em relação a natureza”. (Sousa Santos, 2004, p. 33)

Diante desse debate, existe claramente uma fronteira estabelecida, entre os estudos que privilegiam o ser humano e os estudos que privilegiam a natureza. Entretanto, para Sousa Santos (2004, p. 40) o que prevalece ainda nessas racionalidades é a “prioridade cognitiva das ciências naturais”, no qual “se recusam os condicionantes biológicos do comportamento humano”, como também, ainda se usam, “argumentos biológicos para fixar a especificidade do ser humano”.

A partir do exposto, o que se tem é a crise do paradigma moderno. E essa deriva do próprio avanço do conhecimento que ao longo da história vem percebendo a fragilidade de seus fundamentos.

A primeira condição ao rompimento do paradigma da ciência moderna foi construída por Einstein, que a partir do pensamento da simultaneidade. A segunda será a mecânica quântica, demonstrados por Heisenberg e Bohr. A terceira será o questionamento do rigor da matemática feita por Godel. A quarta condição teórica da crise do paradigma newtoniana advém dos avanços no domínios da microfísica, da química e da biologia, como exemplo, são os trabalhos do físico-químico Ilya Prigogine. (SOUSA SANTOS, 2004)

Essas mudanças teóricas e rupturas que se dão no conhecimento científico, tem contribuído para aprofundar as reflexões epistemológicas, enriquecendo e diversificando os avanços intelectuais.

Nesse sentido, será em defesa de um paradigma emergente, que Sousa Santos (2004, p. 19-20) destaca as características dessa ruptura: que não se faz mais no sentido da distinção entre ciências naturais e ciências sociais, o pólo catalisador estaria nas ciências sociais, que teria que renunciar todas as “formas de positivismo lógico ou empírico ou de mecanicismo materialista ou idealista”, e aceitar e re-valorizar as humanidades, não no sentido da generalização e nem da unificação, e sim no sentido de trabalhar com “galerias temáticas”, e não com “objetos teóricos estanques”. Assim, “a distinção hierárquica entre conhecimento científico e conhecimento vulgar tenderá a desaparecer e a prática será o fazer e o dizer da filosofia prática”.

Esta dupla ruptura epistemológica tem como pretensão, a construção de uma ciência prudente, vinculada a um sentido comum esclarecido. No qual a relação entre ciência e sociedade ganhará novos sentidos. Onde, esta última deve ser um componente da atividade científica, deixando de ser ignorada.

É particularmente nesse ponto que a Agroecologia aparece como um paradigma, ainda que mais teórico do que prático, que vem ganhando destaque nos meios acadêmico e científicos, no hibridismo e no diálogo dos saberes disciplinares e dos saberes culturalmente enraizados.

Para Gomes, (2005, p. 6), a Agroecologia é um paradigma que foi proposto, a partir da nova filosofia da ciência, que abarca a historicidade como fator principal na captação do conhecimento científico. Pois é a partir dessa nova filosofia da ciência proposta por Thomas Kuhn, que se tem desenvolvido na ciência uma atividade autônoma, considerando que não se podem conferir mais um caráter neutro nas atividades científicas.

No paradigma agroecológico a dimensão do desenvolvimento local é considerada muito importante, na medida em que seus princípios e conceitos estão fundamentados na consideração do potencial endógeno. Que faz referência à identificação da história das experiências já desenvolvidas, contribuindo para a obtenção de aprendizados sobre as distintas maneiras de se produzir na agricultura.

Nesse contexto deve-se ressaltar que os conhecimentos tradicionais são muito importantes nesse paradigma em desenvolvimento, como também os conhecimentos científicos. Para Gomes e Guasp (2001) a chave para entender esse paradigma está na necessidade de perceber a articulação dos conhecimentos científicos com os saberes tradicionais.

Neste campo, a importância da estrutura dos conhecimentos tradicionais, levando em conta a relação do homem com a natureza sem promover degradação ambiental, e a validade destes conhecimentos na construção de programas de desenvolvimento sustentável são vistas como alternativas importantes e inclusive como base de sustentação para a pesquisa em Agroecologia. (GOMES e GUASP, 2001 p. 9)

Entretanto, a que se fazerem ressalvas sobre essa articulação de conhecimentos oriundos de bases epistemológicas diferentes, pois, pode não ser fácil seu relacionamento. Nesse sentido Gomes e Guasp (2001, p. 11) destacam que devem ser consideradas as diferenças entre conhecimento “letrado” e o conhecimento “cotidiano”.

#### 1.4-AGROECOLOGIA: DAS CRISES AS NOVAS FORMAS DE INTERPRETAÇÃO CIENTÍFICA

Como pode ser percebido as crises fazem parte da construção do saber, para Norgaard (1989, p. 42) “Os cientistas raramente contemplam seu saber, a menos que ocorra uma crise”. A agroecologia permeia esse cenário de crise, e se transformou num desafio ao modo de pensar dominante que prevalece no ocidente.

Como já foi visto, o pensamento ocidental possui a visão de mundo denominada mecanicista, em analogia as máquinas e ao pensamento de Newton com a mecânica. Este pensamento possui várias características, como: uma forte ênfase no conhecimento útil, nos fenômenos universais, a divisão do mundo em várias partes que podem ser conhecidas sem a conexão uma das outras, as partes se relacionam de maneira sistemática. (NORGAARD, 1989)

Na agroecologia o modo de construção do seu saber se desvincula dos aparatos teóricos e práticos que regem o paradigma da ciência moderna. Pois, segundo Norgaard (1989, p. 42) “os agroecologistas são fascinados por

sistemas agrícolas que foram desenvolvidos por séculos”. Nesses sistemas diferentemente da agronomia convencional (onde o conhecimento possui uma estrutura hierárquica), as pessoas interagem na construção do conhecimento.

A diferença mais importante entre a visão agroecológica do mundo e a da ciência ocidental é que os agroecologistas vêem as pessoas como parte dos sistemas locais em desenvolvimento. A natureza de cada sistema biológico desenvolveu-se para refletir a natureza do povo – sua organização social, conhecimento, tecnologias e valores. (Norgaard, 1989, p. 44)

No pensamento dos agroecólogos não existem verdades universais, “uma vez que cada agroecossistema que estudam tem uma historia coevolutiva diferente”. Assim, será partir de uma visão coevolutiva do mundo que o agroecologista trabalhará, entendendo, segundo Norgaard, (1989, p. 45) que “os povos desenvolvem-se diferentemente em diferentes ambientes e sistemas biológicos”, onde, a cultura dos povos será responsável por modificar os sistemas biológicos, como estes também serão responsáveis por moldar as culturas humanas.

Mas, mesmo os agroecologistas trabalhando a partir dessa visão coevolutiva, os conhecimentos da disciplina da Agroecologia segundo Norgaard (1989, p. 46), ainda são emergentes que “apenas pode ser justaposto às crenças epistemológicas do pensamento convencional do ocidente. As crenças epistemológicas para uma visão evolutiva do mundo ainda estão em andamento”.

O que Norgaard (1989, p. 47) ressalta é que o campo de ação da agroecologia ainda não tem práticas claras definidas que podem ser adotadas por um corpo científico profissional. Entretanto, sugere seis premissas que constituem um “aparato mínimo necessário para fornecer limites, definir uma visão de mundo, sugerir o direcionamento e definir as aspirações da agroecologia”. são elas:

(1) Sistemas biológicos e sociais - como sistemas - tem potencial agrícola; (2) Este potencial foi captado por produtores tradicionais através de processos de tentativas, erros, aprendizado seletivo e cultural; (3) Os sistemas sociais e biológicos desenvolveram-se mutuamente, de maneira que um depende estruturalmente do outro. O conhecimento incorporado nas culturas tradicionais através do aprendizado cultural estimula e regula a fluxo e

feedback do sistema social para o biológico; (4) A natureza do potencial dos sistemas social e biológico pode ser mais bem compreendida dado o presente estado do conhecimento formal, social e biológico, estudando-se como as culturas tradicionais – agrícolas – captaram este potencial; (5) O conhecimento social e biológico formal, o conhecimento e alguns insumos desenvolvidos pela ciência agrícola convencional, e a experiência com instituições e tecnologias agrícolas ocidentais podem se unir para melhorar ambos agroecossistemas, tradicional e moderno; (6) O desenvolvimento agrícola através da Agroecologia manterá mais opções culturais e biológicas para o futuro e trará menos efeitos negativos para a cultura, biologia e ambiente do que a tendência agrícola convencional sozinha.

O atual modelo de agricultura está estruturado de acordo com as necessidades das forças econômicas, que foram ditadas principalmente após a Segunda Guerra Mundial, que conheceu um grande avanço na área tecnológica. Nesse sentido segundo Navarro (1992, p. 1) “la economía que há otorgado al sector agrario un papel relevante en el crecimiento económico”.

Assim, a economia agrária passa a ser alicerçada a partir de algumas funções, no intuito de contribuir para o crescimento do setor industrial, são eles: “Suministro creciente de alimentos, transferencia de mano de obra para la industria, recursos para el desarrollo industrial, creación de mercados, ingresos por exportaciones y cooperación internacional”.

Dentro desse contexto, a agricultura tradicional se transformou num setor econômico “moderno”, no qual o crescimento agrário seria uma função do desenvolvimento tecnológico. Para Navarro (1992, p. 2) essas idéias estavam apoiadas em duas concepções básicas: (1) “los procesos productivos agrarios podían ser manipulados mediante la aplicación de conocimientos físico-químicos y que la sustitución progresiva de trabajo por capital”; e (2) “la intensificación productiva, el aumento de insumos externos, el aumento de la escala de la explotación, la especialización y la mecanización lo harían posible”.

Nesse contexto, a produção agrícola é vista como uma função mecânica, que não leva em consideração a dimensão do tempo e o modo de produzir, ou seja, sem considerar a quantidade de recursos pré-existentes, e nem como os produtos agrícolas eram produzidos pelos camponeses.

Essa função mecânica da ciência se desenvolve na agricultura, principalmente, na Agronomia, a partir do enfoque analítico-parcelario de raiz cartesiana. No qual, segundo Navarro (1992, p. 3) a terra é vista como uma máquina, que é separada artificialmente do processo agrícola e de suas conexões com os ecossistemas. “Al hombre se le otorgó la posibilidad de manipular la tierra de acuerdo con los desarrollos físicos y sobre todo químicos, logrados en laboratorios y trasladados después al campo”.

Diante do exposto, Navarro (1992), defende que se faz imprescindível uma mudança teórica e metodológica que rompa essa visão mecanicista da ciência na agricultura, e que tenha um enfoque mais holístico e sistêmico, entende que a agroecologia contribui para essa mudança, constituindo-se num novo paradigma para a agricultura.

La agroecología parte de un supuesto epistemológico que supone una ruptura con los paradigmas convencionales de la ciencia oficial: frente al enfoque parcelario y atomista que busca la causalidad lineal de los procesos físicos, la agroecología se basa en un enfoque holístico y sistémico, que busca la multicausalidad dinámica y la interrelación dependiente de los mismos. (NAVARRO, 1992, p. 5)

O rompimento de uma visão pré-existente constitui-se quase sempre em um avanço importante. No caso da ciência agroecológica, avança, segundo Guzmán e Molina (2005, p. 14), no sentido de romper com o “falso discurso científico”, que prioriza e legitima uma agricultura a serviço da indústria, que vem cada vez mais “difundindo a biotecnologia como paradigma hegemônico e proclamando a necessária prioridade dos cultivos transgênicos”.

Nos aspectos sociais, a Agroecologia tem como objetivo, ir criando metodologias e técnicas que registram a visão do conhecimento dos saberes locais dos próprios atores envolvidos no processo. Para Guzmán e Molina (2005, p. 14), a ferramenta da história oral vai de encontro e contribui com as “metodologias qualitativas e participativas”.

A partir dessas explanações podem-se perceber claramente as contradições inerentes aos dois sistemas de produção. No caso da agricultura convencional a produção agrícola é vista como uma mercadoria, que quanto mais se produz, e se comercializa mais ganhos serão obtidos, não importando se isso acarretará numa sobre carga aos sistemas naturais. Os sujeitos desse

processo são o grande e o médio produtor agrícola integrado ao mercado. E tem como grande financiador dos seus recursos o Estado. Já na agricultura com base nos princípios da Agroecologia a produção é voltada principalmente para a sobrevivência, os sujeitos serão os camponeses e as mais diversas categorias de trabalhadores. No qual, esta inerente a preocupação com os sistemas naturais, pois eles estão intrinsecamente ligados ao desenvolvimento social e são potencialmente capazes de contribuir na autonomia camponesa.

### 1.5- CAMPONESES E A AGROECOLOGIA

Nessa parte do trabalho, o foco é compreender como são inseridos os pressupostos da Agroecologia no mundo camponês. Para isso é necessário primeiramente entender quem são os sujeitos desta pesquisa, ou seja, o que se entende por camponês. E assim, fazer uma escolha conceitual para entender os sujeitos sociais envolvidos nesta querela.

Lembramos que neste item não temos a ousadia de fazer um resgate histórico aprofundado desse conceito, pois, abrangeria uma discussão de autores e períodos bem longínquos, o que demandaria praticamente um trabalho só sobre isso. O que se pretende então é entender, mesmo que de modo sucinto, como esse conceito é definido e trabalhado dentro das Ciências Sociais, em específico na Geografia.

Marques (2008, p. 58) destaca que o conceito de camponês “tem se relacionado às disputas políticas e teóricas travadas em torno da interpretação da questão agrária brasileira e das direções tomadas pelo desenvolvimento capitalista no campo”.

A origem do conceito de camponês foi pautada na vida agrícola da idade média européia. No Brasil o campesinato foi se formando a partir de uma realidade diferenciada e específica. Pois, segundo Marques (2008, p. 60) “aqui o campesinato é criado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista”.

No Brasil, o conceito de camponês começa a ganhar destaque nas Ciências Sociais nos anos de 1950. Nessa ocasião, segundo observa Marques (2008, p. 60), ocorre à afirmação dos camponeses enquanto “identidade política em nível nacional”. Estes eram marcados, pela formação das ‘Ligas

Camponesas'. A título de compreensão, nesse período histórico a questão agrária brasileira passava por mudanças, onde, a “grande concentração de terras e a extrema desigualdade social se tornam mais evidentes nas relações de trabalho”.

Na década de 1970, começa a ser utilizado o conceito de pequeno produtor, como alternativo ao de camponês. Nesta nova forma de abordagem, ganha destaque o caráter operacional, por “supostamente, melhor representar a realidade de um campo submetido pelo Estado à desarticulação de seus movimentos sociais e a um conjunto de políticas de cunho modernizante”. (MARQUES, 2008, p. 60)

No início dos anos de 1980, as discussões nas Ciências Sociais foram marcadas pela problemática das diferentes formas de subordinação familiar e sua polarização entre agricultores e pequenos produtores excluídos. Isto para Marques (2008, p. 61) “em decorrência das mudanças verificadas no campo e novos movimentos sociais entram em cena como os atingidos por barragens, dos seringueiros, trabalhadores rurais sem terra”.

Já no início de 1990, o que se propôs por alguns autores, foi a substituição do conceito de camponês para o de agricultor familiar. Que como ressalta Marques (2008, p. 61), foi criado como um “conceito síntese”, que acabou sendo aceito por muitos na academia, na burocracia do Estado como também por alguns agricultores. “Essa substituição se dá com base na adoção de uma abordagem evolucionista sobre o desenvolvimento da história”.

Marques (2008, p. 61), destaca que a substituição do conceito de camponês pelo de agricultor familiar, passa “pela afirmação de sua diferença”, ou seja, diferentemente do que ocorria com o conceito de pequena produção que aparecia “de forma articulada ao de camponês”.

Ao contrário do que se poderia prever, em meados de 1990, o modelo de agricultura industrial capitalista presente no território brasileiro, começa a ser criticado, por segundo Marques (2008, p. 61-62) gerar muitos “impactos negativos sobre a diversidade cultural e ambiental do Planeta”. É da compreensão desse processo que ressurgiu no campo brasileiro o “campesinato como identidade política”.

Desse modo, os camponeses podem ser entendidos a partir da categoria política, mas não apenas nessa perspectiva, para Sabourin (2009, p.

13), estes podem ser entidades também como uma “categoria social e sociológica”. A defesa dessas categorias constitui a base de sua análise. O autor vai contra o pensamento que nega a existência do campesinato na história da sociedade brasileira, que se encontraria marcada pela negação ou associada à ideia de atraso. Pois, os camponeses não estariam completamente inseridos no processo de modernização tecnológica, que se instalou no país a partir da década de 1970.

Sabourin (2009, p. 13) defende que a chave para a compreensão da presença das características camponesas está nas “lógicas de resistência e de reprodução”, que podem ser evidenciadas pelas dificuldades ou pela precariedade em acessar recursos produtivos (terra, água, recursos monetários, atender a exigência dos mercados, entre outros).

O princípio explicativo da reprodução camponesa no Brasil formulado por Sabourin (2009, p. 14), leva em consideração “uma interface, uma articulação dialética entre as implicações da troca mercantil e as práticas de reciprocidade”.

A reciprocidade estaria ligada às práticas de solidariedade existentes entre as famílias e as comunidades camponesas. Esta solidariedade se manifesta tanto ao nível do real (exemplo experiências de ajuda mútua), como também possui uma natureza simbólica (intrínseca ao sentimento de pertencimento e transmissão de valores).

Nestas circunstâncias, a produção agrícola de natureza familiar é frequentemente associada ao manejo coletivo de recursos naturais comuns (terras, água, pastos) ou à redistribuição de fatores de produção (sementes, trabalho, saber fazer...), mediante diferentes formas de ajuda mútua, de regras de acesso ou de compartilhamento destes recursos. (SABOURIN, 2009, p. 23)

A que se ressaltar ainda, que dentro desse princípio da reciprocidade, não se considera que os camponeses estão excluídos do mercado, pois estariam “indiscutivelmente inseridos”, mas de modo parcial, e sujeitos a evoluções. Pois, a esse princípio se insere outras formas de organização, como aquelas que dizem respeito às condições profissionais, como a organização de sindicatos e cooperativas, que garantem diferentes formas de relações com o mercado.

A conexão dos camponeses a partir dessas organizações acaba por, favorecer a expansão das relações de reciprocidade, que estariam segundo Sabourin (2009, p. 14-15), “para além do espaço estritamente local, com a sociedade em seu conjunto”. Entretanto, é também nesse contato que “se manifestam as tensões e os conflitos”, como é o caso, por exemplo, da implantação de políticas públicas que não levam em consideração ou desconheçam os princípios que estão ligados as lógicas camponesas.

As lógicas camponesas possuem, vários aspectos relevantes, como é o caso da produção e suas relação intrínseca com o meio ambiente. Como adverte Sabourin (2009, p. 22), “é impossível analisar as lógicas dos sistemas técnicos, econômicos e sociais sem levar em conta as especificidades dos ambientes naturais do meio rural”.

Considerando que a agricultura camponesa brasileira teve origem nas fissuras, ou seja, nos espaços que não eram ocupadas pelos grandes monocultivos ou da pecuária. Desde o início, esse processo foi marcado pela constante mobilidade, que quando tinham esses espaços integrados a grande produção ou os camponeses eram expulsos por algum motivo, procuravam um novo lugar para continuar produzindo e se reproduzindo.

Nesse sentido, para Camargo (2007, p. 196), é necessária a manutenção do conceito de camponês para:

(...) o reconhecimento e fortalecimento das populações rurais em respeito a sua singularidade, que justamente se opõe a qualquer forma de síntese, e se enriquece ao serem preservadas as denominações que cada indivíduo tem por si. (...) Traz ainda o significado de reconhecimento destas populações como agentes potenciais de transformação passíveis de agregar força à luta inserida em contextos econômicos sob o sistema capitalista de produção. (CAMARGO, 2007, p. 196)

Pois, hoje a lógica do campo brasileiro deve ser analisada, segundo Oliveira (1997, p. 11), a partir de sua natureza paradoxal, ou seja, do “desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção na formação social capitalista, significa entender que ele supõe sua reprodução ampliada, ou seja, que ela só será possível se articulada com relações sociais não capitalistas”.

Nesse contexto, Oliveira (1997, p. 18-19), destaca que o desenvolvimento capitalista que se encontra propagado no campo brasileiro,

possui além das formas tradicionais de trabalho baseados no salário, também “relações de trabalho não capitalistas”, como a parceria, o trabalho familiar camponês. Assim, “a utilização dessas relações de trabalho não capitalistas poupa aos capitalistas investimentos em mão-de-obra”. Desse modo pode-se entender que “o próprio capital pode lançar mão de relações de trabalho e de produção não capitalistas (parceria familiar) para produzir o capital”.

Se, de um lado, o capitalismo avançou em termos gerais por todo o território brasileiro, estabelecendo relações de produção especificamente capitalistas, promovendo a expropriação total do trabalhador brasileiro no campo, colocando-o nu, ou seja, desprovido de todos os meios de produção; de outro as relações de produção não capitalistas, como o trabalhador familiar praticado pelo pequeno lavrador camponês, também avançaram mais. (OLIVEIRA, 1997, p. 11)

O capital se caracterizando pela contradição, desenvolve situações específicas como a subordinação da produção camponesa, que segundo Oliveira (1997, p.11), “sujeita e expropria a renda da terra”. O que acaba acontecendo nesse processo é que o capital “expropria praticamente todo o excedente produzido, reduzindo o rendimento do camponês ao mínimo necessário à sua reprodução física”.

Outra característica, nesse processo contraditório que ocorre para Oliveira (1997, p.11), é a “fusão entre a pessoa do proprietário da terra e a do capitalista”, situação esta que é mediada pela ação do Estado.

O capital já unificou, articulou estruturalmente, a sua reprodução ampliada. Hoje a articulação entre o capital, o capital comercial e o grande proprietário de terras, tem no Estado a mediação da sua reprodução e regulação. A mediação e a regulação do Estado tem garantido todas as condições para o processo de desenvolvimento do capital. (OLIVEIRA, 1997,13-14)

Assim, o capital adentra no mundo camponês, sujeitando-os pela renda da terra. Esse processo gera duas situações, uma delas é o controle dos camponeses pela ação dos monopólios. A outra situação, é que essa relação de sujeição leva a união dos trabalhadores rurais enquanto classe.

(...) a luta capitalista pela apropriação privada da terra leva a um aumento do número de posseiros, que também travam a luta desigual pela conquista de um espaço para se reproduzir. (...) o desenvolvimento das forças produtivas, portanto, deve ser entendido em seu movimento contraditório, ou seja, a unidade gera uma unidade na diversidade. “(...) a contradição que move a lógica do

capital, certamente, é o móvel revelador do desenvolvimento desigual e combinado do campo brasileiro, este campo que ao mesmo tempo que abre espaço para o avanço do trabalho assalariado, igual e contraditoriamente, abre espaço ao avanço do trabalho familiar. (OLIVEIRA, 1997, p. 13-16)

Desse modo, mesmo quando a realidade se mostra configurada pelo aumentando da concentração de terras no campo brasileiro, ocorre em contraponto, o aumento do número de camponeses que lutam pela recuperação das terras perdidas. Oliveira (1997, p. 26) ainda ressalta que, “quando essa possibilidade de recuperar a fração do território perdido não pode ser realizada, ele encontra novas formas de luta para abrir acesso à terra camponesa onde ela se tornou capitalista”. É nesse sentido que pode ser entendido o MST.

## 1.6 - CONEXÕES ENTRE CAMPESINATO E AGROECOLOGIA

Guzmán e Molina (2005, p. 56) ressaltam que dentro da tradição teórica, quem mais se aproximou de uma caracterização completa do campesinato foi Eric Wolf. Pois, este teria incorporado além de captar os elementos essenciais dessa classe, também resgatará aspectos relevantes da antiga tradição dos estudos camponeses, como os estudos de Chayanov, vindo a recuperar o “marco teórico dos ecotipos camponeses”. Complementado posteriormente pelo enfoque conflitivista vinculados ao processo da expansão européia para a América Latina, com a análise dos ‘povos sem história’.

Boguslaw Galeski, foi outro autor de importância na tradição teórica do campesinato, ele reelaborou o conceito de estrutura social aplicando à análise dessa classe. Entretanto, teria sido Teodor Shanin “o grande impulsionador dos novos estilos camponeses”. Ele irá recuperar “o valioso legado de sua ‘multilinearidade’ para o desenvolvimento dos países periféricos. O autor que seguira essa corrente intelectual será Juan Martinez Alier, que irá introduzir a dimensão agroecológica em suas análises sobre movimentos sociais escrevendo *‘Ecología dos pobres’*. (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 57-58)

Assim, a incorporação da categoria ecologia na evolução teórica dos estudos camponeses se dá na América Latina, como uma dimensão essencial nas pesquisas, a partir de países como México, Peru, Bolívia entre outros. Os

autores dessa dimensão foram vários, como Angel Palerm, que estabelece a conexão entre a agroecologia e o campesinato, destacando que o sistema camponês como uma categoria teórica que tem uma continuidade prática, ou seja teria a 'protoforma', fundamental para a consolidação da agroecologia. (GUZMÁN; MOLINA, 2005)

Continuando dentro da mesma perspectiva teórica, Angel Palerm conquistará seguidores como, Efraim Hernández Xolocotzi, Stephen Gliessman, e Victor Manuel Toledo. Esses foram também autores que inseriram em seus estudos sobre camponeses tradicionais a categoria ecológica. Para Guzmán e Molina, (2005, p. 73), será Gliessman que elaborará o marco teórico do 'contexto da sustentabilidade na agricultura'. Mas será Toledo, o autor que trabalhará com mais ênfase a ecologia na agricultura, sendo que este formulará "uma proposta teórica que pode 'ser considerada potencialmente como um novo paradigma'", conforme foi exposto no primeiro capítulo.

A agricultura camponesa deve ser pensada em sua relação direta com seu meio, considerando sua dependência aos recursos naturais, para suprir suas necessidades e assegurar sua reprodução. Desse modo, a agricultura se estruturou ao longo do tempo a partir de uma racionalidade ecológica. Segundo Camargo (2007, p. 193) "Essa era (...), o alicerce de sua constituição até poucas décadas atrás, diferenciando-se das formas de manejo e organização que têm na racionalidade econômica seu eixo principal".

Os camponeses em suas trajetórias de vida foram acumulando saberes, observando o espaço rural, assim, aprenderam a incorporar a sua dinâmica cotidiana os resultados dessas observações. Adaptaram os sistemas agrícolas de produção em espaços diversificados e articulados entre si.

Essa dinâmica fica comprometida segundo Camargo (2007, p. 194) com a "intensificação das modificações socioeconômicas e territoriais", que tornaram as famílias camponesas mais suscetíveis as externalidades dos seus sistemas agrícolas "diferentemente dos seus antepassados os quais iniciaram momentos em que a dependência e subordinação de seu trabalho ao capital atingiam-nos mais lentamente, haja vista as diferentes realidades demográficas e tecnológicas".

Nestes aspectos, a economia camponesa não pode ser analisada a partir dos paradigmas da economia de mercado, ou seja, as análises que possuem como foco a economia camponesa não devem ser feitas da mesma forma que as análises econômicas de uma empresa, pois, os camponeses em grande maioria, não possuem em sua estrutura econômica os salários. Assim, seriam necessárias outras formas de análise para se entende-los.

Para Shanin (1976, Apud, Poli, 2009), o campesinato apresenta as seguintes características: Exploração agrícola familiar como unidade básica multifuncional de organização social; O cultivo da terra e a criação de gado são o principal meio de vida; Uma cultura tradicional especifica intimamente ligada à forma de vida de pequenas comunidades; Subordinação à direção de agentes externos.

Desse modo a exploração camponesa pode ser considerada como uma unidade de produção, ou seja, consumo. O principal sustento do camponês seria o trabalho familiar. A unidade familiar é um lugar de vida para a família. E, é na terra e com a família que se constrói e se organiza o projeto de vida.

O aumento do nível de vida ou consumo terá um impacto importante em toda a organização da produção, pois, necessariamente aumentará o trabalho. A partir da “Revolução Verde” os agricultores viram em suas propostas uma solução para suprir essas necessidades.

É na necessidade do aumento do consumo na unidade familiar, que reside, segundo Poli (2009, p. 23) “umas das questões mais complicadas para o camponês”. Pois, terá que aumentar sua produtividade como também seu trabalho, e será a partir da “Revolução Verde”, que os camponeses passaram a investir em equipamentos e máquinas, conseqüentemente para adquirirem estes, terão que recorrer ao crédito bancário, que acarretará para muitos em dívidas, que acabam tendo que serem pagas com a produção.

O que aconteceu nesse processo é que houve um maior endividamento dos camponeses, pois, se viram obrigados a reduzirem muitas vezes até o consumo familiar para pagar as dívidas contraída nos bancos. O que aumentou sua dependência em relação ao mercado. Entretanto, para Poli (2009) poderiam ser buscadas outras soluções, que resolveriam a situação de forma diferente a partir de algumas práticas, como: o aumento da produtividade do trabalho a partir da incorporação de novas tecnologias, sem a inclusão de agrotóxicos;

com a incorporação de novas práticas de recuperação de adubação aproveitando os recursos naturais; com a seleção e uso de sementes crioulas adaptadas as regiões; com a incorporação do conhecimento (das ciências agrícolas por exemplo) no processo de produção, entre outros.

Desse modo, a situação ideal nas unidades familiares seria o aumento da autonomia, reduzindo cada vez mais a dependência em relação ao mercado. Para Poli (2009, p. 24) “essa poderia ser a forma de olhar a sustentabilidade na Agroecologia”. Nessa perspectiva, se observarmos a situação das unidades familiares podemos afirmar que há possibilidade de aumentar a autonomia em relação ao mercado e garantir melhores condições de sustentabilidade a partir de algumas posturas simples, conforme segue exposto:

- A Produção de todos os alimentos que podem ser produzidos na unidade familiar, conjuntamente com a organização da produção com os vizinhos, na perspectiva de garantir o abastecimento das famílias;
- A Produção de sementes crioulas adaptadas à região, como também a sua certificação vinculada a instrumentos construídos pelos movimentos e organizações populares;
- A adubação verde pode ser uma forma de melhorar a fertilidade da unidade familiar;
- Planejamento da produção de forma articulada à organização da distribuição e do consumo dos alimentos produzidos;
- Considerar a questão energética como estratégica (aproveitamento da lenha, da energia solar, do gás, da água da chuva, entre outros);
- Construção de um projeto de vida para a família;
- Assumir a diversificação como fundamento da sustentabilidade e pensar a policultura como sistema de produção;
- Associar a atividade camponesa ao processo de pluriatividade a partir do aproveitamento do saber-fazer das pessoas e das possibilidades que surgem.

Mesmo sabendo das dificuldades que os camponeses têm para por em pratica esses objetivos. Esses podem ser um caminho para aqueles, que desejam se desvencilhar da tão amarrada dependência que se viram inseridos

ao longo dos últimos trinta ou quarenta anos pós-implantação do projeto de modernização da agricultura.

Com o objetivo de entender melhor como os camponeses podem incorporar os princípios da Agroecologia, esboçou-se alguns aspectos que podem ser as diretrizes que nortearão esta relação, de acordo com Camargo (2007, p. 194):

- A terra, o trabalho e a família como os valores morais e categorias nucleantes, bem como a honra, a hierarquia e a reciprocidade como os princípios organizatórios;
- Preocupação com o auto-consumo e segurança alimentar da família segundo suas necessidades e desejos, prevalecendo o valor de uso sobre o valor de troca;
- Diversificação da produção através do uso diferenciado das terras, aproveitando suas especificidades físico-biológicas, em atenção ao relevo, solo, disponibilidade hídrica e florestal, entre outros;
- Organização de espaço rural também tendo como premissa a importância de promover a integração das atividades produtivas;
- O estabelecimento de relações de vizinhança e reciprocidade entre famílias produtoras que passam a trocar seus recursos e produtos, de origem animal ou vegetal, o que inclui também maquinários e a própria força de trabalho. Ainda que não mensurados monetariamente, tal dinâmica impacta positivamente a contabilidade da produção familiar;
- Compreensão de co-evolução homem/natureza, quando a organização do espaço rural, compreende o uso potencial e de longo prazo das espécies e dos recursos;
- O contato direto e intenso como o agroecossistema limita que sua produção ocorra normalmente em pequena e média escala o que viabiliza a compreensão das relações sistêmica naquela localidade. Por outro lado, os limites da propriedade nem sempre coincidem com a área de usufruto dos recursos naturais, compartilhando espaços de coleta, extração, pesca, plantio e criação animal, detendo a mesma importância;

- Ainda quando subordinados aos complexos agroindustriais, por exemplo, os camponeses detêm autonomia para tomadas de decisões, orientadas também pela racionalidade ecológica.

A partir do que foi exposto, esses elementos se colocam, muitas vezes como um instrumento de resistência ante ao avanço das práticas e dos modelos capitalistas. Esses fazem parte das características, dos valores, como também podem ser considerados como estratégicos para os camponeses na atualidade. Para NORGAARD; SIKOR, (2002) esses conhecimentos e modelos são desconectados, em geral, da lógica moderna capitalista e construídos em processos históricos, às vezes bastante longos, frutos da coevolução do sistema social com o sistema natural.

A Agroecologia ainda pode ser considerada um processo, ou ainda um ideal a que se deseja chegar. Entretanto para os agricultores vencerem o desafio de passarem da Agricultura convencional moderna a ecológica há a necessidade de passarem por processos de conversão, ou seja, de transição mas esses processos precisam ser levado em conta na formatação das políticas públicas, o que não ocorre até o presente momento.

## **CAPITULO 2: MOVIMENTOS SOCIAIS: A IMPLANTAÇÃO NOS TERRITÓRIO DO MST DA AGROECOLOGIA**

### **2.1 - O QUE SÃO MOVIMENTOS SOCIAIS?**

Para Castells (1999) os movimentos sociais devem ser entendidos em seus próprios termos e/ou palavras, eles são o que dizem ser: suas práticas, seus discursos são sua auto definição.

Gohn, (1997, p. 242) em busca de desvendar teoricamente as especificidades dos movimentos sociais na América Latina, discute os fatores principais de interpretação dos movimentos sociais, os quais, de modo geral, são: “mudanças nas ações coletivas da sociedade civil, no que se refere a seu conteúdo, suas práticas, formas de organização e bases sociais”. Desse modo a autora procura conceituar movimentos sociais do seguinte maneira:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social da sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre os temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político cultural que cria uma identidade para o movimento, a partir dos interesses comuns. (GOHN, 1997, p. 242)

A construção da identidade de um movimento social é de sua importância, pois essa será responsável para definir quais suas principais características e reivindicações como também pela permanência do movimento. Essa identidade será construída a partir de suas necessidades como também do desejo de mudança da sociedade.

Para Gohn (2010, p. 32) “um movimento social não assume ou ‘veste’ uma identidade pré-construída apenas porque tem uma etnia, um gênero, ou uma idade”, apenas essas características não dariam sustentação a uma identidade política ao movimento, “o reconhecimento da identidade política se faz no processo de luta, perante a sociedade civil e política, não se trata de um reconhecimento outorgado, doado, uma inclusão de cima para baixo”. Desse modo, a questão da identidade deve ser analisada a partir de campos relacionais, onde ocorrem disputas e tensões.

Existem movimentos sociais com modos diferentes de agir, podendo ser: conversadores, revolucionários, ambas as coisas ou nenhuma delas. Para Castells (1999) não existe uma direção predeterminada no fenômeno da evolução social, e que o único sentido da história é a história a que nos faz sentido, do ponto de vista analítico não há movimentos sociais “bons” ou “maus”, e sim, todos são sintomas de nossas sociedades e causam impactos nas estruturas sociais em diferentes graus de intensidade.

Castells (1999) ordena *grosso modo* os movimentos sociais, incluindo-os em categorias sociais a partir da tipologia clássica de Alain Touraine (1973), que define os movimentos sociais a partir de três princípios básicos: a identidade do movimento, ou seja, sua auto definição, o que é, e em nome de quem se pronuncia; os seus principais adversários, qual (is) são seus principais inimigos; e a visão ou modelo social do movimento, denominado de meta sócioetal, sendo desse modo a visão do movimento sobre o tipo de ordem ou organização social que almeja.

Essa forma clássica, para Gohn (2010, p. 15-16) tem contribuído na organização e conscientização da sociedade, apresentadas “via práticas de pressão/mobilização”. Entretanto, atualmente a essa forma clássica ocorreram ressignificações, pois, “muitos deles apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática suas ações são pela sustentabilidade e não apenas autodesenvolvimento”. Desse modo as lutas agora são por “novas culturas políticas de inclusão” e contra qualquer tipo de exclusão.

Para Gohn (2010, p. 15-16) há também uma ressignificação dos ideais advindos das definições clássicas dos movimentos sociais, como os ideais de “igualdade, fraternidade e liberdade”. No qual a igualdade seria ressignificada a partir da temática da justiça social, a fraternidade ressignificada em solidariedade e a liberdade agora estaria adjunta ao princípio de autonomia na constituição dos sujeitos, entendidos não individualmente, mas sim coletivamente. E ainda sendo a autonomia “entendida como inserção e inclusão social na sociedade, com autodeterminação com sabedoria”.

(...) os movimentos sociais na atualidade tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, tem grande poder de controle social e constroem

modelos de inovações sociais, podendo, portanto vierem a ser matriz geradora de saberes. (GOHN, 2010, P. 16)

Scherer-Warren (2008, p.109), destaca que as ressignificações são impulsionadas na atualidade, a partir de processos muito mais dinâmicos, sendo que nem sempre as teorizações dão conta de acompanhar esse processo, a autora defende que “com a globalização e a informatização da sociedade, os movimentos sociais em muitos países, inclusive no Brasil e em outros países da América Latina, tenderam a se diversificar e se complexificar”, graças a um processo de troca de informações que hoje podem ser realizadas em tempo real entre os sujeitos integrantes dos movimentos sociais, que podem mudar suas ações de acordo com o que acontece em diversos contextos: políticos, econômicos e culturais, que estão sendo vivenciados pelos atores inseridos nos movimentos sociais.

Essas mudanças acompanharam o cenário da América Latina. A inovação encontra-se no surgimento de práticas políticas articulatórias das ações localizadas, estas agora através das redes de movimentos (networks).

Novo cenário, as relações desenvolvidas entre os diferentes sujeitos sociais políticos presentes na cena pública alteraram-se neste milênio. Além da ampliação dos sujeitos protagonistas de ações coletivas, ocorreram alterações no formato das mobilizações e na forma de atuação – agora em redes (...) pode-se citar nestas mudanças a difusão do uso das novas tecnologias e a expansão dos meios de comunicação. (GOHN, 2010, p. 26)

Assim, para Scherer-Warren (1996, p. 22) “trata-se agora de entender as interconexões de sentido entre o local (comunitário) e o global (supranacional, transnacional)” passa-se desse modo, da análise das organizações sociais específicas, fragmentadas, para a compreensão do movimento real que ocorre na articulação destas organizações, nas redes de movimentos.

A partir desse novo contexto para Gohn (2010, p. 32), na América Latina os movimentos sociais serão analisados por vários pesquisadores a partir de redes sociais, que passam até a terem um papel até mais importante que a própria ideia de movimento social. A autora critica alguns posicionamentos por considerar que “rede é uma categoria muito utilizada, com diferentes sentidos, constituindo-se até certo modismo”. Mas tirando os modismos a autora ressalta que ela se torna “importante na análise das redes sociais de um dado território

ou comunidade de significados porque permite a leitura e a tradução da diversidade sociocultural e política existentes nessas relações”.

## 2.2 - REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Como destacou Gohn (2010), para as redes, sem levar em conta os modismos, existem muitas definições, que podem ser usadas nas análises dos mais diversos fenômenos – políticos, econômicos, sociais e culturais.

Para Haesbaert (2004, p. 279) “a rede é um dos modos de organização presente em todo território que, enquanto espaço social”. Assim, será a grande novidade da “experiência espaço-temporal dita pós-moderna”, o que buscará no controle do espaço “não significa (apenas) controlar áreas e definir ‘fronteiras’ mas, sobretudo, viver em redes”. A chave para compreender essa novidade, é a apreensão do fenômeno da mobilidade, ou seja, identificar que o espaço está em movimento que agora as nossas “identificações e referências espaço – simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade”.

Assim, para Haesbaert (2004, p. 281,282) “a rede pode ser vista como um elemento constituinte do território”, e que pelas mudanças ocorridas no espaço e no tempo as formas territoriais moldadas através do “elemento ‘rede’ passaram dominar”.

Para Raffestin (1993, p. 156-157), uma rede seria “um sistema de linhas que desenham tramas” podendo ser, “abstrata ou concreta” que denotariam “uma imagem do poder, ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes”.

Os fluxos de qualquer tipo, mercadorias, pessoas, informação, entre outros, para Dias (2000, p. 148) pressupõem a existência de redes, sendo a “conexidade”, ou seja, qualidade de conexão, ligação, sua primeira propriedade. Sendo assim “os nós das redes são lugares de conexões, lugares de poder e de referência”. Para ela a “conexidade” é responsável por solidarizar como também de excluir os elementos, para a autora “nunca lidamos com uma rede máxima, definida pela totalidade de relações mais diretas, mas com a rede resultante da manifestação das coações técnicas, econômicas, políticas e sociais”. Assim, as redes como a maioria das relações

sociais são determinadas pelas relações de poder que envolvem os diferentes atores envolvidos.

Outro autor que trabalha com o conceito de rede, é Corrêa (1997, p. 107), a partir, da ideia de “rede geográfica”, entendendo-a, como “um conjunto de localizações geográficas interconectadas”, que recobrem de “modo visível ou não, a superfície terrestre”.

Para Corrêa (1997, p. 108-109), o estudo das redes geográficas está constituído na “tradição geográfica”. Entretanto, recentemente, os geógrafos voltaram a trabalhar com nesse conceito mais intensamente, no intuito de compreender as lógicas da “organização espacial”. O autor entende que “as redes geográficas são produtos e condições sociais”, que devem ser entendidas a partir da “análise de suas dimensões”.

As dimensões das redes geográficas definidas por Corrêa (1997, p.110, grifo nosso), seriam a “*Organizacional a temporal e a espacial*” que teria como atributos analisar os “agentes sociais, a origem, a natureza dos fluxos, a função, a finalidade, a existência, a construção, a formalização organicidade, duração, a velocidade e frequência dos fluxos, escalas, forma espacial, conexão”. Assim nos estudos que envolvem as redes geográficas, analisa-se os fenômenos geográficos a partir dessas dimensões.

As redes geográficas foram pensadas por Corrêa (1997, p.107) primordialmente na análise das redes urbanas, que estariam “cada vez mais complexas incorporando diversos fluxos”, pois, seriam reflexo da “organização e expansão do sistema capitalista”, e da maior “divisão territorial do trabalho em escala crescentemente mundializada”.

Da Sociologia vem outra forma de analisar redes, como destaca Marteleto (2001, p.72), em estudo realizado no Rio de Janeiro, especificamente na região da Leopoldina, utilizando como metodologia a análise de redes sociais, objetivou perceber os fluxos de informação e as construções simbólicas que caracterizavam esse grupo delimitado. Procurando perceber “como as informações circulam e são empregadas como recurso nas lutas por melhores condições de vida”.

Marteleto (2001, p. 72), entende rede social em seu trabalho, como a representação de “um conjunto de participantes autônomos unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados”. Que seriam

resultantes de um “sistema de nodos e elos; de uma estrutura sem fronteiras; de uma comunidade não geográfica; um sistema de apoio ou um sistema físico que se pareça com uma árvore ou uma rede”,

Assim, para Marteleto (2001) nas redes sociais predominaria a valorização de elos e relações informais, não existindo uma hierarquia entre seus componentes, que seriam iniciadas a partir da tomada de consciência de seus participantes.

Para Loiola & Moura (1996, p. 56) as “redes de movimento (...), são expressões que se vinculam aos estudos efetuados no campo dos movimentos sociais”. Nesse contexto, a esses tipos de rede corresponderia aos princípios de “articulações/interações entre organizações, grupos de indivíduos vinculados a ações/movimentos reivindicatórios”. O que essas articulações em rede visam na maioria dos casos é a “mobilização de recursos, ao intercambio de dados experiências e a formulação de projetos e políticas”.

As redes de movimentos sociais contribuem para articular/organizar as mobilizações, uma vez que sua formação é construída tanto nos espaços de participação institucional como também nos espaços das assembléias populares e das redes autônomas dos movimentos sociais.

as redes contribuíram, assim para engendrar as preconizações de mobilização, uma vez que o movimento social constitui-se a partir da teia de interações informais estabelecida por uma pluralidade de indivíduos grupos e/ou organizações. (LOIOLA; MOURA 1996, p. 56)

As suas demandas materiais têm como referencias objetivas as exclusões e as carências cotidianas dos sujeitos, bases historicamente e espacialmente referenciadas, como exemplos na América Latina são os sem terra ou campesinos, sem-teto, indígenas, quilombolas, negros, mulheres, desempregados entre outros.

Quando necessidades materiais transformam-se em representações simbólicas de carências de determinados grupos e consequentemente, estes constroem pautas políticas reivindicativas ou para transformação social desta situação temos o nascimento social específico como é frequentemente designado. (SCHERER-WARREN, 2008, p. 3).

No processo de formação de redes de movimentos sociais, Segundo Scherer-Warren (2008, p. 4 grifos da autora) são buscados os *nexos* “que os atores políticos organizados constroem entre as demandas materiais ou as

privações”, esses *nexos seriam* revelados através da expressão e da comunicação “em pautas políticas comuns a varias organizações, criando identidades coletivas”.

Desse modo os movimentos sociais resultantes deste “sentimento coletivo” que poderá vir a colaborar no processo de transformação dos atores políticos em sujeitos, que poderão conseqüentemente transformar as carências em demandas, e essas em pautas políticas e finalmente em ações de protestos.

O potencial hegemônico de qualquer movimento social reside na sua capacidade de articulação com outros movimentos, com suas formas de organização e os seus objetivos (...) através do trabalho de tradução (...) decisivo para definir, em concreto, em cada momento e contexto histórico, quais as constelações de práticas com maior potencial contra – hegemônico. (BOAVENTURA SANTOS apud SCHERER-WARREN 2008, p. 5)

É nesse contexto que pode ser entendida a Via Campesina, que se tornou um elo importante que articula uma grande rede com conexão de vários movimentos sociais rurais, em diversos continentes na luta anti-sistêmica ou contra - hegemônica ao modelo do agronegócio.

O MST encontra-se articulado em uma rede de movimentos sociais, entre elas com a Via Campesina, que é possível, e foi construída a partir de sua prática comunicativa em nível nacional e internacional.

As estratégias de comunicação do MST em nível nacional se efetivaram através do Jornal Sem Terra, do sitio do movimento na internet<sup>5</sup>, criação de rádios comunitárias nos acampamentos e assentamentos, como também na busca por solidariedade de organismos e institutos governamentais e não governamentais.

(...) As novas tecnologias, especialmente a internet e as rádios comunitárias, são um elemento, facilitador na difusão das narrativas e ideários em construção pelos sujeitos, nós das redes, mas geralmente, não são os únicos ou os principais elementos mobilizadores na geração de uma rede de movimento social (...) que no caso do MST (...) continua sendo sua capacidade de organização e mobilização. (SCHERER - WARREN, 2008, p.12)

Em âmbito internacional o MST se articula a Via Campesina, participando com outras organizações camponesas de todos os continentes,

---

<sup>5</sup> <http://www.mst.org.br>

que lutam por terra, por reforma agrária e por políticas agrícolas adequadas à pequena produção, entre outras.

A Via Campesina é um movimento que abrange a escala internacional, coordenando organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, mulheres rurais, comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa. Esta se expandiu e criou seu espaço próprio de articulação global e na América Latina através do Fórum Social Mundial. Em 2004 foi realizada a IV Conferência Internacional da rede, realizado no Brasil (Ataíá/SP), sob o lema: “Globalizemos a luta, globalizamos a esperança”. (SCHERER - WARREN, 2008)

A reivindicação política que esta em maior evidencia atualmente na Via Campesina é a defesa da soberania alimentar. Essa pode ser definida como o direito dos povos de decidir sobre sua própria política agrícola e alimentar, que prevê: a prioridade a produção de alimentos saudáveis (preservação ao meio ambiente, a biodiversidade, aos valores culturais e a capacidade produtiva das terras), manutenção do mercado interno, necessidade da realização da reforma agrária, eliminação de subsídios de países protecionistas, acesso a terra e a créditos, entre outros.

Desse modo, articulado numa estrutura organizativa com presença nacional e internacional, os camponeses do MST redefiniram e criaram diferentes formas de luta pela terra (acampamentos) e de pressão política (debates públicos, marchas, caminhadas, protestos, ocupações de prédios públicos) e, a partir da conquista dos assentamentos rurais, trunfos da luta e lugares de reprodução das famílias camponesas. Tornaram-se também agentes no desenvolvimento de meios necessários para ampliar a luta pela terra e na terra, em luta por outros direitos (educação, política agrícola, saúde, etc.) construindo as condições para conquistá-los nos municípios e regiões nos quais está articulado.

Assim, é da interação constante entre múltiplas escalas e territórios, que se usa cada vez mais o termo rede, que segundo Haesbaert (2002, p. 121) vem a contribuir “para compreendermos essas articulações entre diferentes territorialidades<sup>6</sup> bem como suas estruturações internas”.

---

<sup>6</sup> Para Raffestin (1993, p. 158) “a territorialidade (...) reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade”, desse modo “homens ‘vivem’, ao mesmo

## 2.3 - CONCEITO DE TERRITÓRIO

O território será trabalhado aqui como um conceito que se ressignificou no decorrer do tempo e no espaço. Se na geografia tradicional era mais comumente utilizado para definir espaços físicos. Para GOHN (2010, p. 29), “Território passa a se articular a questão dos direitos e das disputas pelos bens econômicos, de um lado, e de outro pelo pertencimento ou pelas raízes culturais de um povo ou etnia”.

A autora destaca que como os processos de globalização, ocorreram várias características que tendem as desnacionalizações. Nesse contexto, novos atores além do antigo estado – nação, participam de disputas por territórios, como é o caso de grandes corporações internacionais, que se apropriam em diversas partes do mundo de territórios que pertencem a populações tradicionais, por exemplo, que residiam e tinham uma organização social própria, nesse processo ocorre o processo de desterritorialização destas populações.

Hoje, para Haesbaert (2004, p. 281) “a formação dos territórios pela configuração de redes” será a nova forma de entender os territórios. A comunicação instantânea globalizada revolucionou os mesmos. Desse modo as redes correspondem aos processos de “territorialização”, agora “com uma maior carga imaterial, ou, mais propriamente, combinando de forma mais complexa o material e o imaterial”, os territórios assim serão mais “descontínuos, fragmentados, superpostos”.

Nesse processo a característica mais relevante das redes, para Haesbaert (2004, p. 294-298), será sua capacidade concomitante de “territorializar e desterritorializar”. Sendo assim, os fluxos poderão circular de modo mais ‘interno’, sustentando e construindo os territórios, ou de modo mais ‘externo’, desestruturando e desarticulando os territórios. Logo “vistas como componentes dos territórios, as redes podem assim estar a serviço tanto de processos sociais que estruturam quanto de processos que desestruturam territórios”.

Assim, Haesbaert (2002, p. 117) dá ênfase ao conceito de território e rede, no qual levariam a “uma das discussões mais importantes, hoje na Geografia”. O autor faz sua abordagem na perspectiva da interação entre território e rede, pois esses conceitos são indissociáveis e articulados permanentemente como um ‘binômio’, quanto no sentido empírico, como no conceitual. Assim, “não podemos separar território de rede, a não ser como instrumentos analíticos. A realidade concreta envolve uma permanente interseção de redes e territórios”

OA Geografia tradicional, datada no início do século XX, continha para Haesbaert (2002, p. 117) uma “visão mais territorializada do espaço”, o espaço era observado a partir de suas fronteiras e menos pelas suas vias de circulação como se entende atualmente. “O conceito mais tradicional de região reproduz isto muito bem, um espaço com limites claros de fronteiras bem definidas, onde os indivíduos e grupos sociais estariam bastante enraizados”.

A história da concepção de Território, ou seja, como ela surgiu, esta ligada a relação sociedade-espaço, que segundo Haesbaert (2002, p. 118), teve duas vertentes opostas de interpretação, uma “naturalista”, e outra “etnocentrista”.

Haesbaert (2002, p. 118) explica que a interpretação naturalista apreende o território de dois modos. No primeiro o território tinha um sentido mais “físico, material”, como se o homem estivesse enraizado na terra “sobretudo, pela necessidade do território e seus recursos para a sua sobrevivência biológica”. No segundo modo o território envolvia o campo da afetividade e a sensibilidade humana do Homem com seu espaço, “que seriam particularmente moldados pela ‘natureza’ ou pela ‘paisagem’ ao seu redor”.

A primeira interpretação segundo Haesbaert (2002, p. 118) acabou sendo utilizada para justificar a expansão territorial. Esta levou muitos a defender a tese de que teríamos uma “impulsão inata” para a conquista de territórios, e para o crescimento de uma civilização de seu “espaço vital”, como pode ser notado em certo momento na obra de Friedrich Ratzel.

A segunda interpretação não estava tão ligada à sobrevivência física e material dos indivíduos, mas sim, especialmente para Haesbaert (2002, p. 118) no “equilíbrio e a harmonia homem-natureza”, por isso “esta versão chega a

seu extremo em algumas sociedades tradicionais em que uma natureza sacralizada, ‘morada dos Deuses’, determina a própria existência e a ação humana”.

Já na perspectiva que Haesbaert (2002, p. 119), denominou de “etnocentrista do território”, toda a relação sociedade-natureza é ignorada, o foco está nas construções humanas e sociais, “como se o território pudesse mesmo prescindir de toda ‘base natural’”. Assim, prevaleceria o domínio material sobre o espaço, predominantemente ditado pelo “poder de uma classe econômica e/ou de um grupo político dominante, como de sua apropriação simbólica, a partir da identidade que cada grupo cultural, ‘livremente’ constrói no espaço em que vive”.

O conceito de território está presente no trabalho de Raffestin (1993), cuja concepção foi construída ressaltando o caráter do poder político e territorial dos agentes sociais sobre o espaço geográfico, produzindo uma ordem jurídica sobre um espaço delimitado por fronteiras, desse modo:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Para Souza (2001), o território deve ser compreendido a partir das relações de poder, nas perspectivas, mais políticas e culturais. Ressalta que existiriam multiterritorialidades, que podem ser observadas em diferentes escalas (local, regional, nacional e internacional)

Assim, segundo Souza, (2001, p. 108), “em qualquer circunstância, o território encena a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo”. Mas, não um território ideologizado com um poder centralizador como o é Estado - nação, mas sim um território autônomo, onde as pessoas têm a liberdade de manifestar suas escolhas e potencialidades, capaz de gerar espaços socialmente mais equitativos.

Seguindo nessa discussão Haesbaert (2002, p. 120), destaca que Robert Sack (1986), defendeu em seus estudos uma visão de território

“predominantemente política”, na tentativa de tornar esse conceito mais “rigoroso e operacional”.

Essa concepção é considerada muito simplificadora, para outros autores, como Lefebvre (1986), que preferiu priorizar em seus trabalhos a dimensão simbólica do território, “especialmente através das identidades territoriais”. Esse autor faz uma distinção entre apropriação e domínio do espaço, destacando que essas deveriam aparecer juntas, mas a história (da acumulação) é também a de sua separação e da sua contradição, e quem leva a melhor, é o dominante (LEFEBVRE, apud, HAESBAERT, 2002, p. 120).

Assim, Haesbaert (2002, p. 121) sintetiza, afirmando, que “o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica”, que podem apresentar múltiplas facetas, “ora conjugados mutuamente e reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados”, neste sentido as relações podem variar muito, “conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas que estivermos analisando”.

## 2.4 - MST E O TERRITÓRIO

Articulado numa estrutura organizativa com presença nacional e internacional através de sua ligação com a Via campesina (como destacado anteriormente) os camponeses do MST redefiniram e criaram diferentes formas de luta pela terra, e de pressão política no Brasil, ganhando visibilidade no mundo.

Na luta contra o capital fundiário, a luta pela terra, sobretudo construída na experiência de militância no MST, tem permitido a criação e recriação do campesinato em projetos de assentamentos rurais, dinâmica que, segundo a tese defendida por Fernandes (1999, p. 240) representaria a territorialização dos movimentos sociais do campo, entre os quais o MST.

Segundo essa tese, o mecanismo inicial da territorialização dos movimentos sociais do campo ocorre com a formação dos espaços de luta e resistência nos acampamentos em beiras de estradas e ocupações de fazendas. “a luta pela terra é a luta por um determinado tipo de território: o território campesino”.

(...) se o território é antes de tudo uma construção social, que se dá por múltiplos e diferentes tipos de relações, muito do que se tem falado e escrito sobre os movimentos sociais parte na verdade da compreensão da formação desses processos e da forma como se realizaram, uma vez que, em parte, são lutas que visam fomentar “lugar” aos “sem-lugar”, terra aos “sem-terra”. Ao falar de movimentos sociais não há como ocultar a importância do território pretendido e ao mesmo tempo das relações de dominação inerentes a ele. (RODRIGUES DA SILVA, 2003 p. 61)

Para os camponeses assentados, a conquista da terra representa um avanço em seu processo de luta por autonomia, já que em um dado momento de suas trajetórias de vida tais famílias vivenciaram os problemas da exclusão social (a pobreza, a falta de emprego, a exclusão e expropriação da terra de trabalho). Entretanto a luta não acaba no momento que os sem terras tem acesso a terra como é destacado por Fernandes (1999, p. 241) “A conquista da terra na instalação do assentamento significa a continuidade da luta”. Pois, aí é colocado outro desafio, este inserido pelo “modo de produção capitalista”, que consiste na resistência e permanência na terra já conquistada.

A ação territorial se destaca no MST, segundo Simonetti (2007, p. 130) pois, “tem gerado um processo de (re) territorialização de trabalhadores nas terras conquistadas, que tem gerado continuamente novas demandas baseadas na tríade ocupação/acampamento/assentamento”.

Através de suas ações tem conseguido pressionar socialmente os governos na tentativa de que se faça a alteração do padrão de terra estruturado no Brasil. Para Simonetti (2007) a eficácia política do MST pode ser destacada através de vários pontos:

vem colocando na agenda política de diferentes governos brasileiros a temática da reforma agrária; o debate em torno da questão agrária no país; vem possibilitando o acesso à terra a um número significativo de famílias, permitindo melhorar suas condições de vida; a democratização da vida política e a dinamização econômica de vários municípios onde o assentamento se insere; vem possibilitando mudanças no imaginário dos brasileiros em torno da propriedade privada da terra; e a criação de um espaço comunicativo, nas escalas local, nacional e internacional, que visa dar visibilidade a sua luta bem como a outras temáticas políticas. (SIMONETTI, p. 128)

Na verdade, a luta recomeça e se torna ainda mais complexa, uma vez que, num contexto político-econômico onde os elementos da questão agrária permanecem inalterados, salvo aqueles que dizem respeito ao acesso a terra,

já que os assentados venceram esta disputa mediante a intervenção do Estado, a agricultura camponesa em projetos de assentamento emerge em meio às diversos contextos de controle do capital em suas demais frações (capital agrocomercial, industrial, financeiro, fundiário, nacional e internacional).

Desse modo, com a continuação do domínio de todo o processo como é o caso da comercialização, industrialização e distribuição da produção agrícola dos assentados, os agentes do capital continuam realizando a drenagem da renda da terra que acaba produzindo o empobrecimento, a miséria, a dependência e até a exclusão dos novos produtores do campo.

Nesse sentido, se a luta pela terra é a luta contra o capital fundiário, a constituição dos assentamentos rurais com a emergência dos camponeses assentados reforça o poder do capital em outras esferas das relações econômicas, salvo em raras situações onde a organização dos camponeses avance e consegue “fechar” a cadeia produtiva, que começa na produção agrícola, passa pela agroindustrialização, distribuição, comercialização e se realiza no consumo, com a venda ao mercado consumidor.

Para os camponeses assentados, a conquista da terra representaria um avanço em seu processo de luta por autonomia, mesma que essa seja relativa, já que em um dado momento de suas trajetórias de vida tais famílias vivenciaram os problemas da exclusão social (a pobreza, a falta de emprego, a exclusão da terra de trabalho).

A autonomia é entendida como um processo no qual a comunidade apropria-se de sua própria história, dominando a sua organização, produção e reprodução social, como também das relações interpares e ainda compreendendo e se distanciando das instituições externas que regulam suas vidas. (MATOS, 2002).

Para Bogo (2006, p. 56) no MST esta autonomia precisa se dar através de militantes e dirigentes próprios, de finanças próprias e ideias próprias. “Quem não é capaz de andar com as próprias pernas, não pode apostar corrida com ninguém. O vigor da luta esta na capacidade de independência que cada movimento tem das forças externas à classe”.

Entretanto, esse processo de desenvolvimento da autonomia do campesinato nos movimentos sociais em específico no MST, depende de um complexo processo de construção de mecanismos múltiplos e efetivos do

controle do capital em todos os segmentos existentes entre o produtor rural e o consumidor final, mas também, para além do capital, na construção territorial de elementos simbólicos e efetivos de organização comunitária e familiar.

Fazendo parte de uma conjuntura permeada por disputas e conflitos acerca da ocupação e acesso a terra no Brasil, o MST se mobiliza além da questão fundiária atualmente. Este vem passando por mudanças e ampliações tanto no seu repertório de pautas, quanto em suas formas de organização e atuação política.

O que se percebe no decorrer de sua trajetória é que o MST vem incorporando ao conjunto de suas pautas e lutas políticas, juntamente com outros movimentos camponeses e outras questões. Assim, uma das suas questões centrais, são os temas relacionados à temática socioambiental<sup>7</sup>. Dentre elas destaca-se o enfoque em temas relativos à preservação ambiental, à defesa da biodiversidade, culturas locais e à Agroecologia.

A Agroecologia acabou sendo incorporada como uma matriz produtiva como também ideológica, que seria capaz de possibilitar a criação de uma nova dinâmica integradora dos objetivos produtivos, organizativos e sociais defendidos pelo MST. Porém, a possibilidade de desenvolvimento de uma nova matriz tecnológica nos assentamentos demanda mudanças não só nas práticas produtivas em si, ou seja, no âmbito da produção agrícola, mas sim, na possibilidade de (re) estruturar todo modelo de participação das famílias nos territórios dos assentamentos e de estruturas de gestão do MST.

Nesse contexto vamos tentar aprofundar essa discussão apresentando a partir da história do MST, como este vem introjetando em seu discurso a necessidade de mudanças na produção, no pensar e no agir dos sujeitos envolvidos no processo de desenvolvimento dessa nova matriz em seus territórios conquistados– acampamentos e assentamentos.

---

<sup>7</sup> Simplificadamente o termo “socioambiental” pode ser entendido dentro do contexto das formas de produção e reprodução social, econômica e cultural da sociedade em interação com os ecossistemas e biomas.

## 2.5 - CONTEXTO HISTÓRICO – GEOGRÁFICO DA FORMAÇÃO DO MST NO BRASIL

Pretendemos aqui entender o contexto histórico – geográfico no qual se insere o MST. Procurando contextualizar brevemente onde e como este surgiu. Buscando entender sua evolução enquanto movimento, a partir de sua matriz vinculada a luta pela terra no Brasil, destacando-se também em que momento a Agroecologia é incorporada, dando destaque a discussão de quais os objetivos que se buscam com sua implantação nos territórios da reforma agrária.

O MST como movimento institucionalizado surgiu no ano de 1984, a partir do 1º Encontro Nacional dos Sem Terra. A gênese do MST teve varias motivações, dentre elas as que mais se destacam são as socioeconômicas, a ideológica e o política.

As transformações ocorridas na década de 1970 no Brasil marcam a gestação do MST. Esse período foi marcado pela chamada modernização da agricultura ou como chamou José Graziano da Silva<sup>8</sup> “modernização dolorosa”. Segundo Fernandes & Stédile (1999, p. 15) viveu-se o “período mais rápido e mais intenso da mecanização da lavoura brasileira”, principalmente na região sul do Brasil.

E foi justamente na região Sul do Brasil que o MST iniciou-se como movimento social, segundo Fernandes & Stédile, (1999, p. 18) “o MST nasceu no Sul em função de um conjunto de fatores, que tem suas raízes nas condições objetivas do desenvolvimento da agricultura”. A introdução da cultura da soja no Rio Grande do Sul unida com a de trigo, como também a substituição da lavoura de café no estado do Paraná em favor da soja, contribuíram para um aumento da mecanização no campo, dando origem a uma agricultura com características mais capitalistas.

Em contraponto, o processo de modernização da agricultura principalmente nessa região, gerou resultados socioeconômicos negativos para os camponeses. Pois, ocorreu a substituição da mão-de-obra familiar pela mecanizada. Nesse processo muitos agricultores foram expulsos das terras

---

<sup>8</sup> ver obra “A modernização dolorosa”. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982

onde residiam. Estes normalmente viviam anteriormente como arrendatários, parceiros, meeiros entre outros. Sendo expulsos tiveram como alternativa o êxodo para as cidades, ou para as áreas de colonização conhecidas como fronteiras agrícolas.

Essas alternativas, entretanto não foram capazes de resolver o problema da expulsão dos camponeses das terras onde antes viviam e trabalhavam. Pois, nem todos queriam mudar para outras regiões do país que não conheciam como também, alguns que se mudaram não se adaptaram as novas realidades. Conjuntamente nos anos finais da década de 1970, o setor industrial também começa a entrar em crise. Esta se prolongará por toda a década de 1980. E ainda, juntamente com esses dois processos, nesta mesma época também foram construídas grandes hidrelétricas, como a de Itaipu, no Paraná, que acabou desapropriando das áreas atingidas várias famílias de pequenos proprietários. (MORISSAWA, 2001).

Será a partir desse contexto, que se formou a base que suscitou o MST. Segundo Fernandes & Stédile, (1999, p. 17) “Uma base social disposta a lutar, que nem a colonização nem a ida a cidade como solução para os seus problemas. [o camponês] Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive”. Expulsos das terras e sem as opções de solução para seus problemas. Os camponeses se viram obrigados a tomar decisões como a de “tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta nas próprias regiões onde viviam”.

A origem da memória histórica do MST, enquanto movimento social de luta pela terra, já pode ser encontrado em movimentos como as Ligas Camponesas no Nordeste e o Master no Rio Grande do Sul (Movimento de Agricultores Sem Terra). O MST se considera segundo Stédile (1999, p. 17-18) “herdeiro e seguidor” das Ligas Camponesas “porque aprendemos com a sua experiência histórica”. Com relação ao Master considera e se valoriza a existência de “uma memória histórica”, entretanto “não há um fio condutor que una as duas organizações”.

A semente do MST começou ainda em 1979 (período da ditadura), quando aconteceu a ocupação da Fazenda Macali em Ronda Alta, Rio Grande do Sul. Como também outras lutas pela terra em outros estados do país, para Morissawa, (2001, p. 123, grifos da autora). Essas lutas isoladas “foram

gerando lideranças e incrementando a consciência da necessidade de ampliação das conquistas em busca de um objetivo mais alto: a **reforma agrária**".

Outro elemento importante para a formação do MST no Brasil foi o ideológico, ligado ao trabalho das Igrejas Católicas e Luterana. A partir do trabalho pastoral, como também o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, em Goiânia (GO).

[CPT] organismo pastoral da igreja católica, vinculado a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A CPT foi organizada em 1975 em Goiânia (GO), durante um encontro de bispos e agentes de pastoral, a partir de reflexões sobre a crescente onda de conflitos de terra que ocorriam nas regiões Norte e Centro-Oeste do país. A CPT teve como referência doutrinária a Teologia da Libertação. Procurava aplicar na prática as orientações do Concílio Vaticano II. Embora iniciada no Norte e no Centro-Oeste, estendeu suas atividades para quase todos os estados do Brasil. Atua em todas as dioceses em que há problemas de terra. (FERNANDES; STÉDILE 1999, p. 19)

Nesse sentido, o aspecto essencial estava no trabalho da pastoral, que foi sendo na prática expresso pela Teologia da Libertação, para Fernandes & Stédile (1999, p. 19-21) "a CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses". Eles ainda ressaltam que, através do trabalho pastoral que tinha um caráter ecumênico, ou seja, padres e pastores trabalhavam no sentido de agrupar os agricultores em torno de problemas e necessidades comuns. Se não fosse assim, talvez tivessem surgido vários movimentos fragmentados ao invés de um movimento de massa como o MST.

O ultimo elemento que contribuiu para a gênese do MST, esta na situação política que o país estava passando, período marcado pelo processo de (re) democratização do país. Como destacam Fernandes & Stédile (1999)

Não podemos desvincular o surgimento do MST da situação política do Brasil naquela época. Ou seja, o MST não surgiu só da vontade do camponês. Ele só pode se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país. A luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979, e à luta pela democratização da sociedade. (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p. 22)

Assim, os três elementos, o socioeconômico, o ideológico e o político, foram de fundamental importância para que o MST começasse a se configurar

como um movimento de massa inicialmente regional, que posteriormente se disseminou para muitos outros estados brasileiros tornando-se nacional.

### 2.5.1 - Principais Características do MST

O MST nasceu segundo Fernandes & Stédile (1999, p. 31-32) “como um movimento camponês, de agricultores acostumados com o trabalho familiar e que resolveram lutar pela terra”. Entretanto, durante muito tempo, seus integrantes não se identificavam como camponeses. Porque como afirma os autores “a palavra camponês era vista como elitizada” não era “um vocábulo comum”. O homem do campo se identificava como trabalhador rural, meeiro, arrendatário entre outros, “mas não camponês, que sempre teve mais a ver com um conceito sociológico”, mas na essência, o movimento “nasceu como um movimento camponês, pois sua base era o trabalho familiar, que tinha como bandeira as três reivindicações prioritárias: terra, reforma agrária e mudanças gerais na sociedade”.

Entretanto, o MST é um movimento camponês que se diferencia da caracterização clássica de camponês. Ele possui segundo Fernandes & Stédile (1999, p. 31-32, grifo nosso) um caráter “*suis generis*”. Os contornos de sua organização foram desenvolvidos a partir da luta pela terra com a forte característica de ser um movimento de massa. Assim, ele pode ser identificado a partir de “*três características fundamentais*”: o caráter popular, o componente sindical e o caráter político.

O caráter popular deve ser compreendido em seu estilo democrático ou de abrangência “em que todo mundo pode entrar”:

(...) Esse caráter popular, de se abrir para outras profissões, sem discriminar, mas também sem perder as características de um movimento de trabalhadores rurais, acabou trazendo uma consciência que contribuiu para formar um movimento com organicidade e com uma interpretação política maior da sociedade. (FERNANDES & STÉDILE, 1999, p. 33)

A segunda característica fundamental é o componente sindical, no sentido corporativista. Assim, motivados pela conquista de um pedaço de terra, os sem terras ocupam e permanecem em uma fração do território. Essa luta inicial caracteriza-se pela reivindicação econômica. Posteriormente a conquista do assentamento, as reivindicações passam a ganhar outro caráter, o sindical

corporativo, nesse contexto luta-se para acessar os créditos destinados a produção, preços aos seus produtos agrícolas, conquistar luz elétrica, escolas, estradas, entre outros.

O MST, entretanto, defende que suas aspirações não podem ser restringidas ao componente popular, sindical e corporativo, o que se defende é que “ele tem que ir mais longe”. Desse modo, defende-se que seus integrantes não devem perder o vínculo com a organização maior, que para Fernandes & Stédile (1999, p. 35) “fará com que a luta pela terra se transforme na luta pela reforma agrária”. É aí que se insere a terceira característica, ao elemento corporativo será “agregado a luta pela terra como elemento político”. Entende-se desse modo que “o MST só conseguiu sobreviver porque conseguiu casar os interesses particulares, corporativos, com os interesses de classes”.

(...) o caráter político do movimento sempre esteve presente, desde o início da organização. Tivemos a compreensão de que a luta pela terra, pela reforma agrária, apesar de ter uma base social camponesa, somente seria levada adiante se fizesse parte da luta de classes. Desde o começo sabíamos que não estávamos lutando contra um grileiro. Estamos lutando contra uma classe, a dos latifundiários. (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p. 35-36)

## 2.5.2 - Princípios Organizativos

No Brasil, as organizações camponesas se formaram depois da escravidão, com a migração europeia. Diferentemente dos movimentos sociais camponeses da América Latina que já tinham lutas mais antigas. O que o MST aprendeu com essas organizações, é que o movimento além de ser camponês e possuir um caráter social. Deveria construir e aplicar alguns princípios organizativos. (FERNANDES; STÉDILE, 1999)

Os princípios organizativos centrais que o MST, formulou em seu desenvolvimento enquanto organização social foram: primeiro, construir uma direção coletiva, um colegiado dirigente; segundo, trabalhar dividindo tarefas; terceiro, ter disciplina (não no sentido autoritário); quarto, estimular seus integrantes ao estudo; quinto, formar seu próprio quadro (técnicos, políticos, organizadores entre outros); sexto, ser uma organização de massa, tendo poder de mobilização; sétimo, nunca perder a vinculação com a base; oitavo;

ter autonomia (em relação a sindicatos e partidos políticos). Esses princípios organizativos é que darão sustentação e perenidade a organização.

Estruturalmente o MST encontra-se organizado em diversas comissões, equipes, núcleos, setores, etc. Os setores representam a divisão de tarefas dentro do movimento. São eles: Setor de frente de massa; setor de formação; setor de educação, setor de produção, entre outros. Daremos ênfase em seguida ao setor de produção, que atualmente vem tentando implantar a Agroecologia como sua matriz produtiva e ideológica nos territórios da reforma agrária.

## 2.6 - PRODUÇÃO NO MST – MATRIZ ENERGÉTICA E IDEOLÓGICA DA AGROECOLOGIA

Para o MST o pacote tecnológico da Revolução Verde, baseado no modelo das monoculturas, quimificação e mecanização, associado atualmente a produção de transgênicos<sup>9</sup>, “resultou na ampliação das desigualdades sociais e econômicas e a destruição ambiental” na agricultura brasileira. (COORDENAÇÃO NACIONAL DO MST, 2009, p. 11).

A tese defendida é a seguinte, a aquisição de novos territórios pelos sem terras representa a conquista de uma luta. Mas, se as famílias assentadas adotarem esse modelo gerador de tantos problemas para a agricultura “tal situação fomentará a decomposição gradual dos assentamentos conquistados em novos micro latifúndios”. Ou seja, adotar um modelo que estimula a monocultura na produção, a utilização de pouca mão-de-obra, e ainda correndo o risco de contaminação do ambiente, não parece ser o ideal para os assentamentos rurais. (COORDENAÇÃO NACIONAL DO MST, 2009, p. 12).

A questão da produção nos territórios conquistados pelo MST é entendida, como fundamental e estratégica para o desenvolvimento como para permanência do camponês nesses territórios.

---

<sup>9</sup> Alimentos transgênicos ou OGMs (Organismos Geneticamente Modificados). Para Riechmann (2002, p. 77-80) são “alimentos que contêm um ingrediente ou aditivo derivado de um organismo submetido à engenharia genética”. Varias organizações como, Plataforma Rural, Ecologistas em ação, Greenpeace, a Via Campesina, MST exigem a suspensão imediata de sua produção e comercialização, por existirem vários riscos como sanitários e ecológicos, etc. Como também, aumentar outros problemas “a introdução de plantas transgênicas, vai acentuar o processo de industrialização das práticas agrícolas (...) aumentar a contaminação química (...) introduzir a contaminação genética (...) e a destruir a biodiversidade”.

Inicialmente o MST adotou e implantou em seus territórios o modelo da Revolução Verde, baseada na mecanização e quimificação da agricultura. Atualmente, o que o movimento vem defendendo e implantando como modo de produção é a Agroecologia, como “ferramenta principal para derrotar o modelo do agronegócio (...) aposta na Agroecologia para mudar o modelo tecnológico e produtivo da agricultura brasileira”. (COORDENAÇÃO NACIONAL DO MST, 2009, p. 10-11).

(...) temos o compromisso enquanto MST com a vida presente e futura em vista do desenvolvimento atual e das futuras gerações, tanto para a população humana, como para outras formas de vida existentes no planeta Terra. Essas são as razões básicas para se mudar o modelo tecnológico e produtivo [para agroecologia] dos assentamentos em particular e da agricultura brasileira em geral. (COORDENAÇÃO NACIONAL DO MST, 2009, p. 14).

Desse modo, a produção é um setor que tem um debate histórico no MST, que no decorrer do tempo foi encarada a partir de diferentes perspectivas e discursividades alicerçadas nas mudanças de conjunturas sociais, econômicas e políticas. Assim, a produção inicial pensada nos territórios conquistados não se diferenciava do padrão implantado no Brasil, a partir da década de 1970, denominado modernização da agricultura.

(...) no período de 1984 a 2000, no MST se priorizou incentivar a adoção do que se julgava ser o mais “moderno” em matéria de tecnologia para a produção agropecuária. Acreditava-se que a ‘modernização tecnológica’ levaria ao alcance de elevados níveis de produtividade e capitalização das famílias assentadas. Afinal de contas, esta era a propaganda geral feita pelas indústrias de máquinas, agrotóxicos, fertilizantes sintéticos, da farmacêutica veterinária, de rações, além do sistema financeiro, das universidades e escolas técnicas e dos governos. (TARDIN, ET AL, 2009, p. 7)

Na primeira etapa do MST que foi de 1984 a 2000, se discutiu e se implantou em alguns locais o modelo cooperativista na produção. Essa visão decorria segundo Fernandes & Stédile (1999, p. 95) da problemática que era a produção, pois “a memória histórica dos camponeses que conquistavam a terra estava ainda na etapa anterior à modernização da agricultura”. Desse modo, pode-se entender que as famílias expulsas das terras pelo progresso da modernização, ainda tinham como “memorial técnico-produtivo o boi e a

enxada”. Nesse sentido ressalta o autor “era muito difícil fazer a discussão da organização da produção com os trabalhadores”.

Inicialmente, a organização nos assentamentos foi estruturada em pequenos grupos coletivos e de ajuda mútua que tinham segundo Borges (2010, P. 157) “o objetivo de se organizarem contra as adversidades vivenciadas pela escassez e pobreza no campo”. Essas eram constituídas de modo espontâneo e com um caráter local.

Entre os anos de 1985 a 1989, o MST e os assentados começaram a organizar associações, no intuito de melhorar as condições de infraestrutura dos assentamentos. O interesse era acessar os parques créditos disponibilizados pelo Estado, como também organizados poderiam ter facilitados a compra de maquinários, insumos, sementes, gado entre outros. (BORGES, 2010)

No início dos anos de 1990, a produção nos assentamentos rurais começou a ser pensada e desenvolvida através das práticas de cooperação agrícola.

É importante destacar que as formas de cooperação agrícola fazem parte da tradição camponesa. Elas possuem graus variados podendo ser simples ou mais complexas, para Fernandes & Stédile (1999, p. 101) pode ser simples como: “um mutirão, em que vizinhos combinam uma atividade conjunta para todo mundo fazer”, denominada de ajuda mútua, ou seja, uma forma simples de cooperação. Ou relações mais complexas como: uma associação ou uma cooperativa.

As cooperativas começaram o desafio de organizar o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Para Fernandes (2000, p. 228) “o SCA é um setor do MST e tem na cooperação agrícola a perspectiva do desenvolvimento econômico dos assentados, garantindo a organicidade do Movimento”.

(...) entre 1986 e 1990 vivemos um período de maturação, sistematização e estudo, de aprender o que queríamos. Sistematizamos esse aprendizado num caderno de formação sobre ‘as formas de cooperação agrícola’. Chegamos a essa concepção ‘olha, de fato, tem que estimular a cooperação agrícola. Esse é a meta. Só a cooperação agrícola vai fazer com que possamos desenvolver melhor a produção, introduzir a divisão do trabalho, permitir o acesso ao crédito e às novas tecnologias, permitir e manter

uma aglutinação social maior nos assentamentos, criar condições ou facilidades para trazer energia elétrica, água encanada, colocar a escola perto do local da moradia. (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p. 100)

Dessa maneira, a organização do trabalho, a viabilidade econômica e da produção eram vistas agora dentro da ótica do cooperativismo. Ela foi fundamentada a partir das concepções Kautskianas norteadas pela “teoria da organização no campo”. (BORGES, 2010, p. 157)

A ênfase dada a essa proposta era o desenvolvimento econômico dos assentamentos rurais, de modo padronizado. O modelo do SCA seria implantado através das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). As CPAs foram consideradas a forma mais avançada de organizar a produção, por ser totalmente coletiva e como também ter personalidade jurídica.

As CPAs que são organizadas formalmente, com personalidade jurídica, a partir de uma estrutura permanente, formadas por setores de produção e serviços, como por exemplo; setor de grãos, animal, horta; setor administrativo, de máquinas, de construção. (CONCRAB, 1997b, Apud, FERNANDES, 2000, p. 232)

Essa proposta para Borges (2010, p. 160, grifos dos autor) “extrapolava os limites econômicos da organização da produção”, construíram desse modo um novo “*modus operandi*”, que buscava a formação de seus membros dentro dos princípios socialistas. Assim, “nas CPAs, a terra e todos os investimentos nela aplicados ficavam sob o controle do coletivo”.

As CPAs foram organizadas em várias regiões do país, que ganharam um caráter estadual com a implantação das Centrais Cooperativas dos Assentamentos (CCAs), que segundo Borges (2010, p. 161) “articulavam, num mesmo território, as diversas experiências, sendo responsável pela: comercialização da produção; compra de insumos e máquinas; logística da produção; obtenção de crédito”.

O SCA através das CCAs se tornou uma instância representativa que passou a ter o controle das várias experiências de cooperativismo no território nacional. Esse caráter nacional exigiu uma organização que formalizasse essas cooperativas estaduais, para isso o MST criou a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) no ano de 1992.

Em linhas gerais, a CONCRAB buscou, fundamentalmente, coordenar e planejar as diretrizes e objetivos gerais para o desenvolvimento agropecuário das CCAs e das CPAs. Dentre suas tarefas, estavam: projetos de viabilidade financeira; estratégias de otimizar as exportações da produção cooperativa; agroindustrialização e agregação de valor aos produtos dos assentamentos; manter a coerência da organização cooperativa aos princípios político ideológicos que conformam o MST (BORGES, 2010, p. 162)

A criação da CONCRAB foi responsável pela institucionalização da cooperação. Assim, o MST instituiu uma ferramenta de grande potencial para territorializar a produção nos espaços dos assentamentos rurais.

Entretanto, a organização do trabalho a partir das cooperativas nos assentamentos, trouxe a tona algumas resistências, contradições, e limitações gerando o questionamento junto aos assentados por não levar em conta os seus costumes culturais e tradicionais. (Barcellos, 2009)

O que os assentados buscavam normalmente pós-assentamento era voltarem a serem colonos, ou seja, ter sobre a terra controle da organização e da produção, o que acabou gerando muitos conflitos pois, eram incentivados a coletivização, forma pela qual muitos não queriam se envolver.

A organização das CPAs enfrentou duas ordens de dificuldade: de um lado, dificuldades econômicas relacionadas a políticas de crédito, de subsídios e de comercialização para a pequena produção agropecuária e, de outro, estariam às dificuldades de relacionamento interpessoal entre os cooperados. (Barcellos, 2009, p. 7)

Para Barcellos (2009, p. 7) a perspectiva e discurso da organização coletiva e das CPAs “como modelo de produção nos assentamentos esteve apoiada em grande medida em argumentos de ordem tecnológica e econômica, e com menor ênfase em aspectos sociais e de uma suposta moral ideológica do Movimento”. Ou seja, não se levou muito em conta o que os camponeses queriam e tinham como referência, aí que residiram as resistências e desistências a incorporação desse modelo de organização.

Contudo, ficou evidente, que a organização das cooperativas, associações, entre outras formas organizativas foram reconhecidas como importantes para viabilização dos assentamentos de reforma agrária, mas, por outro lado, percebeu-se as grandes dificuldades enfrentadas pelo modelo de CPAs e suas demandas operativas e econômicas em relação aos costumes e experiências dos assentados

na sua forma de cultivar a produção agropecuária. (BARCELLOS, 2009, p. 7)

Nesse contexto, o modelo cooperativista adotado pelo MST começou a ficar desgastado e entrou em crise em no final dos anos de 1990. As contradições sociais ligadas à implantação das cooperativas e a dificuldade de acesso a créditos por parte do Estado destinados a esse modelo foram os responsáveis pela crise, como também “possibilitou mudanças importantes na orientação política, produção e comercialização da produção agropecuária do MST junto aos assentamentos rurais”. (BARCELLOS, 2009, p. 8)

Assim, o MST começou a pensar novas formas de organização e de produção, no sentido de superar as contradições e as amarras derivadas do modelo cooperativista. Como alternativa a esse modelo começa a aparecer debates em torno da Agroecologia.

O modelo produtivo agroecológico é claramente oposto ao modelo dominante controlado pelo agronegócio. Pois, tem como um dos seus aspectos, poupar e diversificar a relação com os insumos, onde os agricultores podem aprender muito com a natureza. Assim, entende-se que é nos efeitos naturais da fertilidade, e na complexidade que esta a produtividade (entendida aqui no sentido qualitativo) dos agrossistemas.

Fator que explicita a presença da temática da Agroecologia no discurso do MST pode ser percebido em documento resultado do seu 5º Congresso Nacional (realizado Brasília em 2007), no qual o tema foi: Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular. O MST organizou uma carta que derivou das discussões do evento e dos interesses que caracterizam esse movimento social. Nesta carta foram elencados dezoito objetivos, destacou-se seis, por serem considerados os mais importantes, pois, fazem referência de modo direto ou indireto a questão e a necessidade do combate aos problemas ambientais e o imperativo da adoção da Agroecologia como princípio:

5- lutar contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio. Exigir dos governos ações contundentes para coibir essas práticas criminosas ao meio ambiente. Combater o uso dos agrotóxicos e a monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto, etc; 6 – combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras. Impedir que

continuem explorando nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país; 10 – lutar para que a produção dos agrocombustíveis esteja sobre o controle dos camponeses e trabalhadores rurais, como parte da policultura, com preservação do meio ambiente e buscando a soberania energética de cada região; 11 – defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Defender as práticas da agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos sem agrotóxicos para o mercado interno; 12 – defender todas as nascentes fontes e reservatórios de água doce. A água é um bem da natureza e pertence a humanidade. Não pode ser propriedade privada de nenhuma empresa; 13 – preservar as matas e promover o plantio de árvores nativas e frutíferas em todas as áreas dos assentamentos e comunidades rurais, contribuindo para preservação ambiental e na luta contra o aquecimento global. (fonte: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br))

Nesse sentido percebe-se a incorporação da Agroecologia em seu programa político, passando a promover a essa como paradigma orientador e construtor da agricultura ecológica capaz de dar uma nova direção ao modo de vida dos camponeses acampados e assentados.

## 2. 7 – ESTRUTURAS RELACIONADAS A AGROECOLOGIA CONSTRUÍDAS PELO MST NO PARANÁ

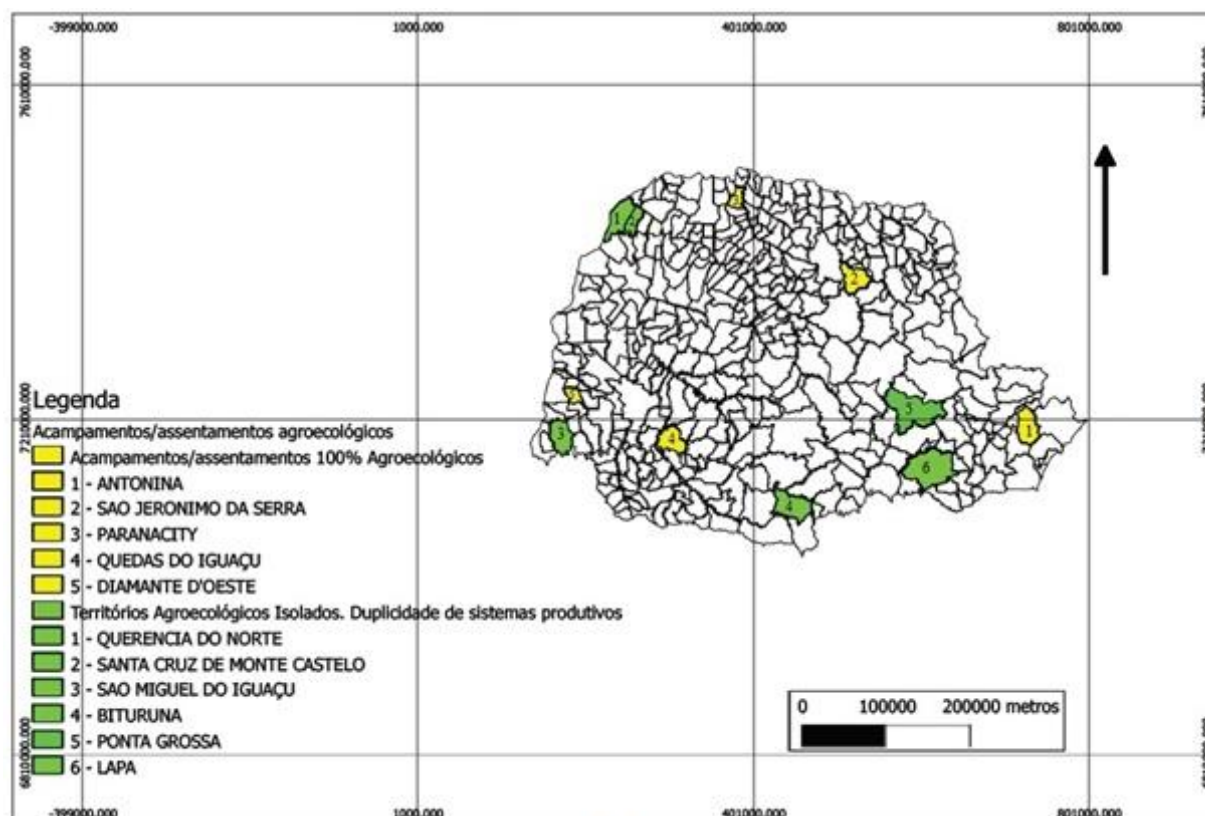
Nos últimos dez anos (2000-2010), o MST e a Via Campesina intensificaram seus esforços para construir novas formas de organização do campo e da produção agropecuária. Para isso foram sendo desenvolvidas diversas experiências em Agroecologia, enfatizamos aqui as presentes no Estado do Paraná. Como já foi destacado anteriormente, a adoção dos princípios da Agroecologia é atualmente a estratégia do MST para o desenvolvimento dos territórios conquistados – os acampamentos e assentamentos - na perspectiva de aumentar o grau de autonomia nesses espaços.

Destaca Gonçalves (2008, p. 250) que “na ponta do processo de difusão da Agroecologia pelo MST, temos aquilo que denominamos de ‘Territórios Agroecológicos da Reforma Agrária’”. Esses territórios, no Estado do Paraná, estão situados em doze assentamentos, e dois acampamentos (conforme mapa 1)<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Informações referentes ao ano de 2008.

Gonçalves (2008, p. 250) enfatiza ainda que no momento existem duas realidades distintas nestes territórios. Na primeira, todas as famílias trabalham no sistema agroecológico. Na segunda, apenas uma parte das famílias optou por esse sistema. Desse modo o autor define que “os territórios agroecológicos da reforma agrária são a expressão de duas configurações sócio espaciais que ocorrem no interior dos acampamentos e assentamentos rurais do Paraná”.



Mapa 1: Territórios agroecológicos da reforma agrária no Paraná.

Fonte: Secretaria Estadual do MST em Curitiba – Setor de Produção, 2008.

Organização: ENGELMANN, S. A; CESAR, T. R. A. O. 2010

Os territórios da reforma agrária foram divididos entre acampamentos e assentamentos 100% agroecológicos e Territórios agroecológicos isolados.

Os territórios agroecológicos isolados estão presente nas áreas de acampamentos e assentamentos onde a produção agropecuária decorre de sistemas mistos. Para Gonçalves (2008) são assentamentos nos quais existem tanto os lotes explorados por famílias que praticam, na unidade de produção, a Agroecologia, quanto um conjunto de lotes explorados por famílias que trabalham com sistemas de manejo convencionais. Configurados desse modo,

são territórios marcados por conflitos ideológicos e políticos, no que diz respeito ao modo de produzir nos lotes.

#### 2.7.1- Escolas de nível técnico e superior

Como elemento essencial para mudança de matriz tecnológica a Agroecologia estará estrategicamente na base de todos os cursos técnicos e superiores em agropecuária desenvolvidos pelo MST em seus espaços de formação. Nesse sentido o MST e a Via Campesina são protagonistas com a criação das primeiras escolas técnicas de Agroecologia no Brasil.

Nesse sentido a educação ganha um sentido prático na formação humana, passando a ser encarada como um meio de transformação social, que atuará direta ou indiretamente nas formas de trabalho e da cooperação

Nessa perspectiva os princípios que regem a Agroecologia vem orientando a formação e o incremento de centros de formação, escolas, cursos universitários, etc. Nesses espaços são desenvolvidas diversas atividades educacionais com cursos formais de nível técnico, sequenciais e tecnológicos.

As escolas com nível técnico e superior foram implantadas, com o objetivo de capacitar os camponeses e seus filhos, possibilitando a participação dos mesmos na construção da nova matriz tecnológica, rompendo com a lógica produtivista do agronegócio e implantando sistemas alternativos de produção, como é o caso da Agroecologia.

No ano de 2003 foram criados e aprovados os primeiros cursos técnicos em Agroecologia do MST no Estado do Paraná. Atualmente são cinco centros/escolas de formação no Estado, são eles: (TONÁ; LIMA, 2009)

- A Escola Iraci Salete Strozak (Cantagalo) e Escola Ireno Alves dos Santos. Ambas pertencem ao Centro de Desenvolvimento Sustentável Agropecuário de Educação e Capacitação em Agroecologia e Meio Ambiente, (CEAGRO) localizado no município de Rio Bonito do Iguaçu.

- A Escola Jose Gomes da Silva, do Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITEPA), localizado no município de São Miguel do Iguaçu.

- A Escola Milton Santos (EMS), constituída no município de Maringá.

- A Escola Latino Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), localizada assentamento Contestado, no município da Lapa.

- A Casa Familiar Rural Padre Sasaki, em Sapopema vinculada a Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (Arcafar-Sul)

Queremos destacar que dentre as escolas e centros técnicos a ELAA, é a única que detém o nível acadêmico. Foi construída em 2005, com o intuito de formar pedagogos (as) e tecnólogos (as) em Agroecologia. Sua fundação realizou-se através do estabelecimento de um protocolo entre a Via Campesina Internacional, a Via Campesina Brasil, o Governo da Republica Bolivariana da Venezuela, Governo do Estado do Paraná, Universidade Federal do Paraná e Governo Federal do Brasil. (TARDIN, 2009)

Os objetivos gerais de formação da ELAA, são promover e desenvolver ações em prol da soberania alimentar dos povos, assegurar as sementes e a biodiversidade e principalmente propagar a Agroecologia como ciência orientadora da reconstrução ecológica da agricultura. (TARDIN, 2009)

A qualificação dos camponeses (as) se destina a uma atuação junto as famílias dos assentamentos da Reforma Agrária e outras comunidades camponesas. Assim, os estudantes são orientados a uma metodologia diferenciada baseada no pensamento de Paulo Freire, denominado “diálogo de saberes”. Onde, as aulas funcionam em regime de alternância, tempo escola e tempo comunidade. Os educandos não apenas estudam a teoria, tendo a oportunidade de desenvolver experiências de campo em sistemas Agroecológicos nos assentamentos. Para Tardin (2009, p. 6) “com esta metodologia, a partir de suas historias de vida, pretende-se que estas famílias vão avançando na compreensão dos agroecossistemas a fim de desenvolver ações em direção à transição a Agroecologia”.

O curso contava em 2009 com 140 educandos de vários estados do Brasil como também de vários países da América latina, todos integrantes de movimentos ligados a Via Campesina. No mesmo ano, foi feita a colação de grau da primeira turma de tecnólogos em Agroecologia da ELAA. (TARDIN, 2009)

### 2.7.2 - Jornadas de Agroecologia<sup>11</sup>

Outro elemento de fundamental importância para o desenvolvimento da Agroecologia no Estado do Paraná são as Jornadas de Agroecologia, formadas a partir de um coletivo político que, decorre da articulação dos movimentos sócias do campo e organizações sociais e pastorais que lutam pela Reforma Agrária e a Agroecologia.

(...) é na dinâmica da Jornada associada a outros processos sociais no país que se tem colocado com força crescente a Agroecologia na conjuntura política nacional e alcançando o grande público urbano que cada vez mais clama e procura alimentos limpos, saudáveis produzidos de forma associada e respeitosa a natureza, livres de transgênicos e sem agrotóxicos. (MELO; POLI; TARDIN, 2009, p. 7)

A mais recente Jornada de Agroecologia, em seu 9º ano, realizou-se em maio de 2010 na cidade de Francisco Beltrão no Paraná. Com aproximadamente 3.000 participantes. Nessa formam reafirmados os compromissos com o desenvolvimento da Agroecologia, com o seguinte tema “Cuidando da Terra, Cultivando Biodiversidade e Colhendo Soberania Alimentar, Terra Livre de Transgênicos e sem Agrotóxicos e Construindo o Projeto Popular e Soberano para a Agricultura”.

Nessa jornada foi elaborada uma carta<sup>12</sup> que segue alguns princípios, como: o compromisso permanente de luta contra os projetos das empresas transnacionais do agronegócio; como também o incentivo a ações que promovam a Agroecologia, a soberania alimentar, a biodiversidade, as sementes crioulas, a educação ambiental, a organização e a capacitação das comunidades rurais, a agroindústria, as feiras de comercialização de produtos saudáveis, e o fortalecimento de uma filosofia cultural solidária e emancipatória.

---

<sup>11</sup> “A jornada de agroecologia é um espaço de expressão de vários movimentos sociais da agricultura familiar e camponesa, organizações da sociedade civil, técnicos e acadêmicos e se insere no grande movimento de lutas dos povos contra a mercantilização da vida, comprometendo-se a construir uma nova sociedade capaz de satisfazer suas necessidades atuais e garantir as necessidades das gerações futuras”. (Agroecologia, 2006, p. 6)

<sup>12</sup>Ver nos anexos Carta da 9ª Jornada de Agroecologia.

## 2.8 - PRINCIPAIS DESAFIOS ENCONTRADOS PELO MST PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGROECOLOGIA

A Agroecologia já faz parte da vida de milhares de famílias camponesas nos espaços conquistados para fins de reforma agrária, graças a sua forma de organização, de trabalho e principalmente de resistência. Entretanto, até o presente momento não existe nenhum tipo de política pública específica que estruture e proporcione recursos para o desenvolvimento da Agroecologia, as poucas políticas que existem ainda não dão conta de fazer uma mudança estrutural e efetiva na produção e comercialização de alimentos agroecológicos, a política no caso o programa, que esta sendo mais acessado pelos camponeses é o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, mas a que se fazer uma ressalva, este encontra-se vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e não ao Ministério do Desenvolvimento Agrário a quem a agricultura familiar brasileira esta a cargo.

Nesse sentido, seria necessário criar programas de governo, que tenham a preocupação de estimular a migração da matriz química de produção para a matriz da sustentabilidade. Para Baggio (2009)<sup>13</sup> é preciso desenvolver a idéia que “a Agroecologia é uma necessidade. Não é uma moda”. Para isso “se precisa muita pesquisa, muito dinheiro, muitos cientistas e uma vontade política do Estado em apontar essa perspectiva, para os camponeses ampliarem a Agroecologia”.

Mais uma questão que esta posta para o MST, vincula-se a sua capacidade operativa, como destaca Tardin (2009)<sup>14</sup> “o avanço da Agroecologia ta posto para os movimentos sociais como alcançar a capacidade de ampliar e aprofundar um intenso trabalho de base com as famílias nas comunidades e nos assentamentos”. Para isso, também seriam necessárias políticas de aporte do Estado “para realizar esse tipo de trabalho de base de construção de conhecimento agroecológico”.

Outra questão é a preparação técnica especializada de pessoas, para conduzirem a assistência dos agricultores no manejo de suas unidades de produção nesse sentido, Tardin (2009) entende que se faz necessário

---

<sup>13</sup> Entrevista com Roberto Baggio coordenador estadual do MST no Paraná em maio de 2009.

<sup>14</sup> Entrevista com José M. Tardin representante da ELAA, em maio de 2009.

“preparar profissionais técnicos diretamente oriundos das famílias camponesas, como técnicos na área de Agroecologia”.

E ainda outra grande questão que sempre fez parte da vida dos assentados da reforma agrária, esta na comercialização, desse modo como atingir o grande público nas cidades no sentido de “despertá-lo a consciência ecológica em relação aos alimentos, mas também sobre seu comportamento cotidiano”. (Tardin, 2009)

Desse modo são muitas as questões ou desafios, enfrentados em vários contextos, como os econômicos e principalmente os políticos (ideológicos). Nesse sentido o grande desafio é fazer frente do ponto de vista político da resistência e da luta contra o avanço do agronegócio.

## **CAPITULO 3: EMILIANO ZAPATA TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA A PARTIR DO PARADIGMA DA AGROECOLOGIA**

### **3.1 - ACAMPAMENTO: ESPAÇO DE RESISTÊNCIA**

Não existe uma definição exata para a categoria - pré-assentamento - pois, conceitualmente as definições tanto no âmbito acadêmico como no discurso de órgãos públicos são consideradas apenas as categorias de acampamentos e assentamentos. Então procurou-se primeiro compreender o que seria um acampamento, pois, pré-assentamento será a área do acampamento que se encontra em negociação.

Entende-se que os acampamentos são “espaço de luta e resistência”. O espaço do acampamento é nosso campo de análise neste capítulo, por marcar um momento de luta pela terra, como um elemento indispensável à compreensão da questão agrária brasileira, na qual a resistência possibilitaria a construção de uma nova identidade a sujeitos sociais que lutam pela realização da Reforma Agrária.

Nesse contexto entende-se que a sustentação dos acampamentos constitui-se numa forma de pressão para a realização dos assentamentos.

O acampamento é na sua concretude o espaço de luta e resistência, é quando os trabalhadores partem para o enfrentamento direto com o Estado e com os latifúndios. O acampamento é a ocupação do latifúndio, cujas conseqüências são (im)previsíveis. Neste espaço esta colocada em questão a luta e, portanto o enfrentamento com o Estado, por intermédio da negociação política, e com os latifundiários, pelo conflito direto. Dependendo da forma do encaminhamento e da relação de poder entre as forças políticas vão se dar diferentes situações de luta”. (FERNANDES, 1999, p. 239)

Considerando que os espaços dos acampamentos, são locais onde as resistências coletivas serão indispensáveis para a materialização dos processos de ressocialização do homem ao campo, as resistências representam a luta dos sem terra pelo direito ao acesso a terra. Esses camponeses pertencem a uma classe social muitas vezes excluída das decisões tomadas no âmbito político, por esse motivo encontram nesses espaços organizados novas possibilidades de conquista, conforme cita Oliveira:

(...). nos acampamentos, camponeses, peões e bóias frias encontram na necessidade e na luta, a soldagem política de uma aliança histórica. Mais do que isso, as transformações da ação organizada das lideranças abrem novas perspectivas para os trabalhadores. Greves rurais na cidade para buscar conquistas sociais no campo brasileiro, sinal inequívoco de que estes trabalhadores, apesar de tudo ainda lutam. (OLIVEIRA, 2001, p. 194)

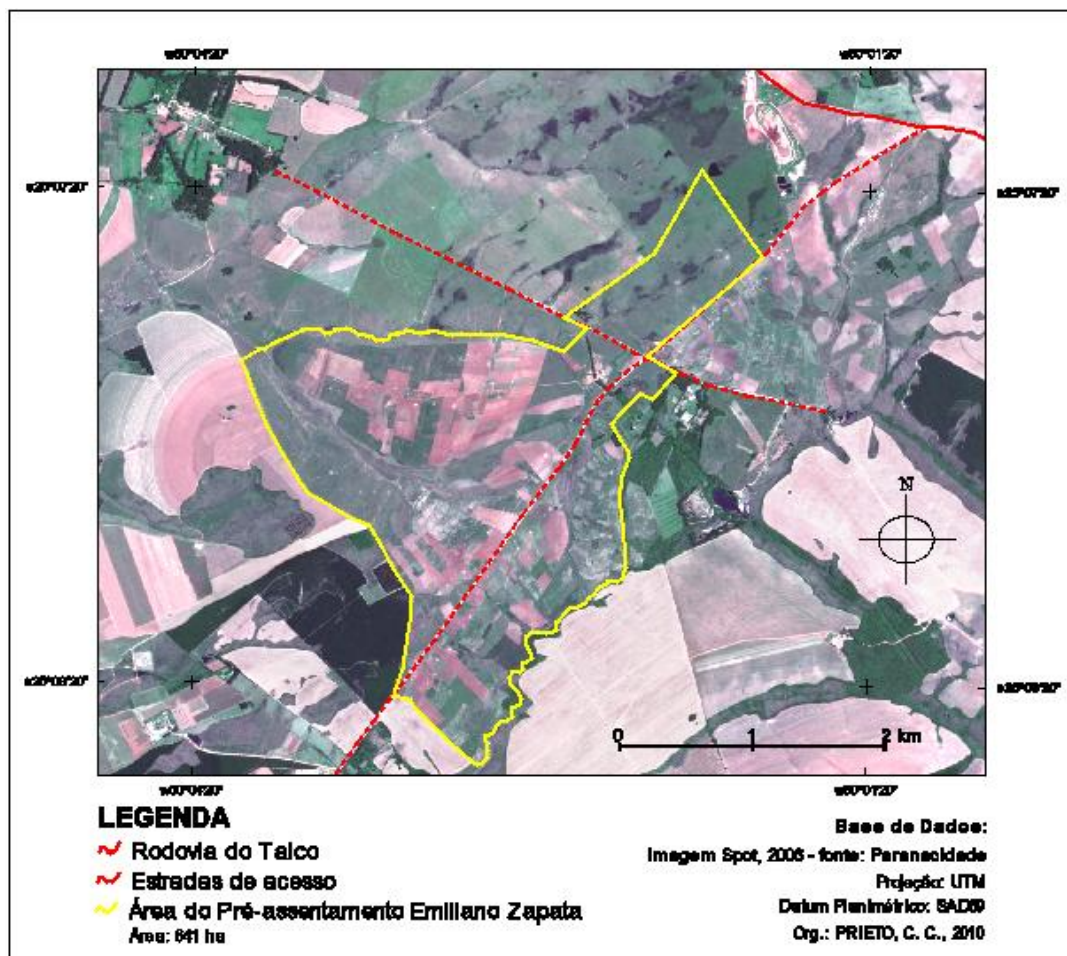
Essa aliança entre as diversas categorias de trabalhadores proporcionará a conquista de um novo território, onde o espaço do acampamento consistiu um “espaço de luta e resistência”, essas são responsáveis por colocar em evidencia a situação vivida pelos sem terra ao ocupar uma propriedade, ou seja, um latifúndio, de acordo com Fernandes (1999, p. 238) “conquistar a terra, uma fração do território, e se territorializar é um modo eficaz de reação e de demonstração da sua forma de organização”. Pois “a prática de ocupação de terras foi à única forma encontrada pelos trabalhadores rurais sem-terra para resistir ao processo de expropriação e exploração e lutar pela libertação”.

É partir deste entendimento, de que o espaço do acampamento é um lugar de “luta e resistência”, que analisou-se o acampamento ou pré – assentamento Emiliano Zapata, em seus aspectos gerais e especificamente na produção de alimentos agroecológicos, por se entender que:

O espaço de luta e resistência é portanto resultado de um projeto de luta dos trabalhadores rurais sem – terra, de sua sobrevivência como sujeito histórico. Este projeto foi sendo construído por meio da reflexão, e rompendo com a ordem iminente, os sujeitos buscaram compreender a sua forma de participação no desenvolvimento da sociedade capitalista. (FERNANDES, 1999, p. 239)

### 3.2 - EMILIANO ZAPATA UM ESPAÇO DE LUTA E RESISTÊNCIA: ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

O campo de análise de estudo foi o pré-assentamento Emiliano Zapata, localizado no município de Ponta Grossa no Estado do Paraná. Essa corresponde a aproximadamente 640 hectares, como se pode observar no mapa 2, ocupada pelo integrantes do MST no ano de 2003.



Mapa 2: Extensão da área do Pré-Assentamento Emiliano Zapata  
 Organização: PRIETO, C.C, 2009

A ocupação da área do pré-assentamento Emiliano Zapata, deve ser entendida dentro das estratégias organizacionais do MST. A ocupação da área foi logo após a realização do 1º Encontro Estadual de Agroecologia ocorrido em Ponta Grossa, como enunciado:

Registremos mais uma vez o decisivo e vitorioso embate das famílias camponesas com a transnacional Monsanto que cultivava de forma irresponsável soja e milho transgênicos no interior de Ponta Grossa, (...) as famílias ocupantes foram apoiadas pela Jornada de Agroecologia desalojando a Monsanto da área de forma definitiva e aí implantaram (...) o Centro Chico Mendes de Agroecologia. (Editorial da cartilha da cartilha da 8ª Jornada de Agroecologia, 2009, p. 7)

Outra estratégia está no contexto conjuntural vivida pelos integrantes do MST naquele período, nos anos que antecederam a ocupação da área a organização nacional do MST tinha como estratégia organizar vários

acampamentos no Brasil, para pressionar o governo para ver se avançava a reforma agrária.

A estratégia do MST de organizar vários acampamentos, antes da ocupação efetiva da área, esta no novo contexto vivido por este movimento no período que se inicia na segunda metade da década de 1990. Essa, segundo Fernandes (2001, p. 1) foi marcado pela intensificação da questão agrária com a criação de “novas políticas pelo governo Fernando Henrique Cardoso”, que tinham como propósito instituir um ‘novo mundo rural’, que tinha como interesse a “criminalização das ocupações, a implantação do banco da terra<sup>15</sup>, a extinção da assistência técnica, e a mudança do modelo de linha de crédito agrícola para a agricultura camponesa”. Essas novas estratégias governamentais acabaram prejudicando o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos rurais no Brasil.

O MST entendeu que substituir a desapropriação pela compra de terras significava o mesmo que impedir a reforma agrária, pois, a desapropriação constitui o seu principal instrumento. A partir daí os movimentos sociais intensificaram suas lutas em prol da efetiva reforma agrária, através de pressões no INCRA e ocupações de terra mediante acampamentos permanentes.

A partir das pressões, o governo Fernando Henrique Cardoso instituiu o decreto nº 2.250/97, o qual proibiu a vistoria de imóvel rural objeto de esbulho, enquanto não cessada a ocupação. Foram Introduzidas alterações na Lei nº 8.629/93, através de Medida Provisória, impedindo, pelo prazo de 02 (dois) anos contados a partir da desocupação, a realização de vistoria técnica em imóveis objeto de ocupação pelos trabalhadores rurais sem terra desse modo o governo

(...) decretou o tempo do castigo aos sem-terra, já que as famílias ocupantes da terra não são assentadas e que as terras ocupadas ficam livres do espectro da desapropriação, por um tempo determinado, deixando os latifundiários mais tranquilos. Desse modo, tenta-se cortar pela raiz a territorialização da luta pela terra. (FERNANDES, 2001, p. 2)

---

<sup>15</sup> A lei complementar nº 93/98 instituiu o banco da terra, um programa apoiado pelo Banco Mundial, que seria adotado como a principal forma de obtenção de terras, substituindo a desapropriação para fins de reforma agrária. (foi mais uma forma mascarada de não se fazer a reforma agrária, o que o então governo queria era possibilitar a compra de terras). HEINEN, S/D.

Assim, ampliou as medidas de contenção das ações dos trabalhadores, excluindo do benefício da reforma agrária quem fosse identificado participando de ocupação de imóvel rural ou de qualquer órgão público como estratégia para forçar a implementação da reforma agrária.

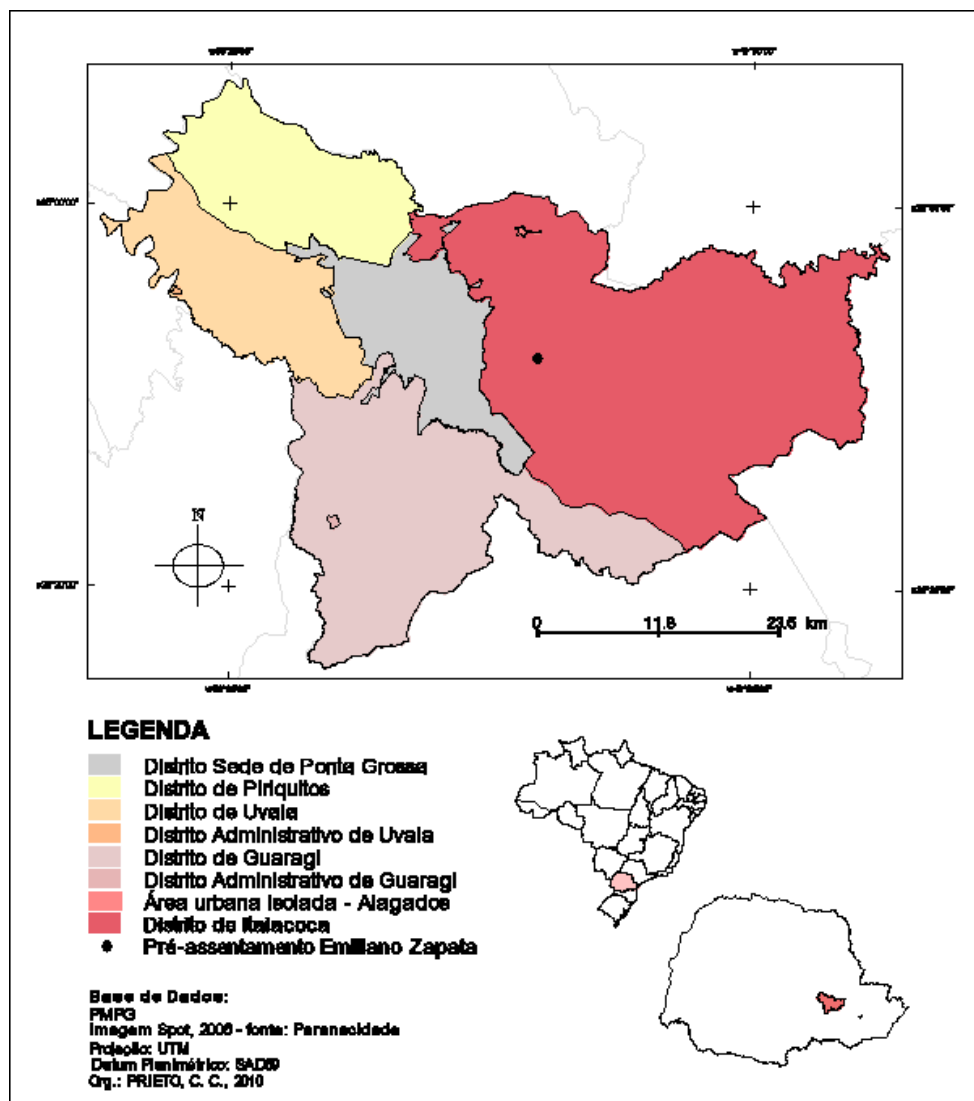
É a partir deste contexto conjuntural que deve ser entendida a ocupação da área, onde hoje se encontra o pré-assentamento Emiliano Zapata, ou seja, sua construção histórica “essa comunidade se originou em sete de agosto de 2002, no município de Palmeira”. O MST tinha 4 mil hectares de terras em decretos de desapropriação na região de Palmeira e Ponta Grossa, a partir dessa realidade o movimento organizou vários acampamentos nesta região, como se pode perceber na fala de Fernandes (2001), a prática dos acampamentos se tornou uma estratégia de acesso a terra na:

Na segunda metade da década de 1990, em alguns estados, o MST começou uma experiência que denominou de acampamento permanente ou acampamento aberto. Esse acampamento é estabelecido em uma região, (...). É um espaço de luta e resistência para onde as famílias de diversos municípios se dirigem e se organizam. Desse acampamento permanente, os sem-terra partem para várias ocupações, para onde podem se transferir ou, em caso de despejo, retornarem para o acampamento (Fernandes 2001, p. 11)

Assim, a origem da comunidade do Pré-Assentamento Emiliano Zapata<sup>16</sup>, foi em maio de 2003, momento em que ocorreu a ocupação de parte de uma fazenda que pertencia a EMBRAPA, localizada no distrito de Itaiacóca, a aproximadamente 20 Km do perímetro urbano da cidade Ponta Grossa – PR (conforme mapa 3).

---

<sup>16</sup> Segundo informações dos pré-assentados e informações secundárias de pesquisas já realizadas no local como as de SANTOS, F. H.T., dos; PETUBA, M.S, (2007), Rocha Filho, 2010.



Mapa 3: Localização do pré-assentamento Emiliano Zapata  
 Organização: PRIETO, C.C, 2009

O histórico de organização das famílias integrantes do MST, que residem na comunidade do Emiliano Zapata, inicia-se em 2002, com a organização de um acampamento na cidade de Palmeira, cidade próxima a Ponta Grossa, como afirma um pré-assentado, “primeiramente ficamos num acampamento em Palmeira no ano de 2002, organizamos lá primeiramente para depois partir para uma ocupação, para cá [Emiliano Zapata] viemos em 31 de maio de 2003”. (Entrevista, J. I, Junho, 2010)

A ocupação de parte da Fazenda da Embrapa<sup>17</sup>, realizada em 2003 ocorreu, na época por aproximadamente 150 famílias integrantes do MST. A ação da ocupação teria sido motivada segundo informações das lideranças

<sup>17</sup> Essa parte da fazenda da Embrapa era explorada por uma empresa chamada Águia reflorestadora.

locais deste movimento, porque “grande parte da área estava sendo arrendada para o plantio de *pinus elliottii*<sup>18</sup>, com fins econômicos da iniciativa privada”, como também para o plantio de soja e experimentos com sementes transgênicas e ainda nesta área estava ocorrendo à tomada de terras públicas através do processo de “grilagem”<sup>19</sup>, “num espaço que deveria ser destinado à pesquisa e a multiplicação de sementes” (Entrevista, C. R, Julho, 2010)

A comunidade do pré-assentamento Emiliano Zapata, encontra-se atualmente, segundo relatos dos próprios pré-assentados, composta por 50 famílias organizadas em 6 núcleos (cada núcleo é composto de 6 a 14 famílias): estes foram denominados pelos pré assentados como: Canudos, Chico Mendes, Florestan Fernandes, Zumbi dos Palmares, Oziel Alves, e Mario Lago.

Optou-se por usar neste trabalho os termos comunidade e unidades de produção, ao invés dos termos “assentamento e lotes”, esta escolha faz-se pertinente, a partir da percepção recorrente durante a realização dos trabalhos de campo, onde os sem terras se autodenominaram como integrantes de uma comunidade de resistência, ouve a declaração em varias falas “eu moro na comunidade do Emiliano Zapata”, e isso ficou mais claro a partir da resposta de uma liderança local do MST.

(...) uma coisa que nós abolimos aqui é a ideia do lote, (...), nos abolimos a ideia de assentamento, aqui é uma comunidade de resistência, o termo comunidade reúne as pessoas, e o termo assentamento acomoda as pessoas, dá a impressão de paralisia, assentar é mesmo que estabilizar tudo, e nós como somos comunidade de resistentes, o nosso objetivo é resistir a tudo aquilo que oprima, tudo aquilo que ajuda o êxodo rural, então só na ideia de mudar a nomenclatura das coisas, você já vai construindo uma postura diferente. (Entrevista com C. R, julho, 2010)

Na perspectiva de entender com maior profundidade a realidade sócio espacial do Emiliano Zapata, procurou-se respeitar e evidenciar a percepção que os atores sociais têm de seu ambiente e de seu modo de vida. Assim, no desenvolver deste capítulo as referências que apareceram relacionadas ao espaço do pré-assentamento serão os termos unidade de produção e comunidade.

<sup>18</sup> Conhecido popularmente como pinheiro, pinus e, pinheiro-americano.

<sup>19</sup> Grilagem – prática de apossar-se de terras alheias mediante falsas escrituras de propriedade.

A comunidade do Emiliano Zapata é considerada um pré- assentamento ainda, pois, os pré-assentados ainda não adquiriram ainda a concessão de uso concedida<sup>20</sup> pelo INCRA. Fato que acaba dificultando um maior desenvolvimento econômico e social dos camponeses, em entrevista com integrante responsável pela negociação da área junto aos órgãos responsáveis, este afirmou que “(...) O INCRA não tem tido êxito no avanço para a efetivação do assentamento”. Assim, o que os camponeses têm desenvolvido como estratégia segundo o mesmo integrante, é construir na área a “Reforma Agrária popular”, desse modo, “fazer aquilo que nós entendemos como estratégico aqui dentro, e irmos construindo pouco a pouco, com nossos recursos, com nossa força, assim, a gente vai resistindo” (Entrevista, C. R, julho, 2010)

O pré-assentamento foi organizado e estruturado pelos próprios membros a partir de unidades individuais ou de produção, com aproximadamente 8 hectares cada uma, e uma área coletiva, onde se encontra atualmente um barracão de reuniões, uma horta comunitária e uma escola (onde os membros da comunidade tem acesso ao EJA – Educação de Jovens e Adultos)

A ideia inicial dos participantes da ocupação desde o momento da estruturação da comunidade, a partir de decisões coletivas e de conversas com dirigentes do MST, foi desenvolver no local a produção agrícola de alimentos, que seriam mais voltados à subsistência e para o mercado local (municipal), devido á proximidade com a sede do município de Ponta Grossa-PR (aproximadamente 20Km) , assim tomaram a decisão de trabalharem segundo os princípios da agricultura ecológica, ou seja, produzindo agroecologicamente hortaliças e grãos.

Essa decisão, segundo os pré-assentados, foi tomada já no momento em que se construiu o acampamento. Desse modo se organizaram coletivamente e montaram uma associação denominada Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária (ATERRA).

---

<sup>20</sup> “O contrato de concessão de uso é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso a terra, aos créditos disponibilizados pelo Incra e a outros programas do governo federal”. Fonte: <http://www.incra.gov.br>.

### 3.4 - CARACTERÍSTICAS DE INFRAESTRUTURA DOS PRÉ-ASSENTADOS

As famílias pré-assentadas em sua grande maioria habitam casas de madeira rústica (conforme figuras 2 e 3), ou barracos de lona, não havendo nenhum tipo de infraestrutura, rede de saneamento ou energia elétrica.



Figura 2: Casa de madeira e lona de pré-assentado  
Autor: Sandra A. Engelmann, 2010



Figura 3: Casa de madeira de pré-assentado  
Autor: Sandra A. Engelmann, 2010

O acesso a infraestrutura é precário nas unidades de produção, pois, 100% dos entrevistados não possuem acesso a estradas pavimentadas, a mais

próxima fica aproximadamente 6 Km. Esse percentual se repete no acesso a energia elétrica (a esse respeito é importante frisar que como a área ainda não foi transformada em projeto de assentamento, as famílias não conseguem acessar junto ao Estado a energia elétrica).

O acesso a água nos lotes varia, alguns construíram poços artesianos (ver foto 4), outros conseguiram encanar a água (a partir da vertente da IAPAR que fica próxima ao local), e outros acessam pequenas minas, algumas famílias relataram que estão com problemas para produzir hortaliças por falta de água.



Figura 4: Poço artesiano construído por pré-assentado  
Autor: Sandra A. Engelmann, 2010

A procedência da maioria dos pré-assentados é rural correspondendo a um percentual de 69%, e de 31% de origem urbana, (conforme gráfico 1). Cabe ressaltar, entretanto, que a maioria das pessoas que disseram que residiam no espaço urbano antes de se acampar, possuíam algum histórico familiar de origem rural, muitos são filhos e/ou netos de pequenos agricultores. Outros resolveram se acampar por passarem várias dificuldades na cidade, como o desemprego.

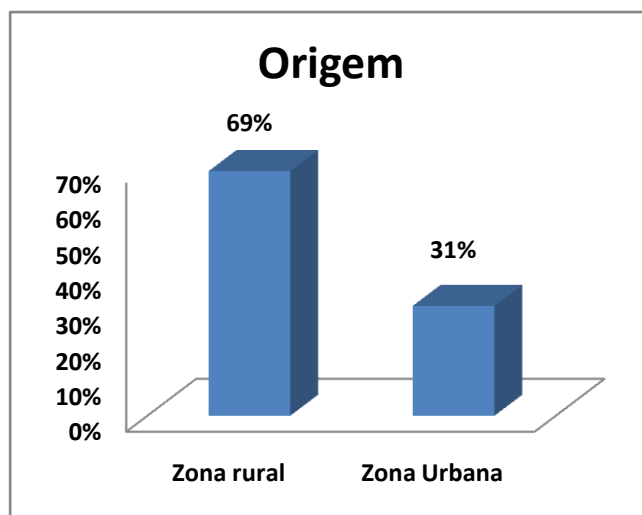


Gráfico 1: Origem dos pré-assentados  
Fonte: Trabalho de Campo, julho, 2010

“Eu morei com meu pai na roça, até os 19 anos, daí depois fui para a cidade. Ai moramos um tempo em Santa Catarina, depois viemos para cá”. (Entrevista, E. F. de A, junho, 2010)

“Eu sai do norte do Paraná, eu já mexia com lavoura porque meu pai era agricultor, ai fui para Curitiba. Trabalhei um tempo por conta lá, ai fiquei sabendo dos acampamentos e viemos para cá”. (Entrevista, B. da S, junho, 2010)

“Por ultimo nós vivíamos na cidade, ‘se escravizava’ porque quem mora na cidade não vive, daí passamos pelo acampamento em Palmeira e depois já viemos aqui”. (Entrevista, M. C, Junho. 2010)

“Eu antes de vir para cá, minha vida estava bem dificultosa em matéria de emprego na cidade. Isso me levou mais a vir para cá, daí meu marido já tinha vindo, daí ele me falou que aqui era um lugar bom, bem melhor para viver aqui no campo, lidando com as plantações do que ficar na cidade sofrendo, muitas vezes sem emprego”. (Entrevista, A. B, junho, 2010).

A escolaridade (conforme dados do gráfico 2) dos pré-assentados em sua maioria é baixa pois, 62% das pessoas não concluíram o ensino fundamental e ainda muitos disseram que estudaram muito pouco, entre 1 e 4 anos. O restante 39%, concluíram pelo menos 8 anos de estudo ou estão estudando ainda.



Gráfico 2: Escolaridade dos pré-assentados  
Fonte: Trabalho de Campo, junho, 2010

Com relação a mão-de-obra (ver gráfico 3) utilizada nos lotes, declararam que 100% do trabalho é feito pelos membros da família, uma percentagem mínima, menos de 15%, declarou contratar trabalho temporário, mas exclusivamente nos períodos de colheita, no qual a forma de pagamento é feita a partir de diárias (que variam entre R\$ 20,00 e 30,00). Esses trabalhadores temporários são normalmente os próprios pré-assentados. O que se percebeu também nas falas é que a grande maioria, quase 100% conta com a solidariedade dos outros (vizinhos, amigos) pré-assentados, pois todos responderam que praticam a ajuda mutua (característica de solidariedade comunitária), na qual a forma de pagamento é a troca de dias de trabalho.

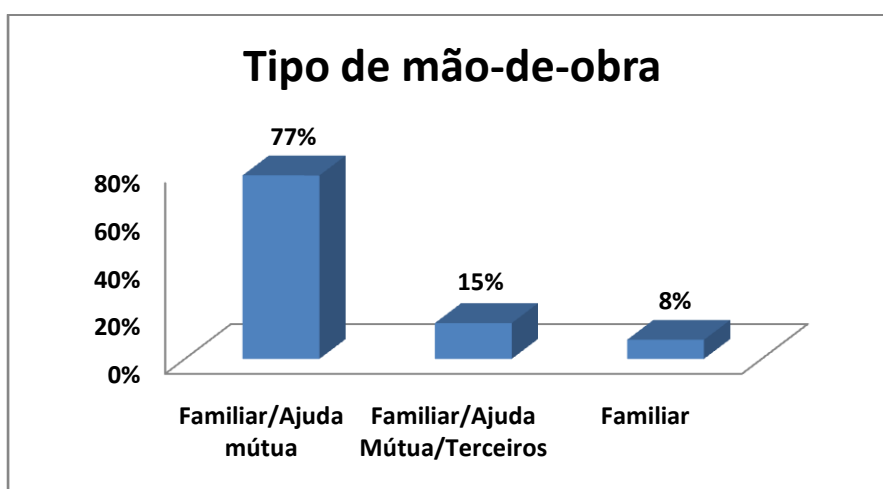


Gráfico 3: Tipo de mão-de-obra utilizado nas unidades de produção  
Fonte: Trabalho de Campo, junho, 2010

Com relação aos meios de trabalho (equipamentos), poucos possuem maquinários como tratores, plantadeiras, grades, niveladoras, entre outros. A maioria dos pré-assentados contrata hora máquina<sup>21</sup> para o preparo e plantio do solo. Os equipamentos mais usuais utilizados nas unidades de produção são: enxada, matraca (para plantar), cavalo e arado (para tombar o solo) e foice (para fazer a limpeza).

Os pré-assentados encontram-se organizados coletivamente, todos declararam fazer parte da ATERRA. Esta foi organizada e é dirigida pelos próprios pré-assentados, o objetivo dessa associação está na possibilidade que essa ação coletiva proporciona, ou seja, é um mecanismo para as famílias se inscreverem em projetos do Governo Federal, como o de terem algum recurso financeiro para as famílias se manterem e permanecerem nos lotes, até que conseguirem a desapropriação e terem acesso as políticas públicas destinadas aos assentados da Reforma Agrária.

Quando perguntados quais os benefícios e/ou problemas presentes nessa forma de ação coletiva, a Associação responderam: que são mais benefícios do que problemas. Os principais benefícios ressaltados estariam na produção “com venda garantida [como é caso na participação no PAA], ajuda na manutenção e permanência das famílias na unidade familiar, facilidade de acessar os projetos, terem alguma renda, garantia de permanecer na terra, possibilidade de comercialização direta com o governo, preços melhores, etc”. (Entrevista com pré-assentados, julho, 2010)

A forma de produção no local está baseada em praticamente 100% das unidades de produção no sistema orgânico<sup>22</sup>, (uma vertente da Agricultura Ecológica), entretanto o que muitos ressaltaram é que ainda não conseguem

---

<sup>21</sup> O pagamento de hora máquina é uma prática comum no local, os pré-assentados pagam para quem tem trator realizar atividades na terra, como o preparo e plantio, a forma de pagamento é contabilizado por cada hora trabalhada na área, por isso, hora máquina.

<sup>22</sup> Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (FONTE: WWW.MDA.GOV.BR/SISLEGIS)

produzir na totalidade das suas unidades devido aos poucos recursos financeiros, muitos na época da realização do trabalho de campo estavam apenas com os espaços das hortas com produção, ficando o restante da terra sem uso.

A produção predominante na área são os cereais e as hortaliças<sup>23</sup>. Os grãos mais plantados na área são o milho, arroz, pipoca e feijão. As hortaliças produzidas com mais frequência (dependendo da estação), são brócolis, couve, couve-flor, couve-chinesa, repolho, alface, ervilha, agrião, batata-doce, mandioca, cenoura, beterraba, cheiro-verde, pepino, abobora, abobrinha, melancia, nabo, espinafre, mandioca-salsa, cebola, amendoim, como também temperos como urucum (colorau), açafrão, orégano, pimenta, pimentão, mostarda, e ainda são cultivadas nos espaços das hortas conjuntamente com as hortaliças plantas medicinais.

A com respeito ainda a produção perguntou-se aos pré-assentados se enfrentavam alguma dificuldade para produzir, as respostas mais correntes foram: necessidade de correção do solo, pois, alguns declararam que a “terra esta judiada” (fraca), a escassez de água, a dificuldade financeira para a compra de equipamentos de irrigação, problemas com o transporte para a comercialização, situação financeira desfavorável para a compra de esterco, sementes e adubação verde<sup>24</sup>, maquinário. Enfim, faltam muitos recursos para produzir e comercializar.

A comercialização decorre do montante que sobra do consumo da família. Comercializam as hortaliças e alguns grãos como a pipoca, e o feijão para a Conab através do PAA ou através de feiras<sup>25</sup> realizadas na cidade de

---

<sup>23</sup> Não foi possível contabilizar, pois a produção é irregular de mês para mês e de ano para ano.

<sup>24</sup>“Adubação verde é uma das principais práticas no processo de conversão para a agroecologia. Pois, é uma forma rápida e eficiente de produção de biomassa (matéria orgânica) que é o alimento dos macro e micro organismos do solo, que são os principais responsáveis pela estrutura e fertilidade do solo. As plantas da adubação verde contribuem na cobertura e proteção do solo, mantendo a umidade e a temperatura em condições favoráveis. (...)”. Adubação verde. In: Agricultura ecológica: Agroecologia. Publicação projeto Iguatu. Editora Berthier, Nov/2006.

<sup>25</sup> Nos campus da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Centro e Uvaranas), na feira do produtor que acontece no centro da cidade, no Bairro Santa Paula e na Paróquia São José.

Ponta Grossa. A comercialização dos grãos (principalmente o milho e o feijão) é realizada comumente para atravessadores<sup>26</sup>.

A renda dos pré-assentados, esta circunscrita entre menos de um salário mínimo e dois salários mínimos (gráfico 4). Essa é proveniente (gráfico 5 ) em 77% dos casos da produção agrícola. Os outros 23% ficam por conta de trabalhos esporádicos como diárias, ou “bicos” (feitos em fazendas da região, ou no setor de serviços urbanos, como garçons, servente de pedreiro, etc), nesse contexto os entrevistados dizem que procuram esses serviços quando ocorre a necessidade de recursos financeiros tanto para manter a família, como também para investir na melhoria da unidade familiar (como a compra de insumos, sementes, pagamento de hora maquina, entre outros).

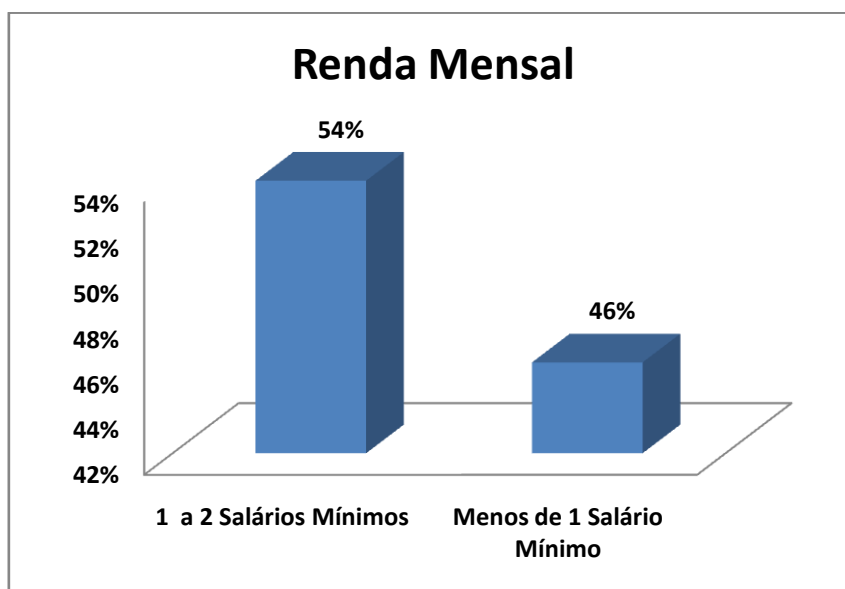


Gráfico 4: Renda familiar  
Fonte: Trabalho de Campo, junho, 2010

<sup>26</sup> comprador, normalmente cerealista que compra dos produtores rurais e revende a indústria.

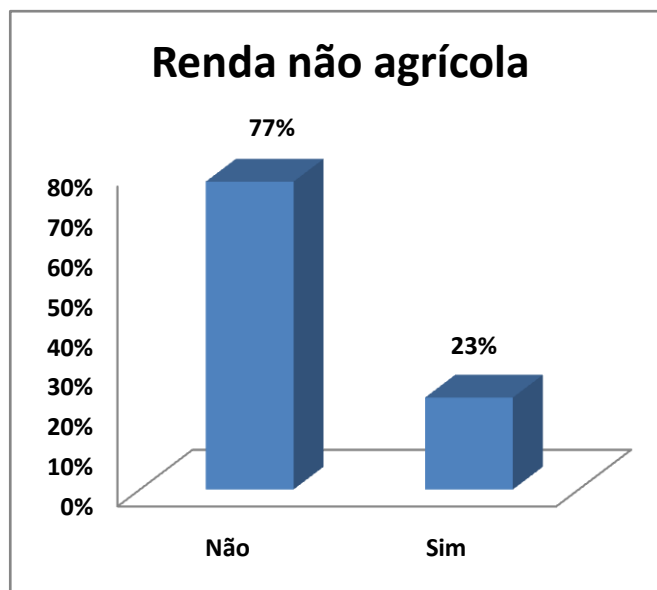


Gráfico 5: Proveniência da renda na unidade familiar  
Fonte: Trabalho de Campo, junho, 2010

Dentro dessa perspectiva financeira, apenas 8% das famílias entrevistadas, (gráfico 6) possuem algum integrante que recebe aposentadoria ou pensão. O que se observa ao contrario quando se trata do recebimento de programas assistências, no qual 54% das famílias declaram receber o Bolsa Família (Gráfico 7).

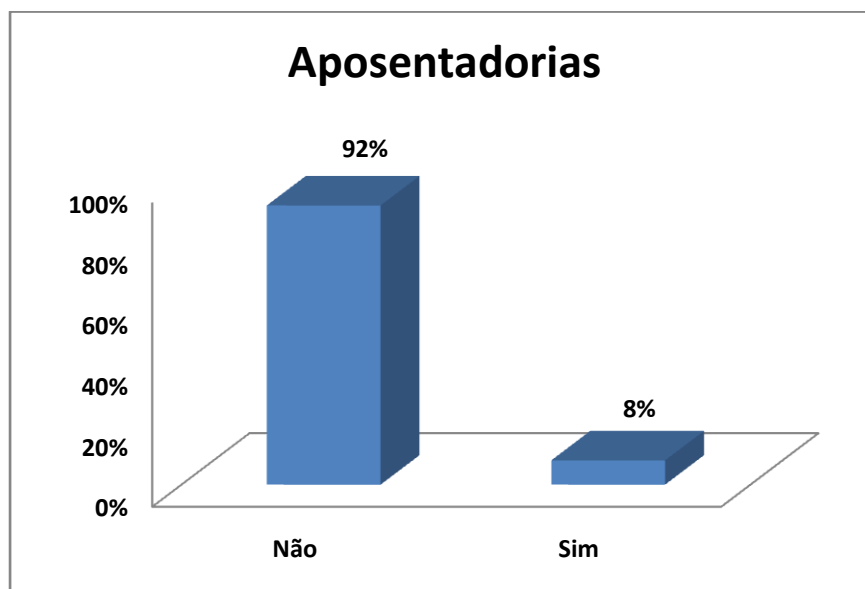


Gráfico 6: Pessoas que recebem aposentarias ou pensões  
Fonte: Trabalho de Campo, junho, 2010

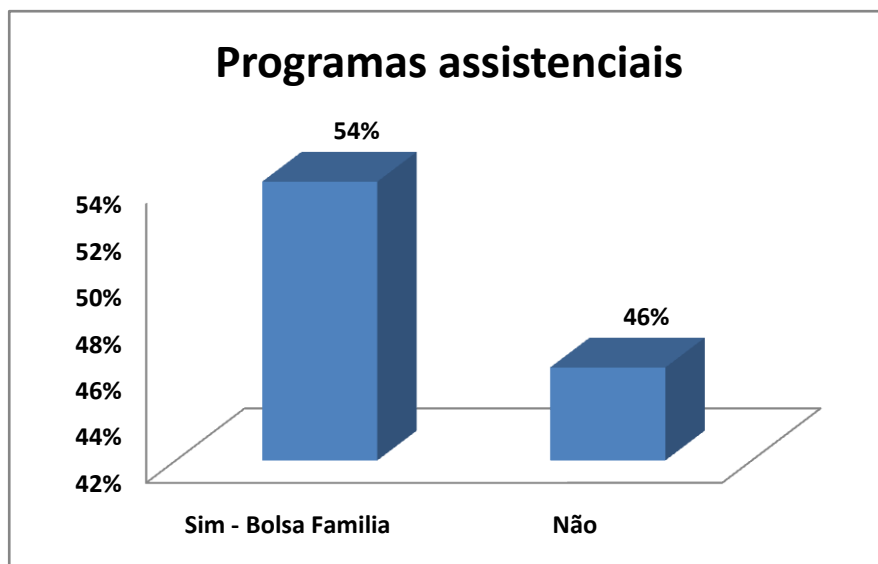


Gráfico 7: Famílias que recebem o Bolsa Família  
Fonte: Trabalho de Campo, junho, 2010

Com a relação a percepção como Sem Terras, 100% dos entrevistados disseram que são integrantes do MST, com alguns ocupando cargos internos dentro do movimento, como nos setores de saúde, educação, frente de massa, produção agrícola, como também dos núcleos organizados pelos próprios pré-assentados.

Quanto a organização espacial, do pré-assentamento Emiliano Zapata, a maioria respondeu que foi decidido organizá-lo a partir do modelo de unidades de produção individuais, (próximas as principais estradas de ligação e em linhas para facilitar posteriormente a instalação da energia elétrica). Essa decisão segundo eles foi da direção do MST local juntamente com os acampados, ou seja, foi uma decisão coletiva.

Quanto à organização e o modo de trabalho, a preferência no pré-assentamento esta nos modelos de unidades familiares individuais. Essa decisão suscita lembrar que a organização interna dos acampamentos faz parte dos problemas e dos dilemas que o MST passou a enfrentar quando conquistado o território. Essas questões já estão presentes no trabalho de Bonin et, al (1987. P. 68) escrito sobre a primeira conquista da terra feita pelo MST no Paraná, no município de Manguaçu. Nessa já se colocou no momento de sua estruturação.

As formas de organização da produção e da comercialização, a questão da escola, da saúde, etc. permitiu perceber as contradições

existentes entre a utopia comunitária de vida que aglutinava o movimento camponês pela terra e as relações reais que conseguem estabelecer a nível interno e no seu relacionamento com as instituições e agentes da sociedade global, para organizar seu cotidiano na nova situação. (BONIN, ET. ALL, 1987, p. 68)

Nesse contexto as contradições sempre estarão presentes, todas as vezes que se conquista um novo território. O que foi acordado no pré-assentamento Emiliano Zapata foi que as famílias viveriam em unidades familiares separadas, mas que o trabalho seria coletivo, como é o caso do cultivo e comercialização dos produtos da horta comunitária.

Assim, a decisão foi tomada por motivos práticos, pois, se tem o entendimento que a cooperação pode ser feita das mais diferentes formas, podendo se resumir a uma troca de dias, um mutirão, a comercialização através das associações.

E nós não entramos nessa discussão [trabalho coletivo], que talvez não esta coloca nesse momento histórico. Porque camponês é um ser bastante diferente. Quer ter sua casa do jeito que ele pensa, cuidar dos seus animais do jeito que ele pensa. Por isso que se você entra muito nesse debate você acaba criando divisão dentro da comunidade. (...), porque se você deixa de ter sua unidade de produção, você já não cria mais, com isso você deixa de ser comunidade de produção, você já não cria mais, vem alguém e cria com/por você e você só vende. (Entrevista C. R, julho, 2010)

### 3.5 - INSERÇÃO PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS DESENVOLVIDAS NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO

Assim, Circundando em torno da discussão do tema da Agroecologia, paradigma este, defendido pelo MST, como vem se discutindo ao longo deste trabalho, procurou-se neste item entender como se da a organização dos pré – assentados do Emiliano Zapata, a partir deste novo paradigma. Deste modo, o terceiro capítulo estará permeado por uma pergunta central – como se da a organização dos pré-assentados nesse opção da agroecologia?

Fazendo parte de uma fazenda da EMBRAPA<sup>27</sup>. A área ainda não foi desapropriada pelo INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), sendo

---

<sup>27</sup> A área total de propriedade da Embrapa tem aproximadamente cinco mil hectares, o pré-assentamento corresponde a uma pequena parte da área.

assim os agricultores ainda não adquiriram a posse da terra como também não conseguem acessar várias políticas públicas<sup>28</sup>.

Entretanto os Acampados já estão organizados produzindo e comercializando alimentos agroecológicos, através da participação no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA<sup>29</sup>, e também através de parcerias feitas com a comunidade externa, em específico com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)<sup>30</sup>, que através dos projetos de extensão vem trabalhando para o desenvolvimento da Agroecologia no local.

A proposta do MST para a área, que compreende a comunidade do Emiliano Zapata, é construir um centro de produção agrícola a partir da matriz da Agroecologia, esse centro é denominado Chico Mendes (conforme foto 5), toda a área, ou seja, os 640 hectares já se encontra certificada<sup>31</sup>, pela rede de agroecologia Ecovida, que faz uma certificação solidária<sup>32</sup>.

---

<sup>28</sup> Principalmente as políticas de acesso ao crédito agrícola, como os disponibilizados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

<sup>29</sup> O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das ações do programa Fome Zero, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O objetivo é promover o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar, como também fortalecer a agricultura familiar, e ainda para formar estoques estratégicos para o abastecimento de mercado institucional de alimentos. O PAA é implementado por meio de cinco modalidades, em parcerias com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), governos estaduais e municipais. Os produtos são destinados a ações de alimentos empreendidos por entidades da rede socioassistencial; Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos, entre outros. Fonte: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>

<sup>30</sup> São dois os projetos desenvolvidos no local. O Projeto I - consiste na implantação de uma agroindústria, com a construção de uma unidade de processamento mínimo de hortaliças orgânicas. Capacitação no processamento, embalagem e comercialização dos produtos. E Projeto II – consiste na implantação de uma horta orgânica com trabalho coletivo e capacitação dos agricultores na produção orgânica de hortaliças.

<sup>31</sup> Documento da certificação em anexo

<sup>32</sup> “A certificação solidária é um sistema solidário que consiste na geração de credibilidade. No qual a certificação e as normas da produção são elaboradas com a participação de agricultores e consumidores. Garantindo ao final a qualidade do produto ecológico como também a valorização da cultura local”. (segundo informações adquiridas em seu sitio - <http://www.ecovida.org.br>)



Figura 5: Placa: Centro Chico Mendes de Agroecologia.  
Autor: Sandra A. Engelmann, 2010.

Partindo do pressuposto de que o pensamento da Agroecologia, através de todos os seus aportes (advindos dos conhecimentos científicos e tradicionais), pode contribuir estrategicamente na construção da resistência como também possibilitar uma maior autonomia dos camponeses nos acampamentos e assentamentos rurais ligados ao MST.

Ressalta-se que as práticas envolvendo a implantação da Agroecologia, na comunidade do pré-assentamento Emiliano Zapata ainda estão em fase de estruturação (como pode ser percebido no item anterior), que acabam sendo dificultadas pelos poucos recursos disponíveis. Mas já podem ser percebidas “evoluções”, como a participação em um projeto conseguido através da associação ATERRA junto a Conab<sup>33</sup>, no qual os agricultores entregam hortaliças para entidades municipais, como creches, asilos, entidades de apoio, entre outros. Como também vem sendo desenvolvidos no local dois projetos ligados a IESOL<sup>34</sup> – USF<sup>35</sup>.

<sup>33</sup> Companhia Nacional de Abastecimento, através do projeto PAA.

<sup>34</sup> Incubadora de Empreendimentos Solidários

<sup>35</sup> Universidade Sem Fronteiras

A decisão de adotar a matriz produtiva da agroecologia na comunidade seguem as novas diretrizes políticas do MST (desenvolver nos territórios da Reforma Agrária, a produção agroecológica), que desde o início da ocupação incentivou a produção agroecológica. Assim, os camponeses mesmo ainda não sendo assentados conseguem produzir alimentos agroecológicos tanto para a subsistência como para mercado local, como pode ser percebido na fala que segue:

Então, o fundamento aqui na comunidade é a produção no agrícola que é um espaço pra nós construir a Agroecologia. O acerto nosso interno é trazer as famílias essa tecnologia da Agroecologia (...) então nós temos aqui uma unidade de produção com 50 famílias, aqui se produz uma grande diversidade de alimentos, acredito que de 20 a 40 tipos de produtos, graças ao não uso de veneno. (Entrevista, C, R. Julho, 2010)

As ações de formação que envolve as práticas agroecológicas, vem sendo incentivadas e desenvolvidas na comunidade através de cursos (ver gráfico 8), que envolvem teoria e prática, palestras, oficinas, encontros, jornadas de Agroecologia, como a participação de cursos de nível médio e graduação oferecidos pelo MST aos filhos dos acampados e assentados. As instituições que apareceram como incentivadoras dessas ações de formação são a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, a Via Campesina, o MST, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR.

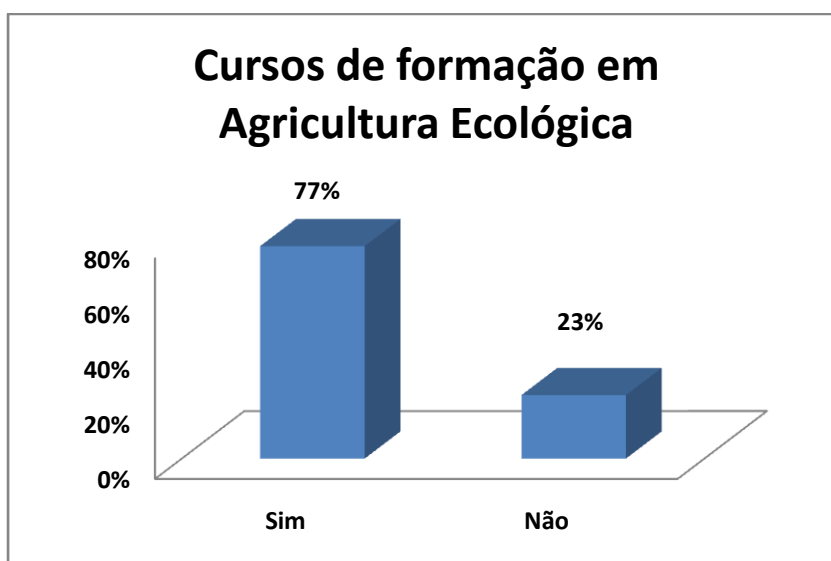


Gráfico 8 : Formação em Agroecologia  
Fonte: Trabalho de Campo, junho, 2010

A produção a partir do paradigma da Agroecologia não passou por nenhum período de transição, pois o que se percebeu nas falas dos pré-assentados é que o MST desde o início do momento da ocupação deliberou através da coordenação do acampamento que na área seria produzido somente de forma agroecológica. Os pré-assentados destacaram que desde o início a produção é feita sem utilização de agrotóxicos e outros insumos da agricultura convencional. Como fica evidente na seguinte declaração de uma liderança local do MST:

Então a forma talvez é questionável, foi meio que um decreto [instituir a produção agroecológica], quem quiser viver aqui não vai poder usar tecnologia advinda da revolução verde, adubo químico, veneno, e adubos transgênicos. (...) Esse espaço é um território que nos queremos essa prática [agroecológica]. E muitas pessoas resistiram, foram embora, outras ainda vivem aqui, que dizem que um dia ainda querem produzir nessa tecnologia do veneno. Mas, majoritariamente, hegemonicamente, eu acredito que 95% das famílias aderiam a proposta, ou seja, a grande maioria. E como nós certificamos os 640 hectares. Nós conseguimos criar a função objetiva de nos manter, estrategicamente aqui por muito tempo. (ENTREVISTA, C. R, Julho 2010)

As práticas de produção agroecológica mais utilizadas nas unidades de produção são as sementes crioulas<sup>36</sup> a maioria declarou fazer uso das sementes colhidas por eles mesmos (reprodução das sementes), como também muitos declararam utilizar sementes da Bionatur<sup>37</sup>.

O Controle biológico é feito por 77% dos entrevistados (gráfico 9), os agricultores declaram usar, a Calda Bordalesa (mistura de enxofre com cal), compostos (como de samambaia fermentada), caldas para espantar insetos (como o pulgão), biogel, cinza, soro de leite de vaca, uréia de vaca, entre outros.

<sup>36</sup> São sementes produzidas pelos próprios camponeses sem sofrer alterações genéticas como acontece com as sementes híbridas e transgênicas, seu melhoramento acontece de acordo com as condições que o ambiente realmente oferece, não em um ambiente com características artificiais, GONÇALVES, s/d, p. 43)

<sup>37</sup> Bionatur é uma empresa social, em sistema cooperativo, que desde 1997, vem produzindo, beneficiando, embalando e comercializando sementes de hortaliças agroecológicas. (fonte: [www.bionatur.com.br](http://www.bionatur.com.br))

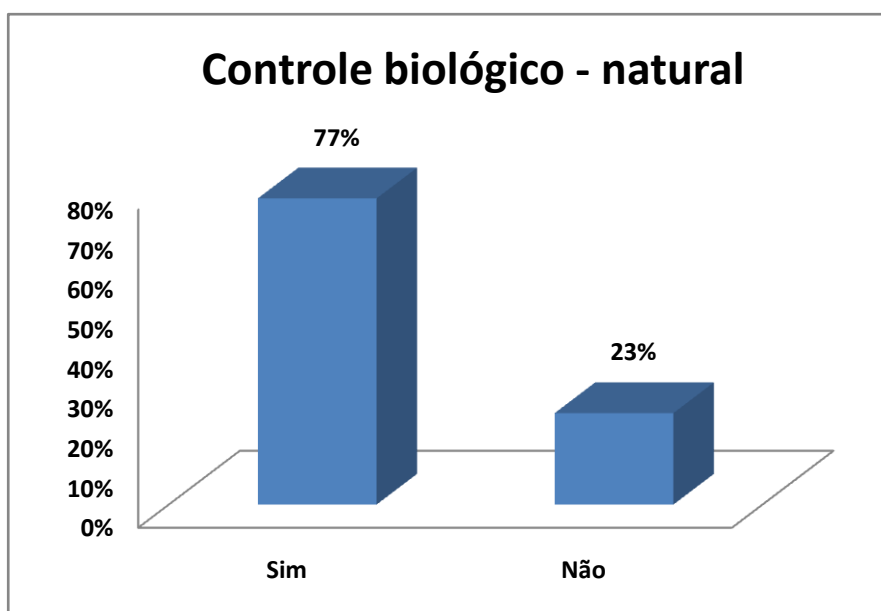


Gráfico 9: controle biológico realizado pelos pré assentados  
Fonte: Trabalho de Campo, junho, 2010

O Manejo ecológico do solo é feito por 77% dos agricultores (conforme gráfico 10), essas são desenvolvidas principalmente a partir da rotação de culturas, do uso de esterco (de galinha e de gado), adubação verde, tombamento da terra, entre outros.

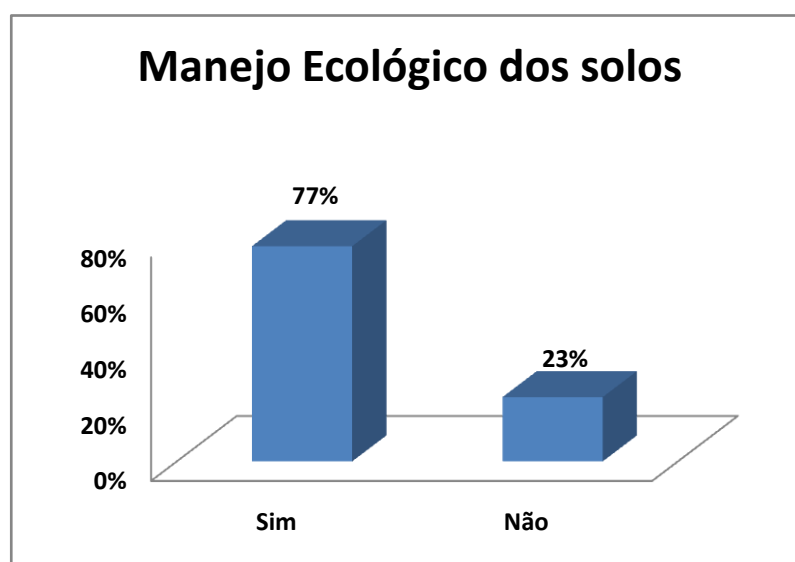


Gráfico 10: Manejo ecológico feitos pelos pré assentado  
Fonte: Trabalho de Campo, junho, 2010

Quando perguntados sobre o destino do lixo produzido nos lotes. O não orgânico em sua grande maioria é separado e destinado para a reciclagem (informações no gráfico 11). Este é coletado pelo pessoal da Prefeitura

Municipal de Ponta Grossa, entretanto a coleta não tem uma periodicidade. O lixo orgânico é reutilizado para compostagem por 38% dos pré-assentados entrevistados, é comumente utilizada no espaço da horta como adubo orgânico.

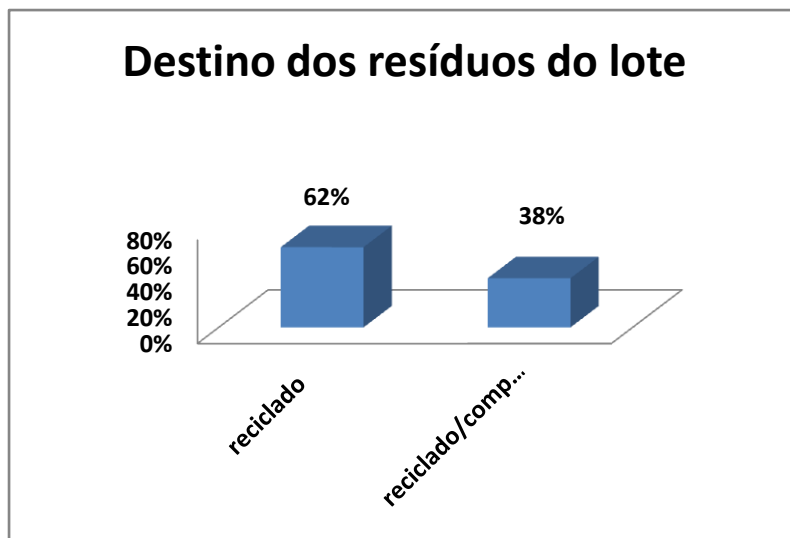


Gráfico 11: Destino do lixo produzido pelos pré assentados  
Fonte: Trabalho de Campo, junho, 2010

A horta comunitária no pré-assentamento (conforme figura7) esta localizada em aproximadamente um hectare e meio de uma área que foi designada como espaço comunitário (onde se localizam a horta, a cozinha, o centro para reuniões e assembléias, etc.). A horta comunitária teve inicio no ano de 2008 e, foi desenvolvida a partir de um projeto da IESOL – USF, denominado, “Economia Solidária e Desenvolvimento Local no Pré-Assentamento Emiliano Zapata – Ponta Grossa, Pr: Hortas Comunitárias e Unidade de Processamento de Alimentos Agroecológicos”. Que tem como objetivo (pois se encontra em andamento ainda), proporcionar a inovação tecnológica a partir da implantação de uma unidade de processamento de alimentos agroecológicos (na perspectiva de agregar valor aos produtos produzidos no local), como também a formação educacional e técnica em Economia Solidária.

Posteriormente, este projeto foi complementado por outro, denominado “Fortalecimento da Agricultura Familiar Agroecológica no pré- assentamento Emiliano Zapata – Ponta Grossa – PR”. Objetivando a implantação de uma horta orgânica com trabalho coletivo e capacitação dos agricultores na produção orgânica de hortaliças.



Figura 6: Alguns aspectos da Horta Comunitária, sistema de mandala (a esquerda superior), canteiros com verduras (a direita, superior e inferior) e, camponesa preparando mudas (esquerda inferior)

Autor: Sandra A. Engelmann, 2010

As formas que vem sendo disseminados esses projetos no local variam, desde a implantação de infraestruturas, passando por trabalhos de conscientização como também de formação. Assim, os projetos passaram por diversas etapas até sua implantação.

Em uma primeira etapa, foram realizadas reuniões com o objetivo de esclarecer e conscientizar os agricultores sobre os objetivos dos projetos. Também foi feito um treinamento inicial em agricultura orgânica e transformação de alimentos com o apoio do SENAR-PR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Paraná). E ainda trabalhos de detecção de problemas no campo do serviço social e oficinas para esclarecimentos sobre economia solidária. O segundo momento foi marcado pela realização de inúmeras atividades coletivas com o objetivo de adequar a área para a implantação da horta coletiva. Foram realizadas as atividades de preparo e correção do solo, adubação verde, construção de cercas, proteção da área de captação de água,

enterrio de linha adutora d'água, compostagem, construção de reservatório de água, montagem sistema de irrigação entre outras. Uma terceira etapa pode ser considerada o início dos plantios, em fevereiro de 2010. Uma quarta etapa se iniciou com a colheita e comercialização dos produtos, a partir de maio de 2010. (M. R, Entrevista, Agosto de 2010)

Estão participando ativamente do projeto da horta comunitária segundo informações de quem nela trabalha 17 famílias (numero variável). O trabalho na horta é realizado diariamente por essas famílias como também por extensionistas e estudantes de vários cursos<sup>38</sup> da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que integram as equipes dos projetos.

A produção de hortaliças da Horta Comunitária segue os princípios da agricultura orgânica, segundo coordenador de um dos projetos.

Os produtos da horta comunitária são consumidos pelos agricultores participantes dos projetos, estes são também comercializados atualmente em espaços liberados pela UEPG, nos seus dois campus, um localizado no centro da cidade de Ponta Grossa e outro no bairro de Uvaranas, como também na feira do produtor, no bairro Santa Paula e ainda na feira de da paróquia São José.



Figura 7: Feira de Alimentos Orgânicos no campus da UEPG  
Autor: Alnary N. R. Filho, 2010.

---

<sup>38</sup> Alunos dos cursos de Agronomia, Geografia, Serviço Social, Engenharia de Alimentos, entre outros.

Pode-se destacar dessa forma a horta comunitária representa o trabalho coletivo dos pré-assentados, constituindo uma alternativa, a mais para os eles, a resistirem no aguardo da desapropriação da área, como também, e principalmente potencializa a visibilidade da comunidade, através da venda dos produtos orgânicos, na sociedade pontagrossense.

Conclui-se, com a percepção de que vem sendo desenvolvidas nas unidades de produção varias práticas agroecológicas, que congregam relações de trabalho baseados na ajuda mutua e no trabalho coletivo. Essas praticas podem ser sistematizadas em um organograma que tem como objetivo evidenciar as práticas agroecológicas dos pré-assentamentos do Emiliano Zapata



Figura 8: Esquema das principais pratica e manejos dos agrossistemas nas unidades de produção dos pré-assentados do Emiliano Zapata  
Organização: ENGELMANN, S. A. CESAR, T. R. A. O., 2010.

#### 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu compreender como vem sendo construído o paradigma da Agroecologia em um território conquistado pelo MST no município de Ponta Grossa, como foi o caso do Pré-Assentamento Emiliano Zapata.

A Agroecologia é um conceito em disputa dentro da academia, pois, propõe mudanças na forma de pensar e conduzir a ciência. Assim, neste trabalho compreendeu-se a Agroecologia a partir de um novo paradigma, que suscita mudanças e rupturas nas interpretações sociedade-natureza numa relação dialética, partindo de um novo pressuposto epistemológico que procura romper com o paradigma convencional que estrutura a ciência oficial.

Este paradigma contrapõe-se ao atual modelo tecnológico, que esta em crise, que surgiu do pacote da “Revolução Verde”. Uma crise que se manifesta sobre múltiplas dimensões nas atividades humanas. Que pode vir a ser superada a partir de novos conhecimentos que ligam o saber tradicional das populações rurais ao saber científico/tecnológico.

A Agroecologia foi compreendida a partir de sua ligação como os modos de vida dos camponeses. No qual se a agricultura ao longo do tempo estruturou-se dentro de uma racionalidade ecológica, que acabou sendo desestruturada pela atual forma de manejo que propõe a agricultura uma racionalidade econômico instrumental aos agrossistemas, como também prima apenas pelos ganhos econômico. O que acabou desestruturando os camponeses em suas unidades de produção.

Os princípios que relacionam a Agroecologia aos camponeses estão na necessidade de recuperação da racionalidade ecológica. Os princípios são a terra, o trabalho e a família como categorias nucleantes, a produção voltada para o auto-consumo, as relações de vizinhança, a diversificação e policulturas, a valorização dos aspectos sistêmicos da terra, entre outros.

A tese central para a compreensão dessa relação é que os camponeses tem como princípios o equilíbrio entre a produção e o consumo, sem o fim específico de acumulação da riqueza, onde seu modo de vida esta baseado na busca da autonomia, suas lógicas iram transcender a produção agrícola em si.

Essas lógicas vão de encontro com a racionalidade ecológica, estão aí a conexão com a Agroecologia, onde os princípios produtivos desenvolvidos pelos agricultores estarão baseados na preservação da terra, na manutenção e equilíbrio do ambiente como um todo.

Desse modo, os camponeses são compreendidos como uma categoria política, que tem como característica a busca pela autonomia do seu modo de vida, como também tem como marca a resistência aos imperativos do mercado e ainda tem como prática a reciprocidade.

A Agroecologia vem sendo incorporada pelo MST como uma matriz produtiva baseado em um novo paradigma, que parte de nova racionalidade ambiental, que busca organizar seu conhecimento na complexidade da realidade socioespacial dos camponeses.

Os movimentos sociais terão um importante papel na articulação dos princípios e interesses dos camponeses, pois, serão responsáveis pela construção de uma identidade específica e coletiva dando coesão às práticas, aos discursos e às ações.

Atualmente as lutas e os modos de atuação dos movimentos sociais são resultantes de ressignificações, a partir de processos que estão acontecendo de forma mais dinâmica, pois, estamos em um processo de “globalização e informatização da sociedade”, que possibilita a partir das redes de comunicação a troca de informações em tempo real, e isso influencia nas dinâmicas e ações dos atores envolvidos nesse processo, como o surgimento de práticas políticas articuladas, através das redes de movimentos, o que era feito anteriormente de forma localizada.

A Via Campesina é um movimento que pode ser considerado a partir dessas novas ressignificações, pois, tem como objetivo, articular as várias lutas de organizações camponesas com contextos diferentes, e dispersos em vários lugares do mundo, interagindo em múltiplas escalas e territórios.

O MST fazendo parte da Via Campesina também carrega essas ressignificações, estando articulados os camponeses integrantes do MST redefiniram e criaram diferentes formas de luta pela terra e na terra.

E, uma dessas lutas é a preocupação com a permanência dos assentados nos territórios conquistados. Sendo assim, o modo de produção adotado nos lotes tem uma grande importância, pois, esta diretamente ligado a

permanência é a qualidade de vida de quem conquistou a terra. Será desse entendimento, que o MST vem propondo nos últimos dez anos, a incorporação da Agroecologia, como uma matriz produtiva e ideológica, capaz de reestruturar todo o modelo de participação das famílias nos assentamentos como também nas formas de gestão do MST.

O modelo produtivo agroecológico tem como um dos seus aspectos, poupar e diversificar a relação com os insumos, onde os agricultores podem aprender muito com a natureza. Assim, entende-se que é nos efeitos naturais da fertilidade, e na complexidade que esta a produtividade dos agrossistemas.

São esses, os princípios que são considerados pelo MST para a construção de “territórios agroecológicos”, como é o caso das práticas que vêm sendo desenvolvidas no pré-assentamento Emiliano Zapata. Esses princípios na prática se tornam formas de resistência aos imperativos de instabilidade vividos por esses camponeses que aguardam o direito a posse da terra por mais de sete anos.

## 5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIMONDA, Héctor. Anotaciones sobre historia ambiental, ecología política y agroecología en una perspectiva latinoamericana. **Nueva Sociedad**. Caracas, v. 189, p. 31-44, 2004.

**As políticas da Via Campesina**. Disponível em: <[www.social.org.br](http://www.social.org.br)>. Acesso em: 19 de set. 2009.

**Agricultura ecológica**: Agroecologia: Publicação projeto Iguatú. Editora Berthier, Nov./2006.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

BARCELLOS, S. B. **A formação do discurso da Agroecologia** no MST: breves considerações. Anais do IV Encontro das Redes de Estudos Rurais, Curitiba, 2009.

BRANDENBURG, A. **Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas**. Curitiba: mimeo, 2002. 21 pág.

**Bionatur Sementes Agroecológicas**. Disponível em: <http://www.bionatur.com.br>. Acesso em: 05 de set. 2010.

BOGO, A. A luta pelo poder. In: **Cartilha da 5ª Jornada de Agroecologia**. Curitiba, julho, 2006.

BONIN, A. A.; FERREIRA, A. D. D.; HELM, C. M. V.; TORRENS, J.C.; KERSTEN, M. S. A. **Movimentos sociais no campo**. Curitiba: Editora da UFPR, 1987, 146 p.

BORGES, J. L. Bases históricas do cooperativismo no MST. In: **Revista fato & versões**. nº3, v. 2, 2010. p. 157-173. Disponível em [www.catolionline.com.br/fatorversos](http://www.catolionline.com.br/fatorversos). Acesso em 04 de janeiro de 2011.

BRANDENBURG, A. **Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas**. Curitiba: mimeo, 2002. 21 pág.

BRASIL. Lei n.11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 de julho de 2009. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)

CAMARGO, P. **Fundamentos da transição agroecológica**: racionalidade ecológica e campesinato. Revista Agrária, nº 7, 2007. p. 185-210.

**Carta da 9ª. Jornada de Agroecologia** – Maio de 2010. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/biblioteca/carta-da-9a-jornada-de-agroecologia-maio-de-2010/>. Acesso em 15 de novembro de 2010.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano & STOLCKE, Verena. **A questão agrária**: Brasiliense, São Paulo, 1981. p. 134-163

CAPORAL, F. R. COSTABEBER, J. A. A análise multidimensional da sustentabilidade. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IIICA, 2002

\_\_\_\_\_. **Agroecologia: Enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2000.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. Tradução: Roneide Venâncio majer. 6ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

**Concessão de uso Disponível em:**

<[http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=286&Itemid=299](http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=286&Itemid=299)>. Acesso em 25 de Janeiro de 2011.

CORDENAÇÃO NACIONAL DO MST. O papel estratégico da Agroecologia para o MST. In: Revista Sem Terra. Edição especial – Agroecologia. 2009. p. 10-14.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

COSTA NETO, C. CANAVESI, F. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à reforma agrária agroecológica no Brasil? In: Ecología Política. Naturaleza, sociedad y utopia. Edição eletrônica: Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ecologia/neto.pdf>. Acesso em: 03 de dezembro de 2010.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias (Org) **Geografia conceitos e temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 141-162.

Estatuto da Associação Brasileira de Agroecologia – ABA: Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br>. Acesso em: 30 de Agos. 2010.

FERNANDES, B. M. MST: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes 2000.

\_\_\_\_\_. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. 2001, p. 1-8  
Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/agricultura-camponesa-pdf-pdf-a10748.html>>, Acesso em 12 de outubro de 2010.

\_\_\_\_\_. A ocupação como forma de acesso à terra. Anais do XXII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos. 2001, p. 1-19.

\_\_\_\_\_. A ocupação de terra é pagina virada da história? 2001, p.1-4.  
Disponível em: <<http://resistir.info>>. Acesso em 12 de outubro de 2010.

FERNANDES, B. M.; STÉDILE, João Pedro. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

GOMES, J. C. C. *Bases Epistemológicas da Agroecologia*. IN **Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. (ed. téc.) 1ª Ed. Brasília, DF. Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

GOMES, J. C. C. GUASP, J. T. Bases epistemológicas para a ação e pesquisa em Agroecologia. In: **Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Botucatu, 2001.

GONÇALVES, G. J. Preparação de sementes crioulas na agricultura camponesa. In: Escola Latino Americana de Agroecologia: experiências camponesas de Agroecologia. S/D. p. 43-48

GONÇALVES, S. **Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná**. 2008, 311 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008

GONH, M. da G. **Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

GUSMÁN, E. S. **Agroecología y agricultura ecológica: hacia una “re” construcción de la Soberanía Alimentaria**. Madrid: Mundi-Prensa, 2005.

GUSMÁN, E. S. ALONSO MIELGO,. **Entre la Agroecologia, como movimiento social, y la agricultura orgánica como negocio: el caso de las asociaciones andaluzas de productores-consumidores**. Sevilla: Dirección General de Investigación Agraria, 2005.

GRAZIANO NETO, F. **A verdade da terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil**. São Paulo: IGLU/FUNEP/UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. **Qual reforma agrária? Terra, pobreza e cidadania**. São Paulo: Geração Editorial, 1996.

HAESBAERT, R. O binômio território- rede seu significado político cultural. In: **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 117-128.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro, 2004.

HEINEN, M. I. O Plano nacional de reforma agrária do governo lula Antecedentes. O Plano. Possibilidades e limites de sua execução. Disponível em : <[http://agata.ucg.br/formularios/site\\_docente/jur/milton/pdf/texto\\_lula.pdf](http://agata.ucg.br/formularios/site_docente/jur/milton/pdf/texto_lula.pdf)> . Acesso em 15/10/21.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental**. 1ª Ed. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Civilização Brasileira, 2006.

GUZMÁN, Eduardo S; MOLINA, Manuel G. de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Tradução de Ênio Guterres e Horacio Martins de Carvalho. 3ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HECHT, Suzana. A evolução do pensamento agroecológico. ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Tradução de Patricia Vaz. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. p. 25-42

KUHN, Thomaz S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

Lei Nº.10831, Agricultura Orgânica no Brasil. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis>>. Acesso em: 07 de set. 2010.

Linhas políticas reafirmadas no V Congresso Nacional do MST – 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 01 de Agos. 2010.

LOIOLA, E.; MOURA, S. Análises de rede: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão Contemporânea**: cidades 11 estratégias e organizações locais. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas 1996, p. 53-68.

MACHADO, L. C. P. A agroecologia e a crise civilizatória. In: Revista Sem Terra. Edição especial – Agroecologia. 2009. p. 15-18.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. In: **Revista Nera**. Ano 11, nº12. Jan./jun, 2008. p. 57-67.

MARTELETO, R. M. Análise de Redes sociais: aplicação nos estudos de

transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p.71-81, jan./abr. 2001.

MATOS, A. G. de. Desenvolvimento, autonomia e Academia. In: Inovações nas transições da agricultura familiar. LIMA, Dalmo M. de Albuquerque e WILKINSON, John. (Orgs). Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002, p. 361-368.

MELO, G. L. de; POLI, J; TARDIN, J. M; (Orgs). Cartilha da 8ª Jornada de Agroecologia: terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos, construindo um projeto popular e soberano para a agricultura, 2009.

**Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.** Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>>.

Acesso 20 de Agos. 2010.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em:

<<http://www.mda.gov.br/portal/>> Acesso 20 de Agos. 2010

MOREIRA, R. M. **Transição Agroecológica: conceitos, bases sociais e a localidade de Botucatu/SP-Brasil.** 2003. 139 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola). Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

MORISSAWA, M. A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NORGAARD, R. B. A base epistemológica da Agroecologia. In: ALTIERI, M. A. (ed.). **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa.** Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989, p. 42-48.

NORGAARD, R.B.; SIKOR, T.O. Metodologia e prática da agroecologia. In: ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002. p. 53-83.

NAVARRO, Manuel Gonzalez de Molina. Agroecología: bases teóricas para una historia agrária alternativa. Agroecologia y Desarrollo, Santiago de Chile, v. 1, n. 2/3, p. 1-18, dez. 1992. Disponível em: <http://www.clades.cl/revista/4/rev4art3.htm>. Acesso em: 22 de jul. 2011.

NAVARRO, M. M. Agroecologia: bases teóricas para uma história agrária: In: Agroecologia e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ano 2, nº2, 1994.

OLIVEIRA, A. U. de. A agricultura camponesa no Brasil. 3ªed. São Paulo: Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_. A longa marcha do camponato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: **Estudos Avançados**, vº 15, nº 43, 2001. p. 185-206.

POLI, J. Algumas coisas que tem tudo a ver com a agroecologia. In: **Cartilha da 8ª Jornada de Agroecologia: terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos, construindo um projeto popular e soberano para a agricultura**. 2009, p. 21-28.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ROCHA FILHO, A. N. **A ATERRA – Associação dos trabalhadores rurais da reforma agrária: desafios obstáculos e contradições na construção e organização de uma alternativa de economia solidaria**, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Programa de Pós-Graduação em ciências sociais aplicadas, UEPG, Ponta Grossa – PR.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIECHMANN, J. **Cultivos e alimentos transgênicos: um guia crítico**. Tradução de Ricardo Rosenbusch, Petrópolis-RJ: Vozes, 2002. p. 77-93.

RICHARDSON, R. J. Et. Al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ªed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES DA SILVA, R. L. B. **Sobre o camponês do Sertão: produção do espaço e identidade camponesa em assentamentos do município de Goiás**. 186.f. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

SANTOS, F. H.T., dos; PETUBA, M.S. Identidade em construção: experiências comuns de trabalhadores rurais sem terra nos campos gerais (1970-2003). *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 12, n. 1, Verão, 2007. Disponível em: <<http://www.laktech.com/exemplos/cds/rhr/export/331-926-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 Ago. 2010.

SHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?. In: **Seminário Nacional Movimentos Sociais e os novos sentidos da política**, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em <[HTTP://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php](http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php)>. Acesso em 21 março de 2010.

Sabourin, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Tradução de Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SIMONETTI, M. C. L. A Geografia dos movimentos sociais em tempos de globalização: o MST e o Zapatismo. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 10, n.11, p. 122-130, jul/dez. 2007.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Um discurso sobre as ciências**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, Iná Elias de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

TARDIN, J. M. et. all. Escola Latino Americana de Agroecologia: experiências camponesas de Agroecologia. 2009. p. 4-12 .

TONÁ, N.; LIMA, A. do C. Formando (re) construtores do campo com Agroecologia: a luta pela apropriação do conhecimento histórico científico e técnico produzido pela humanidade. In: **Revista Sem Terra**. Edição especial – Agroecologia. 2009. p. 44-45.

## **ANEXOS**

## **Questionário Semi-aberto**

Local: Pré-Assentamento Emiliano Zapata – município de Ponta Grossa - PR

Data:

Entrevistador:

### **A. Identificação do Pré- Assentado**

1 - Nome do Pré- assentado (a):

2 - Idade:

3 - Origem: Município

( ) Zona Rural

( ) Zona Urbana

4 - Escolaridade:

### **B. Trajetória de lutas**

1 – Quanto tempo esta no pré-assentamento Emiliano Zapata?

2 - Quantas pessoas vivem no lote?

3 – Qual a área do lote? (alqueires, hectares)

4 - Quando ocuparam a área houve conflito?

( ) Sim

Com quem?

( ) Não

5 – É integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST?

( ) Sim

Qual a Função/ Cargo?

( ) Não

6- Qual sua trajetória de luta antes de chegar ao pré-assentamento Emiliano Zapata? Por quais locais passou? (aberta)

7 – Como foi organizado o pré-assentamento, quem foi o responsável pela organização?

### **C. Condições em termos de infra-estrutura e de produção –**

· Caracterização e localização da (s) moradia (s) nos lotes (fotos)

1. Acesso à infra-estrutura:

- Rodovias Pavimentadas

( ) Sim \_\_\_\_\_ km ( ) Não

- Energia Elétrica

( ) Sim ( ) Não

- Água

( ) Sim ( ) Não

Forma:

- Telefonia

( ) Sim ( ) Não

Forma:

2. Tipo de mão-de-obra utilizada no lote:

- membros da família;

| Quantidade /quantos | Etapas/fases | Tarefas |
|---------------------|--------------|---------|
|                     |              |         |
|                     |              |         |
|                     |              |         |
|                     |              |         |

- Trabalhadores permanentes;

| Quantidade | Etapas | Tarefas | Forma de pagamento |
|------------|--------|---------|--------------------|
|            |        |         |                    |
|            |        |         |                    |
|            |        |         |                    |
|            |        |         |                    |

- Trabalhadores temporários;

| Quantidade | Etapas | Tarefas | Forma de pagamento |
|------------|--------|---------|--------------------|
|            |        |         |                    |
|            |        |         |                    |
|            |        |         |                    |
|            |        |         |                    |

-Ajuda mútua

| Quantidade | Etapas | Tarefas | Forma de pagamento |
|------------|--------|---------|--------------------|
|            |        |         |                    |
|            |        |         |                    |
|            |        |         |                    |
|            |        |         |                    |

4. Quais Meios (equipamentos) de trabalho são utilizados?

5. Possui acesso ao crédito rural para a produção agrícola e/ou pecuária?

( ) Não

( ) sim De que tipo?

6. Faz parte de associação de produtores, cooperativa ou sindicato rural.  
( ) Não  
( ) sim Qual?

Desde quando?

Por quê?

Quais os benefícios e problemas dessas formas de ação coletiva?

- 7- Qual a forma de produção agrícola?  
( ) Orgânica/agroecológica ( ) convencional  
( ) Mista ( ) Outra. Qual?

8 - O que é produzido no lote?

9 - O que é comercializado pela família e para quem?

- 10 - Existe alguma dificuldade para produzir?  
( ) sim Qual?  
( ) Não

11 - Qual a média de renda?  
Mensal:  
Anual (últimos dois anos)

- 12 – Alguém da família realiza trabalho fora do lote?  
( ) Sim Qual? \_\_\_\_\_ Renda \_\_\_\_\_  
( ) Não

- 13 - Participa de algum programa assistencial ?  
( ) Sim Qual (is)?  
( ) Não

- 14 – Alguém da família recebe aposentadoria?  
( ) sim Valor?  
( ) Não

#### **D – Agroecologia (Gravar)**

1. O que você entende como Agroecologia? (aberta)
  2. Porque a escolha de produzir no modo agroecológico e não no convencional? (aberta)
  3. O que você espera produzindo alimentos Agroecológicos? (aberta)
  4. Ocorreu ou esta ocorrendo algum curso de formação em agriculturas ecológicas (agroecologia)?  
( ) sim  
( ) Não
- Como começou?

- Quando e por que?
- Quem ou qual instituição/Organização estimulou?
- De que forma?
- passou por período de transição? Se sim especificar o período.

5. Qual área de produção orgânica?

6. Qual a área de produção convencional?

7. Qual sua avaliação particular sobre o sistema produtivo da agroecologia em relação ao desenvolvimento, a produtividade e as questões ambientais?  
(aberta)

#### **E . Forma e uso de tecnologias de produção agroecológica**

| <b>Indicadores</b>                                                                                        | <b>Sim</b> | <b>Não</b> | <b>Obs</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|------------|
| Uso de sementes ecológicas                                                                                |            |            |            |
| Controle biológico natural de pragas e doenças                                                            |            |            |            |
| Multiplicação das sementes crioulas com características apropriadas aos sistemas de cultivo agroecológico |            |            |            |
| Manejo ecológico do solo                                                                                  |            |            |            |
| O lixo produzido no lote é tratado?                                                                       |            |            |            |
| E a água (em caso de haver rios ou córregos na propriedade)                                               |            |            |            |
| Redes distribuidoras/comercialização dos produtos orgânicos.                                              |            |            |            |
| Certificadora                                                                                             |            |            |            |
| Nome                                                                                                      |            |            |            |
| Custo                                                                                                     |            |            |            |

#### **F- Projetos de Extensão**

1 – Participa dos Projetos em parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa?

( ) Sim

( ) Não

2 – Quais as atividades desenvolvidas nos projetos de assentamento?

3 .Quais são as atividades que participa?

4 – Qual a importância desses projetos para o pré-assentamento?

**G - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**

1 - Você participa do projeto PAA?

( ) sim

( ) Não

2 - Qual a produção destinada a esse projeto?

3- Quais são as exigências que vocês têm que cumprir para participarem do PAA?

4- Houve melhorias na vida da família, depois da implantação desse projeto?

5- Qual a renda obtida através desse projeto?

Mensal: \_\_\_\_\_ Anual: \_\_\_\_\_

**Entrevista com os formuladores dos projetos de extensão**

1 – Quantos integrantes possui as equipes dos projetos?

2 - Porque a escolha do pré-assentamento Emiliano Zapata em específico, para a implantação dos projetos de extensão?

3 – Quais são os objetivos dos projetos na área?

4 – De que forma estão sendo implantados os projetos no local (infra-estrutura, conscientização, formação, etc.)?

5 – Existe dificuldades (resistências), por parte dos pré - assentados para a implantação dos projetos?

6 – Como é compreendida a Agroecologia pelos extensionistas?

7 – São considerados os conhecimentos que os pré-assentados trazem como bagagem na implantação dos projetos?

8 - Qual o papel da universidade nos projetos de extensão?

**Entrevista com Lideranças do Pré-Assentamento Emiliano Zapata**

1 - Histórico da Área, Como foi a ocupação até organização do pré-assentamento ?

2 - Em que contexto foi ocupada essa área que hoje é o pré-assentamento Emiliano Zapata?

3 - Como está organizado o pré-assentamento Emiliano Zapata? Coletivo ou Individual, E por quê?

- 4 – Como estão atualmente as negociações relacionadas desapropriação da área?
- 5– Qual a proposta inicial do MST, para esse local?
- 6– A produção agroecológica é certificada ?
- 7– Porque a decisão de trabalhar aqui com a produção agroecológica?
- 8- Os agricultores passaram por algum período de transição da agricultura convencional para a Agroecológica?
- 9 – Existe por parte dos pré-assentados alguma forma da resistência para se produzir agroecologicamente?
- 10 – Qual o papel da associação a Aterra para os pré-assentados ?
- 11 – Qual é o papel do P.A.A (programa de aquisição de alimentos) no pré-assentamento?
- 12 – Qual a importância da UEPG (através dos projetos da Universidade Sem fronteiras), para o pré-assentamento?
- 13– Gostaria que destacasse alguns pontos defendidos pelo MST no que diz respeito a adoção dos princípios da agroecologia, como uma estratégia política de manter o pequeno agricultor no campo?

### **Entrevista com Lideranças estaduais e nacionais**

- 1 - No âmbito dos movimentos sociais, quais são os principais desafios para o desenvolvimento da matriz da Agroecologia?
- 2 - Estão sendo consideradas as características locais e regionais na ampliação dessas práticas?
- 3 - Quais os principais embates que se pode observar no campo quando a temática é a Agroecologia e Agronegócio?
- 4 - Na construção dos mercados camponeses passando desse a consciência a produção e a comercialização, o que se pode pensar da Agroecologia enquanto instrumento de luta e integração entre o campo e a cidade?
- 5 - E quais são as perspectivas e desafios para a Agroecologia no Estado do Paraná ?
- 6- Nesse contexto de mudança de matriz, de que é possível e que as comunidades elas já desempenham atividades, papéis, importantes na sociedade para essa preservação da biodiversidade, então desempenha

um papel nesse processo histórico de transformação do campo. Qual relação que se estabelece entre essas comunidades e o estado no que respeitos as políticas públicas, se há políticas públicas e que sejam voltadas para isso e qual respaldo que o estado vem dando para o desenvolvimento da agroecologia no estado do Paraná se consolide?

7- existe alguma política pública mais específica que você acha mais relevante, que se destaca?

8- No contexto histórico atual de transformação do campo e (re) afirmação da identidade campesina, através das práticas agroecológicas. Qual seria a principal relevância dos cursos de formação em agroecologia?

9 - Como se dá o intercâmbio de informações entre os estudantes nos centros de formação e as suas comunidades?

10 - Existe uma integração entre os movimentos sociais na América Latina no que tange a Agroecologia? E se existe que forma esta se dando?

Documento de certificação da área do pré assentamento, como agroecológica pela rede Ecovida de Agroecologia.



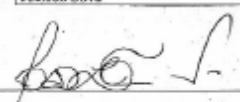

Núcleo Regional  
Monge João Maria

## C E R T I F I C A Ç Ã O

O Núcleo Monge João Maria da Rede Ecovida de Agroecologia, através da Associação ATERRA e o Instituto Equipe de Educadores Populares, vem por meio desta, declarar, para os devidos fins, que os agricultores ecologistas abaixo relacionados estão certificados de acordo com as normas e princípios estabelecidos pela REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA e os documentos referentes a cada Agricultor encontram-se arquivados na sede da Associação Aterra.

| AGRICULTOR                       | CPF            | AGRICULTOR                       | CPF            |
|----------------------------------|----------------|----------------------------------|----------------|
| Adacir Lopes dos Santos          | 037.402.689-05 | José Carlos Troguilho            | 036.602.399-33 |
| Adriano Lopes                    | 048.472.339-13 | José de Souza Moreira            | 454.403.019-68 |
| Aginaldo Paula Deodato           | 031.129.809-56 | José Dirceu de Lara              | 321.407.119-04 |
| Azibal Vilarino de Oliveira      | 022.980.499-39 | José dos Santos Cordeiro Dias    | 032.967.389-08 |
| Antonio da Luz Valentin de Paula | 606.463.579-72 | José Ferreira da Silva Neto      | 250.125.109-25 |
| Antonio Loyola                   | 024.253.089-38 | José Francisco Policene          | 536.857.849-00 |
| Antonio Moreira Silva            | 634.994.289-20 | Judite Soares                    | 338.232.609-44 |
| Antonio Soares                   | 602.025.059-87 | Lazza Vicim de Jesus da Silva    | 894.274.249-15 |
| Aurea Padilha dos Santos         | 660.431.829-04 | Leonora Antonio de Lima Marta    | 282.640.969-72 |
| Benjamin Stempinhakj             | 557.536.049-00 | Leontina Carla da Cruz de Barros | 023.092.849-80 |
| Brasileiro Mariano Machado       | 100.227.169-04 | Loir de Paula Quadros            | 717.302.739-04 |
| Daniel Marçal da Silva           | 028.672.326-35 | Marcelo Ishimaru                 | 047.496.479-50 |
| Delcio Antonio Rodrigues         | 802.683.239-68 | Marcelino Alfredo de Souza       | 301.067.029-04 |
| Dorival Rodrigues Dias           | 009.517.478-86 | Maria Alice Santos da Silva      | 006.536.259-44 |
| Edenilson de Souza Leite         | 030.520.329-09 | Mario César Taques               | 473.521.169-15 |
| Edilson de Souza Leite           | 034.659.149-02 | Nataniel de Souza Leite          | 339.713.319-04 |
| Edite Ferreira de Andrade        | 841.814.949-34 | Neumari de Souza Leite           | 036.242.819-09 |
| Edmundo Panch Deodato            | 044.849.029-31 | Noel de Souza Leite              | 057.864.169-09 |
| Edmarara Mariano Pereira         | 027.388.159-01 | Pedro Pereira Machado            | 741.820.219-91 |
| Espedito Barbosa                 | 244.410.239-87 | Pedro Salamaia                   | 042.352.058-03 |
| Everaldo da Silva                | 391.426.609-78 | Reinaldo Silva                   | 049.589.149-51 |
| Enaquel Aparecido da Silva       | 068.509.859-14 | Reneu Leite da Fossica           | 008.509.059-07 |
| Genecilda Lourenço Gotardo       | 707.930.859-34 | Sandro Fattori de Souza          | 029.198.909-80 |
| Joamir Roberto Paes              | 017.403.529-20 | Sebastião Carlos da Silva        | 205.237.349-72 |
| Joanildes Ferreira               | 431.915.689-72 | Sebastião Pereira Sobrinho       | 435.535.329-04 |
| João Israel de Souza             | 034.840.549-99 | Silvio de Matos                  | 243.709.249-87 |
| João Pedro de Lorena             | 517.875.809-97 | Valdir da Silva                  | 903.627.729-91 |
| João Ribeiro da Silva            | 244.578.179-53 | Valdir José Bronicki             | 044.314.669-16 |
| Jocelaine Carlos Fernandes       | 060.573.319-02 | Valmir Rodrigues Santos          | 002.800.192-38 |
| Joelson Silva                    | 007.357.169-90 | Valter May                       | 661.102.389-53 |

Irati, 05 de outubro de 2007.



**João Luis Dremiski**  
Assessor do Instituto Equipe e Comissão de  
Ética do Núcleo Monge João Maria



**Natanael de Souza Leite**  
Presidente da Associação e Membro do  
Núcleo Monge João Maria

## **Carta da 9a. Jornada de Agroecologia – Maio de 2010**

### Carta da 9a. Jornada de Agroecologia

Nós, 3.000 participantes da 9ª Jornada de Agroecologia, reunidos em Francisco Beltrão – Paraná – Brasil, entre os dias 19 e 22 de maio de 2010, reafirmamos nosso compromisso com a Agroecologia – “Cuidando da Terra, Cultivando Biodiversidade e Colhendo Soberania Alimentar” – continuando nossa luta por uma Terra Livre de Transgênicos e sem Agrotóxicos e Construindo o Projeto Popular e Soberano para a Agricultura.

A Jornada de Agroecologia é um coletivo político que se contrapõe diretamente ao Capitalismo e sua expressão por meio do Agronegócio, que se reproduz através do latifúndio, do trabalho escravo, da violência, e expulsa as famílias do campo, desestabiliza a soberania alimentar do país, degrada e contamina a natureza e explora os seres humanos. Estes 9 anos de lutas demonstram o acerto histórico da construção desse sujeito coletivo em torno da proposta da agroecologia.

A soberania alimentar do Brasil segue sendo resultado do trabalho da agricultura familiar camponesa, historicamente responsável por 70% do abastecimento da população e geração de grandes excedentes de alimentos exportados. Esta mesma agricultura familiar camponesa gera mais postos de trabalho no campo, mesmo preservando uma área de florestas maior que o latifúndio e utilizando uma área 200% menor que o agronegócio. Em função desta contribuição histórica da agricultura familiar camponesa e de sua força mobilizadora é que a sociedade brasileira conquistou o direito humano à alimentação como um dos direitos sociais constitucionalmente garantidos.

Esta realidade é fruto de uma luta histórica permanente do campesinato e desmascara a ocultação ideológica da importância estratégica da agricultura familiar camponesa operada pelas classes dominantes através do agronegócio e dos grandes proprietários dos meios de comunicação, os quais se opõem a necessidade histórica e urgente da reforma agrária.

Pelo fato de organizar a vida em íntima relação com a natureza, a agricultura familiar camponesa e os povos tradicionais são portadores de conhecimentos com os quais organizam múltiplas agriculturas, o que os tornam mantenedores e criadores da agrobiodiversidade como patrimônio dos povos à serviço da humanidade. É, portanto, o sujeito coletivo decisivo para a reconstrução ecológica da agricultura que conforma as bases da agroecologia.

Uma significativa parte da população brasileira reconhece este legado histórico ao inserir no 3o. Programa Nacional de Direitos Humanos, que atualiza a Constituição Federal, a necessidade da reforma agrária, de modo a fortalecer as múltiplas agriCULTURAS, familiar, camponesa e agroecológica, incentivar as tecnologias socialmente inclusivas e ambientalmente sustentáveis, em oposição às tecnologias transgênicas potencialmente danosas ao meio ambiente e à saúde, utilizadas pelo agronegócio.

Na contramão deste processo de reconstrução ecológica da agricultura, há uma poderosa aliança entre os grandes proprietários de terra, as empresas transnacionais e o Estado que conformam o agronegócio, e se expressa na implementação de mega projetos de infra-estrutura e energia, em grandes extensões de monoculturas, no aumento vertiginoso do uso de agrotóxicos e introdução irresponsável de cultivos transgênicos.

Denunciamos a aliança do agronegócio como responsável por:

- tornar o Brasil o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, utilizando cerca de 790 milhões de litros na safra de 2008/2009, o que corresponde a mais de 3 litros de agrotóxico por habitante no país;
- tornar a CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança- um balcão de negócios das empresas, liberando transgênicos sem qualquer rigor científico e desconsiderando o princípio da precaução. Até 2008 havia 4 transgênicos aprovados, hoje já são 21, o que tornou o Brasil, em 2009, o 2o maior país em área plantada. Cientistas apresentaram durante a Jornada de Agroecologia diversos resultados de pesquisas com cobaias que demonstram os malefícios

dos transgênicos à saúde animal e, portanto, potencialmente causadoras de danos à saúde humana e ao meio ambiente;

- contaminação genética das variedades de milho crioulo, convencional e agroecológico pelo milho transgênico, constatada por pesquisa realizada pela Seab do Paraná, o que comprova a ineficácia da norma editada pela CTNBio e a impossibilidade de coexistência desta tecnologia totalitária com outros sistemas produtivos;

- Aumentar a venda de agrotóxicos, já que os transgênicos respondem exclusivamente ao interesse das empresas em potencializar suas vendas, a exemplo do glifosato utilizado na soja. Só no ano 2000 foram vendidos 39 milhões de litros, saltando para 300 milhões em 2009. Também foram constatadas no Brasil 5 plantas espontâneas resistentes ao glifosato, levando ao aumento da utilização de outros agrotóxicos altamente tóxicos como o 2,4 D e o paraquat, ambos proibidos na União Européia;

- Denunciamos as manobras da bancada ruralista e da CNA (Confederação Nacional da Agricultura) contra direitos constitucionalmente assegurados dos indígenas, quilombolas, populações tradicionais, trabalhadores rurais, sem terra, dos agricultores, consumidores e ao meio ambiente, em nome da propriedade privada absoluta e que não cumpre sua função social, principalmente através das seguintes ações:

A revisão da “lei de cultivares” na tentativa de proibir os agricultores de guardar e intercambiar sementes, de modo a aprofundar os mecanismos de apropriação privada das sementes através das normas de propriedade intelectual;

A retomada e aprovação na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara do projeto que propõe a tecnologia ‘Terminator’, que torna as sementes estéreis, mesmo com uma moratória mundial assinada por 191 países, incluindo o Brasil;

mudança na lei de rotulagem para acabar com a exigência de rastreabilidade de produtos transgênicos e a retirada do símbolo 'T', que os identifica, violando as normas do Protocolo de Cartagena do qual o Brasil também é signatário;

desmonte da legislação ambiental, precarizando o seu marco legal de proteção, a exemplo do Código Florestal, avançando impunemente sobre todos os biomas, especialmente sobre a Amazônia;

O retrocesso na legislação agrária com o criação do Programa Terra Legal, que regulariza a grilagem de terras em até 1500 ha da Amazônia Legal; sua implantação precariza o processo de reforma agrária já que desloca técnicos do INCRA para este Programa;

O ataque do DEM (Democratas, ex-PFL) ao Decreto que regula a titulação de territórios quilombolas, junto ao STF, o que ofende os direitos constitucionalmente garantidos desta população tradicional;

O bloqueio há mais de 6 anos pela bancada ruralista e CNA do Projeto de Emenda Constitucional (PEC no 438), que propõe medidas de combate ao trabalho escravo, como a expropriação de propriedades que utilizam a mão-de-obra escrava;

Denunciamos a criminalização dos movimentos sociais através de prisões arbitrárias, constantes ataques a militantes e organizações, além da instalação de CPIs;

- Denunciamos, ainda, os mega projetos de infra-estrutura para garantir a manutenção do padrão insustentável de desenvolvimento e sua matriz energética, especialmente a instalação de grandes hidrelétricas como Belo Monte, que agride o meio ambiente e viola os direitos dos povos indígenas e das populações locais;

Reafirmamos nesta 9a. Jornada de Agroecologia que a agricultura familiar camponesa segue existindo e resistindo como protagonista decisivo da agroecologia, ainda que sem o apoio de políticas públicas estruturantes de crédito, assistência técnica, investimento em pesquisas, educação profissional,

fomento à agroindustrialização e comercialização. Reconhecemos como nossas conquistas, Programas como o Plano de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os quais apesar de transferir o ônus organizativo aos agricultores e estabelecer o limite de apenas 4.500 reais ao ano por produtor, contribuem sobremaneira para a diversificação da produção e para garantir a segurança alimentar das famílias. Por outro lado, na medida em que reconhece a produção agroecológica, pagando um preço diferenciado, se constitui em uma política eficiente para promover a agroecologia.

Na trajetória dos 9 anos de lutas empreendidas pelos sujeitos que se articulam como o coletivo da Jornada de Agroecologia, celebramos as vitórias da agricultura familiar camponesa sobre a transnacional Monsanto, com o fechamento de sua unidade de produção de transgênicos em Ponta Grossa e a absolvição pelo Judiciário local de 5 militantes da coordenação da Jornada, então criminalizados. Celebramos também a vitória sobre a transnacional Syngenta, com a transferência de seu centro de produção de transgênicos em Santa Tereza do Oeste para o Estado do Paraná, que inaugurou o Centro de Pesquisa da Agricultura Camponesa Valmir Mota de Oliveira, o “Keno”, militante assassinado por milícia contratada pela empresa.

Plenária final da 9a. Jornada de Agroecologia.

Francisco Beltrão, 22 de maio de 2010.

Rumo aos 10 anos da Jornada de Agroecologia!